

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉIA ROSIN CAPRINO

**LEGITIMIDADE DO PODER IMPERIAL DE CONSTANTINO NA OBRA
HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA DE EUSÉBIO DE CESAREIA (306-324)**

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉIA ROSIN CAPRINO

**LEGITIMIDADE DO PODER IMPERIAL DE CONSTANTINO NA OBRA
HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA DE EUSÉBIO DE CESAREIA (306-324)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Renan Frighetto

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Caprino, Andréia Rosin

Legitimidade do poder imperial de Constantino na obra História
Eclesiástica de Eusébio de Cesareia (306-324) / Andréia Rosin
Caprino – Curitiba, 2017.
124 f.; 29 cm.

Orientador: Renan Frighetto

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Constantino I, Imperador de Roma, m. 337. 2. Eusébio de
Cesareia (ca. 265-). 3. Imperadores romanos – História Eclesiástica.
4. Roma - História - Constantino I, o Grande, 306-337. I. Título.

CDD 930



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANDRÉIA ROSIN CAPRINO**, intitulada: "**Legitimidade do poder imperial romano na obra História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia (306-324)**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 20 de Março de 2017.

RENAN FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ADRIANA MOCELIM DE SOUZA LIMA

Avaliador Externo (PUC/PR)

ANDREIA CRISTINA LOPES FRAZAO DA SILVA

Avaliador Externo (UFRJ)



Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Renan Frighetto, que tem me acompanhado e incentivado desde o primeiro semestre da graduação e iniciação científica. Também sou grata à Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes, pelas disciplinas ministradas e apoio demonstrado.

Às professoras Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão e Dra. Adriana Mocelim de Souza Lima, que, com seu olhar apurado e experiente, possibilitaram o melhoramento do meu trabalho.

À secretária da Pós-Graduação Maria Cristina Parzowski, por sua prontidão e assistência contínua aos alunos.

Agradeço aos amigos pelas palavras de carinho e à Luana, com quem partilhei vários momentos de estudo.

Aos meus irmãos na fé, pelo conforto e orações. Entre eles, ao Edison, que sempre tem me amparado, à Carla, que tantas vezes intercedeu por mim e à Estela e Denise, pela ajuda e apoio.

À minha família, especialmente minha mãe, Eli, e minha irmã Caroline, pela ajuda emocional e por serem presenças iluminadas no meu caminho. À minha sobrinha, Duda, que com sua pequena presença de um ano me irradia imensamente. Aos meus queridos sogros, Paulo e Eliane, pela convivência e encorajamento.

Ao meu esposo, amor da minha vida e meu melhor amigo. Todo tipo de suporte que alguém pode fornecer a outrem, ele o fez e faz em relação a mim.

Acima de tudo e de todos, agradeço ao meu Deus Jesus Cristo, por ter permitido o meu ingresso no mestrado e a vivência no curso. A Ele toda a honra e a glória.

RESUMO

Inserido no quarto século romano, um período conturbado de transformações políticas e institucionais, herdeiro do agitado século terceiro, Flávio Valério Constantino (272-337) foi declarado *imperator* pelas legiões de seu pai, Constâncio Cloro, no ano de 306, na província da *Britania*. A partir de então, sua trajetória foi marcada por disputas que almejavam ao poder imperial centrado em uma única autoridade. Um prolífico autor que abordou a política constantiniana foi Eusébio de Cesareia (264/65-339/40), o qual viveu na função episcopal daquela cidade desde aproximadamente o ano 313 até a sua morte. Tornou-se conhecido sobretudo pelas obras *Crônica cristã* e *História Eclesiástica*. Nesta última, Eusébio inicia seu relato com a referência de profecias do Antigo Testamento sobre a vinda de Cristo como homem à Terra, seu nascimento, vida e morte, transpassa questões como a sucessão de bispos, a relação entre pagãos e judeus, as perseguições aos cristãos, os martírios, as heresias e finaliza no ano 324. O bispo produziu uma descrição a respeito de Constantino, vinculando suas ações político-militares vitoriosas à vontade do Deus judaico-cristão. Neste trabalho analisamos como foram elaborados argumentos pelo bispo na *História Eclesiástica*, apontando para a legitimação do poder imperial de Constantino, através da atribuição de virtudes ao governante. Notamos que a legitimidade de Constantino é construída na História eusebiana principalmente quando o autor narra instantes cruciais da trajetória política do líder imperial: as vitórias sobre Maxêncio (278-312) em 312 e sobre Licínio (263-325) em 324, revestindo-lhe com uma roupagem cristã.

Palavras-chave: Constantino; Eusébio de Cesareia; História Eclesiástica; Legitimação do poder imperial.

ABSTRACT

During the fourth century AD, a troubled period of political and institutional transformations, heir to the agitated third century, Flavio Valério Constantino (272-337) was declared an *imperator* by the legions of his father, Constantius Chlorus, in the year 306, in the province of *Britania*. From then on, its trajectory was marked by disputes that aimed at the imperial power centered on a single authority. A prolific author who addressed Constantinian politics was Eusebius of Caesarea (264 / 65-339 / 40), who lived in the episcopal function of that city from about year 313 until his death. He became known especially for his works *Christian Chronicle* and *Ecclesiastical History*. In this last one, Eusebius begins his account with the reference of Old Testament prophecies on the coming of Christ as man to the Earth, his birth, life and death; he also crosses questions such as the succession of bishops, the relation between pagans and Jews, persecution against Christians, martyrdoms, heresies, and finishes in the year 324. The bishop produced a description of Constantine, linking his victorious political-military actions to the will of the Judeo-Christian God. In the present work we analyze how the bishop's arguments in *Ecclesiastical History* were elaborated, pointing to the legitimation of the imperial power of Constantine, through the attribution of virtues to the ruler. We note that Constantine's legitimacy is built on Eusebian History, especially when the author narrates crucial moments in the political trajectory of the imperial leader: the victories over Maxentius (278-312) in 312 and about Licinius (263-325) in 324, in a Christian outfit.

Keywords: Constantine; Eusebius of Caesarea; *Ecclesiastical History*; Legitimation of imperial power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1: UMA APROXIMAÇÃO DE CONSTANTINO I E EUSÉBIO DE CESAREIA	15
Panorama político do século IV romano	15
Eusébio de Cesareia: seu tempo e espaço.....	31
A História Eclesiástica e o imperador Constantino.....	39
CAPÍTULO 2: LEGITIMIDADE E AUTORIDADE NO GOVERNO CONSTANTINIANO.....	52
A apologética eusebiana	53
Legitimidade construída com base na oposição entre o bom e o mau governante	57
A sacralidade do imperator.....	69
O imperador cristão.....	76
Legitimidade do poder imperial pautada nas virtudes.....	82
CAPÍTULO 3: AS VIRTUDES CONSTANTINIANAS NO OLHAR DE EUSÉBIO	86
Constantino e Maxêncio	87
Constantino e Licínio	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	119

Introdução

O historiador Ramón Teja, ao ser indagado sobre quem foi Constantino I (272-337) e a importância que possui até os dias atuais ¹, apresenta a seguinte consideração a respeito:

Constantino é talvez uma das figuras mais importantes de todas as épocas, pelo menos na história do mundo ocidental. A prova é que sua herança, sua interpretação, sua obra, são os temas que produziram um maior número de publicações científicas de toda a história universal. Segundo os estudos estatísticos americanos, Constantino seria o número um, seguido pela Revolução Francesa. Tendo em conta a transcendência que esta última vem tendo no mundo contemporâneo, podemos ter uma ideia da relevância de Constantino. ²

A afirmação de Teja realmente nos faz pensar acerca da importância de Constantino na História e na historiografia. Isso implica numa gama imensa de produção intelectual sobre o ícone, já que muitas pesquisas e reflexões foram empreendidas para que o conhecimento de sua época se expandisse. Por outro lado, devemos ter cautela com a proliferação de ideias a respeito do governante, para não aceitarmos-nas rapidamente sem observação mais profunda e contextualização pertinente. Esse raciocínio é indiretamente endossado por Teja quando diz, na mesma entrevista:

Burckhardt é o primeiro que questiona a figura de Constantino e sua conversão. O erro na hora de valorar a *Vita Constantini* é denominá-la *vita*, porque disso se desprende que é uma biografia de Constantino. E o próprio Eusébio diz que não pretende fazer uma biografia, e sim um panegírico para engrandecer aquelas ações ou obras e que, em sua maneira de ver, teriam mais mérito ou eram mais dignas de serem recordadas e evitar o resto. Portanto, é uma espécie de oração fúnebre ou exaltação da figura de Constantino que deve contrapor-se a outras fontes mais objetivas ou mais negativas e fazer uma análise histórica e crítica, que não sempre é fácil. ³

¹ Entrevista publicada pela Universidade de Barcelona em 23/01/2012, em virtude da participação de Ramón Teja no congresso “Constantinus: ¿ El primer emperador cristiano? Religión y política en el siglo IV” que ocorreria em 20-24/03/2012. O evento teve caráter internacional e foi realizado pela Universidade de Barcelona e a Faculdade de Teologia da Catalunha. A entrevista completa encontra-se em http://www.ub.edu/web/ub/es/menu_eines/noticies/2012/Entrevistes/ramon_teja.html. Acesso em: 23/12/2016.

² “Constantino es quizás una de las figuras más importantes de todas las épocas, por lo menos en la historia del mundo occidental. La prueba es que su herencia, su interpretación, su obra, son los temas que han producido un mayor número de publicaciones científicas de toda la historia universal. Según los estudios estadísticos americanos, Constantino sería el número uno, seguido por la Revolución Francesa. Teniendo en cuenta la trascendencia que ha tenido esta última en el mundo contemporáneo, podemos hacernos una idea de la relevancia de Constantino”.

³ “Burckhardt es el primero que cuestiona la figura de Constantino y su conversión. El error a la hora de valorar la *Vita Constantini* es denominarla *vita*, porque de ello se desprende que es una biografía de Constantino. Y el

Ao abordar a trajetória política de Constantino, a historiadora Averil Cameron ⁴ apresenta duas visões divergentes sobre o governante dentro da tradição historiográfica:

Mais do que qualquer outro imperador romano, Constantino foi objeto de intensa investigação pelas gerações posteriores que desejaram aclamá-lo para seu próprio lado. Muitas gerações aceitaram as aclamações de Eusébio, enquanto no outro lado encontra-se Edward Gibbon, quem o denunciou como um autocrata agindo em nome do cristianismo, e todos aqueles que seguiram a crítica mordaz de Jacob Burckhardt a respeito de Eusébio e duvidaram da autenticidade da Vida de Constantino. ⁵

Condizente a nossa referência de haver múltiplos retratos de Constantino, o arqueólogo Robert Ross Holloway defende:

[...] Constantino estava lutando para ganhar o império para si, não para os cristãos. O seu patrocínio à igreja e, mais importante, as ideias, planos e inquietudes que espreitavam por trás de sua aparência imperiosa têm sido examinados por historiadores modernos de cada geração. Mas assim como cada geração, e às vezes cada país, tem nos dado um Alexandre o Grande diferente e um Augusto diferente, também Constantino aparece de diferentes faces pelas estantes. O seu biógrafo, Eusébio, bispo de Cesareia na Palestina, o qual tornou-se um íntimo do imperador em seu reino, fez dele sujeito do instrumento disposto da graça divina. ⁶

É interessante questionarmos construções consolidadas e voltarmos-nos às fontes, elas podem fornecer elementos inexplorados e/ou obscurecidos. É o caso da idealização que se tem de Constantino quanto à liberdade religiosa por ele promovida no ano de 313 com o famoso Edito de Milão. Essa asserção não é de todo errada, porém é fruto de uma elaboração que pretendia otimizar seu papel, apontá-lo como um bom governante. Ramón Teja, no

propio Eusebio dice que no pretende hacer una biografía sino un panegírico para ensalzar aquellas acciones u obras que, a su manera de ver, tenían más mérito o eran dignas de ser recordadas y obviar el resto. Por lo tanto es una especie de oración fúnebre o exaltación de la figura de Constantino que debe contraponerse a otras fuentes más objetivas o más negativas y hacer un análisis histórico y crítico, que no siempre es fácil”.

⁴ CAMERON, Averil. The reign of Constantine, a.d. 306–337, In: **The Cambridge Ancient History**, Vol. XII. The Crisis of Empire, a.d.193-337. Cambridge University Press, 2008, p. 90-109.

⁵ Idem, p. 106. “More than any other Roman emperor, Constantine has been the subject of intense scrutiny by later generations who have wanted to claim him for their own side. Many generations have accepted Eusebius’ claims, while on the other side stand Edward Gibbon, who denounced him as an autocrat acting in the name of Christianity, and all those who have followed Jacob Burckhardt’s scathing criticism of Eusebius and doubted the authenticity of the *Vit. Const.*”

⁶ HOLLOWAY, R. Ross. Constantine and the Christians, In: **Constantine and Rome**. Michigan: Sheridan Books, 2004, p.2. “[...] Constantine was fighting to win the empire for himself, not for the Christians. His patronship of the church and, more important, the thoughts, schemes, and anxieties that lurked behind his imperious countenance have been examined by modern historians of every generation. But just as each generation, and sometimes each country, has given us a different Alexander the Great and a different Augustus, so along the bookshelves Constantine wears a score of faces. His biographer, Eusebius bishop of Caesarea in Palestine, who became an intimate of the emperor’s late in his reign, made his subject the willing instrument of divine grace”.

depoimento mencionado, chama a atenção para isso, demonstrando que o mérito da liberdade de religiões não é exclusivo àquele imperador:

[...] cabe dizer que o fato de que Constantino instaurou a liberdade de culto é também, em parte, uma falsidade histórica, já que o imperador pagão Galério já a havia concedido dois anos antes com o edito de Nicomédia. Dois anos depois Constantino e o imperador do Oriente, Licínio, ratificaram em Milão o edito de Galério com o conhecido edito de Milão, que é o que a Igreja e a tradição consideram como o primeiro.⁷

A tradição cristã considerou também outros feitos concernentes a Constantino, os quais resultaram na sua caracterização de “imperador cristão”, como a associação do poder imperial com a igreja, a construção de basílicas, o favorecimento aos bispos, a luta contra o co-regente Licínio (308-324) - em parte para coibir a perseguição aos cristãos. Precisamos ponderar tais aspectos, uma vez que não houve um rompimento total de Constantino em relação à religião pagã.

Focaremos-nos na legitimidade que Constantino recebeu na obra *História Eclesiástica* do autor e bispo Eusébio de Cesareia (260/64-339) através do argumento cristão. Nosso interesse pelo tema da legitimidade do poder imperial constantiniano em um autor adepto ao cristianismo não o pretende superior ou mais célebre que outros fatos e conjunturas dispersos pelo tempo; em contrapartida, reconhecemos as propriedades da vivência de Constantino no século IV de nossa era e as consequências que elas nos legaram. Falamos particularmente da legitimidade desse *imperator* construída por Eusébio no relato da *História Eclesiástica*, no qual o autor associa Constantino à nova religião, a cristã.

Quando nos referimos a ela como “nova”, entendemos duas proposições: 1) comparativamente às religiões pagãs e hebraica, o cristianismo era novo e inovador, já que se iniciara com as pregações de Jesus Cristo ao viver entre os homens aproximadamente três séculos antes, sendo considerado, portanto, ainda muito jovem; 2) a crença cristã não possuía credibilidade suficiente para adentrar o âmbito da política imperial, no sentido de influenciar as “mais altas” práticas governamentais.

⁷ “[...] cabe decir que el hecho de que Constantino instaurara la libertad de culto es también, en parte, una falsedad histórica, ya que el emperador pagano Galerio ya lo había concedido dos años antes con el edicto de Nicomedia. Dos años más tarde Constantino y el emperador de Oriente Licinio ratificaron en Milán el edicto de Galerio con el conocido edicto de Milán, que es el que la Iglesia y la tradición han considerado como el primero”.

Muito provavelmente, sabendo dos riscos que corria frente aos adversários pagãos, Constantino adotou e abraçou o cristianismo em seu reinado, concedendo privilégios aos cristãos, buscando para eles a paz e o fim das perseguições, construindo monumentos e igrejas em homenagem ao Deus judaico-cristão, entre várias outras atitudes favoráveis. Por outro lado, não abandonou o paganismo. Como pôde conciliar esses dois grandes sistemas: paganismo e cristianismo?

Talvez pensemos nessa indagação porque falta-nos conhecimento aprofundado no que tange ao contexto romano tardo-antigo. As buscas rápidas na internet ou entre os primeiros livros das prateleiras não oferecem as respostas esperadas; quem sabe até ofereçam, entretanto a probabilidade de serem questionáveis é alta. Para nos aproximarmos um pouco daquela realidade, é necessário muito trabalho, raciocínio e tempo. É um empreendimento para toda uma vida. Se conhecermos minúcias do contexto imperial romano, eventualmente poderemos perceber que as diferenças não são tão diferentes. Não temos a prevalência do conhecimento por estarmos afastados no tempo e no espaço do nosso objeto de estudo (embora isso nos confira certas regalias), ao contrário, precisamos buscar o acercamento a eventos e os pensamentos das pessoas da época.

Caso consigamos alçar a tarefa, seremos capazes de adentrar uma existência mais complexa do que a pensada por nós. Em outras palavras, a religião é um dos constituintes do homem e não sua inteireza; as pessoas conviviam umas com as outras apesar de suas divergências, fosse de modo conflituoso ou pacífico. De qualquer forma, influenciavam-se mutuamente. Renan Frighetto fala o seguinte em relação aos contatos culturais entre pagãos e cristãos:

[...] nota-se que os autores cristãos mantiveram certos vínculos com a tradição anterior e talvez os panegiristas pagãos receberam influxos do pensamento cristão [...] Neste caso mais que imposição de ideias, percebemos, isto sim, uma interrelação cultural intensa e de difícil localização. Em linhas gerais parece indubitável afirmar a forte tradição helenística baseada, sobretudo, nas religiões místicas muito populares em Roma desde meados do século II, especialmente o culto a Mitra, que conduzia ao “monoteísmo pagão” e a valorização da devoção, por parte do poder imperial, do *Sol Invictus* [...] ⁸

⁸ FRIGHETTO, Renan. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardía: cristianismo, tradición y poder imperial, In: **História: Entre el pesimismo y la esperanza**. Viña del Mar: Altazor, 2007, p. 7. “[...] se nota que los autores cristianos mantuvieran ciertos vínculos con la tradición anterior no quizás los panegiristas paganos recibieron influjos del pensamiento cristiano [...] En este caso más que imposición de ideas notamos, esto sí, una interrelación cultural intensa y de difícil ubicación. En líneas generales parece indudable afirmar la fuerte tradición helenística basada, sobretudo, en las religiones místicas muy populares en Roma desde mediados del siglo II, especialmente el culto a Mitra,

Aproximamo-nos do passado através da leitura e estudo de fontes escritas, e por meio de artefatos materiais, como ruínas de edifícios, moedas, esculturas, utensílios domésticos, entre possibilidades infinitas. Supomos mais eficaz em nossa busca os relatos elaborados por homens contemporâneos a Constantino, os quais falaram a respeito do seu governo e do ambiente em que viviam. Optamos em perscrutar a legitimidade dada a Constantino por Eusébio de Cesareia na obra *História Eclesiástica*, na qual ele associa o líder imperial ao cristianismo, ao empreender uma construção teórica a seu respeito. Sabemos dos perigos de participar de um relato construído, de cunho elogioso, a respeito de um homem público. O que Eusébio escreveu não é a verdade, mas a sua verdade.

Escolhemos a *História Eclesiástica* em detrimento da *Vida de Constantino* como fonte principal, mesmo que esta fale especificamente do imperador, porque a primeira abarca uma interrelação cara a nossa pesquisa: o diálogo de ideias e tradições. O cristianismo é entendido por Eusébio de Cesareia na *História Eclesiástica* como uma espécie de continuador da religião hebraica, no sentido de nela ter se embasado grandemente para formar seus credos e paradigmas, e expô-los através da escrita. Assim, nem o cristianismo nem outro pensamento qualquer eram totalmente “puros”, pois se fundamentavam em ideias anteriores, fossem para concordar com elas ou confrontá-las, além de poderem alterar as próprias visões já existentes.

A interação e confluência de ideias é um dos principais componentes da Antiguidade Tardia. A Antiguidade Tardia é o nome dado ao recorte temporal que vai do século II ao VIII nos espaços de influência helenística e romana, ao identificar e explicar a pluralidade de pensamentos e práticas concernentes ao período, os quais incorporavam e transformavam os elementos culturais, filosóficos e religiosos presentes no seio da sociedade, criando “novas realidades” que, por sua vez, seriam também renovadas, sempre com base na tradição. Portanto, essa conceituação é nosso principal aporte teórico, já que, além de abranger cronologicamente o objeto de estudo da pesquisa, entende o cristianismo como multifacetado e em constante diálogo, afável ou não, com o paganismo.

Entre os vários objetivos que Eusébio de Cesareia teria para escrever uma história eclesiástica, um de altíssima relevância é, a nosso ver, a busca por legitimidade do cristianismo não apenas como uma religião, em meio a várias outras, mas à sua afirmação

que conducían al “monoteísmo pagano” y la valorización de la devoción, por parte del poder imperial, del *Sol Invictus* [...]”

como religião triunfante. Nesse ínterim, o apoio do poder imperial romano é salutar para o processo de consolidação da mesma, processo esse que teve impulsos já com Eusébio sob o governo constantiniano ⁹. Contudo, nosso trabalho se concentra na construção teórica ou de legitimação que Eusébio fez a respeito de Constantino na História Eclesiástica, e não na legitimidade que o cristianismo recebeu através da sua aceitação a nível da política imperial.

Os questionamentos centrais que permitem explorar a questão da legitimidade são: como Constantino aparece na História eusebiana? De que maneira esse governante é associado com o cristianismo? Pensamos que Eusébio busca legitimar o poder e autoridade de Constantino em meio às desestruturações existentes no contexto político-institucional. A forma com que o bispo realiza a tarefa é valendo-se do cristianismo, pois além de crer nele e provavelmente entendê-lo como a melhor cosmovisão para guiar qualquer ser humano, talvez especialmente os líderes, o próprio Constantino favorecia a crença, o que lhe “facilitava” o trabalho.

Na fonte, Eusébio apresenta Constantino como um ótimo comandante, de comportamento cristão, tal como seu pai, Constâncio Cloro (250-306), e que abriu o caminho para um “Império” pautado no cristianismo. Ora, alguns elementos podem desordenar esse quadro, como quando pensamos na multiplicidade de cristianismos naquele momento: havia divergências doutrinárias que tornavam irreconciliável a proposta teórica da supremacia de uma única crença. Sabemos que os conflitos “teológicos” dentro do cristianismo foram resolvidos - no papel - durante o primeiro grande concílio ecumênico da cristandade, o de Niceia, em 325. Entretanto, esse acontecimento excede a temporalidade por nós apreendida para o governo constantiniano.

A História Eclesiástica possui dez livros, os quais começam com citações do Antigo Testamento sobre prenúncios da vinda de Jesus Cristo à Terra, a descrição da sua vida aqui (sendo Jesus entendido por Eusébio como Filho de Deus e também Deus), perpassa os acontecimentos eclesiásticos dos três primeiros séculos, abordando a sucessão dos bispos nas sedes episcopais, as perseguições aos cristãos, os martírios, as heresias, os governos imperiais, até findar com a vitória de Constantino sobre seu último oponente, o imperador Licínio, no ano de 324. A primeira vez que Constantino aparece referenciado é no livro oitavo, porém é mais profundamente tratado nos livros novo e décimo. O nosso recorte se centra do ano 306,

⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. As origens da historiografia eclesiástica, In: **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004, p. 199.

quando Eusébio narra a substituição do governo de Constâncio pelo de Constantino, na Britania (livro oitavo), até quando este se torna *Augustus* único na política imperial romana em 324 (livro décimo).

O processo de reinado político-administrativo de Constantino é interpretado pelo bispo de Cesareia como uma história conduzida pelo próprio Deus, o qual esteve sempre presente com o imperador, ajudando-o a vencer os inimigos do cristianismo. Os conflitos militares-religiosos com os quais Constantino se envolveu foram, primeiro em relação a Maxêncio (278-312), derrotado em 312, e depois, em relação a Licínio. Por meio de argumentos que engrandecem ou diminuem moralmente um líder – virtudes e vícios, Eusébio representa os bons e os maus governantes. Os bons condutores estão, obviamente, vinculados às qualidades cristãs, e os maus são destituídos delas. Entendemos que o modo como a História Eclesiástica constrói a legitimidade de Constantino enquanto líder imperial romano é expondo suas virtudes, e contrapondo-as, explicitamente ou não, aos vícios dos seus maiores oponentes político-militares.

Assim, Constantino é exibido como um imperador benevolente e piedoso, enquanto Maxêncio e Licínio são cruéis e ímpios. Em tal seguimento é produzida a figura constantiniana do “imperador cristão”, estereótipo incorporado nos séculos seguintes e também pela historiografia. Paul Veyne, historiador francês que escreveu *Quando o nosso mundo se tornou cristão*, assume o ideal do “imperador cristão”. Por outro lado, há historiadores como Renan Frighetto, Gilvan Ventura da Silva e o italiano Valerio Neri, que ponderam essa máxima, preferindo analisar a atuação de Constantino, tanto em relação ao cristianismo quanto ao paganismo, mais como uma forma de sobrevivência do que de exclusividade e aderência total em relação ao primeiro.

Na realidade, como o próprio Eusébio atesta no início da obra, sua intenção é discorrer a respeito de eventos do curso da história eclesiástica – e temas a ela conectados. Ele é o primeiro a realizar essa empreitada, a de reunir os fatos da igreja ¹⁰ dos três primeiros séculos da era cristã, com fundamentação em diversos documentos, cristãos, hebraicos e pagãos. Assim, não há um personagem principal na História Eclesiástica, mas a descrição de uma trajetória histórica regida por Deus. Essa história inclui tanto a perspectiva religiosa quanto a política. Por exemplo, na interpretação a respeito dessa fonte de Andréia Cristina Frazão,

¹⁰ A terminação “igreja” é entendida neste trabalho como a “comunidade/asmbléia/reunião dos cristãos”, em um processo inicial de institucionalização eclesiástica que se concluirá, porém, apenas séculos adiante.

Jesus veio ao mundo durante o reinado de Augusto por dois motivos: primeiro porque os povos estavam reunidos sob o governo romano, e segundo porque Deus preparou gradativamente os homens para receberem a mensagem divina naquele momento. A historiadora afirma:

Com a vinda de Cristo, surge a Igreja Cristã. Segundo Eusébio o cristianismo era, aparentemente, novo, porém, não o era; já que era o cumprimento das profecias do Antigo Testamento. Portanto, a história da comunidade cristã surge intimamente ligada à História do Império Romano. Pois a Igreja cristã traz a unidade da fé para completar a obra da unidade política promovida pelo Império. Desta forma, o universalismo presente na crônica e na História Eclesiástica forma um grande sistema divino no qual a Igreja e o Império são, apenas, capítulos desta História Universal dirigida por Deus.¹¹

Além do trecho acima demonstrar a interação entre política e religião, aponta para o caráter de continuidade do cristianismo em relação à tradição hebraica, contrariando as oposições que eram feitas a essa crença, as quais alegavam sua imaturidade. Por conseguinte, a História eusebiana está inserida em uma ambientação vasta, que engloba as confrontações e polêmicas religiosas no que diz respeito às questões apoloéticas. Era preciso naquelas condições defender o cristianismo frente às arguições que o tomavam por inconsistente. E não apenas os pagãos assumiam essa postura, como também muitos judeus, ressentidos com o fato da nova crença alterar todo o entendimento que eles possuíam sobre o mundo, sobre Deus, ao buscarem complementar as Escrituras Sagradas e elevarem um simples homem à categoria divina.

Para esta pesquisa, utilizamos sobretudo a versão da História Eclesiástica da editora Novo Século, e como apoio nos amparamos nestas outras: uma da Loeb Classical Library, que apresenta os textos em grego e inglês, traduzida por Kirsopp Lake; outra versão em italiano, da Città Nuova Editrice, com a tradução de Salvatore Borzì, Franço Migliore e Giovanni Lo Castro, e uma terceira em língua espanhola, da Biblioteca de Autores Cristianos, traduzida por Argimiro Velasco-Delgado.

Observamos parte do livro primeiro, parte do livro oitavo, o nono e o décimo livro. Essa seleção foi escolhida porque é a partir de meados do livro oitavo em diante (até o fim da história) que Eusébio referencia e discorre sobre Constantino. Quanto ao livro primeiro, o autor cristão apresenta sua metodologia de escrita numa espécie de prefácio, seguido do

¹¹ FRAZÃO, Andréia Cristina. **O nascimento da Historiografia cristã no IV século**. Calíope. Presença Clássica, Rio de Janeiro, n. 9, p. 86, 1993.

momento em que trata da antiguidade do cristianismo e divindade de Jesus Cristo, temas relevantes e subjacentes ao nosso trabalho.

No primeiro capítulo abordaremos o contexto geral em que viviam Constantino e Eusébio de Cesareia e a inserção deste imperador na História Eclesiástica. No segundo, adentraremos a questão da legitimidade do poder imperial constantiniano, já apontando para o terceiro capítulo, momento em que as virtudes do governante e os vícios dos seus inimigos serão mais especificamente trabalhados.

Capítulo 1: Uma aproximação de Constantino I e Eusébio de Cesareia

Panorama político do século IV romano

O nosso tema - a legitimidade do poder imperial de Constantino na História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia - está circunscrito no contexto do século IV romano, período agitado e repleto de disputas políticas e ideológicas, longe de poder ser caracterizado de maneira homogênea ou superficial. Embora a investigação, interpretação e apresentação de uma pesquisa possuam enquadramento cuidadoso e científico, não é possível traduzir uma experiência passada à assimilação do presente. Contudo, podemos nos aproximar dos acontecimentos, pensamentos e relações humanas de outrora através da leitura e interpretação de fonte, que contém elementos e significados de determinada época e/ou momento histórico.

O mecanismo teórico-interpretativo é importante no processo de observação de qualquer aspecto do passado. Para nós não será diferente: em meio às várias formas de olhar para os anos 300, nos associamos às perspectivas da Antiguidade Tardia, denominação aplicada ao recorte que se inicia no século II e alcança o século VIII, na *pars ocidental* do espaço romano e suas áreas de influência. Sabemos que tal quadro teórico não esgota as possibilidades investigativas da história, nem é incontestado ou soberano, entretanto é, a nosso ver, o caminho mais frutífero quando nos voltamos àquele momento histórico.

Afirmamos isso porque a Antiguidade Tardia é dinâmica, traz o novo e considera as tradições, absorve elementos e os reinterpreta, recebe influências e as readequa. Particularmente no tocante à relação do cristianismo com o paganismo no século IV, os estudiosos pautados na Antiguidade Tardia entendem que há confluência entre as duas organizações religiosas, sejam elas pacíficas ou conflituosas. Tal mutualidade se dava pela decorrência da pluralidade de ideias e crenças daquele período, as quais acabavam por interagir umas com as outras, já que elas não pairavam solitárias pelo ambiente romano, mas estavam inseridas na estrutura psicológica e nas atitudes dos homens.

Constantino é um desses indivíduos, o qual se destacou no espaço imperial romano multifacetado da tardo-antiguidade. Ele incorporou o aspecto cristão na gerência governamental, contudo não banizou as iniciativas pagãs ao seu redor. Ambas as religiões, cristã e pagã, estiveram presentes no decurso de seu reinado. Essa aparente ambivalência da atuação política constantiniana é um dos elementos da Antiguidade Tardia.

Outra característica identificada pelos pesquisadores alinhados à Antiguidade Tardia, e que se apresenta durante a vivência do *imperator* Constantino, é a instabilidade de uma autoridade única na administração política do Império. Muito provavelmente estando ciente da fragilidade latente que o poder imperial possuía, Constantino buscou meios para fortalecer sua autoridade e comandar os desígnios políticos do mundo romano.

Henri Irénée Marrou já defendia a necessidade em olhar esse período de maneira com que fossem demonstradas suas especificidades valiosas, em detrimento à visão de a Antiguidade Tardia significar “o fim da Antiguidade” ou “os começos da Idade Média”¹². Ela é “uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria”.¹³

Em artigo recente, o historiador Renan Frighetto dialoga com Jean-Michel Carrié, Stefano Gasparri e Cristina La Rocca, alguns dos vários estudiosos que aceitam e defendem as concepções da Antiguidade Tardia, e então caracteriza o período da seguinte maneira:

[...] autêntica estrutura histórica de longa duração, dotada de identidade própria e repleta de conflitos sociopolíticos que visavam a busca pelo poder. Assim, diferenciamos este momento histórico de seu precedente helenístico e de seu consequente medieval, sendo a Antiguidade Tardia uma larga etapa histórica em que ocorreram intensas readequações políticas, institucionais, sociais e culturais marcadas tanto pelo confronto como pela interação e integração.¹⁴

Logo depois, o autor propõe uma subdivisão para a tardo-antiguidade: uma primeira etapa denominada romanidade tardia (seguindo a tradição historiográfica) a qual abarca o final do século II até meados do século IV, caracterizando-se como um “período no qual os elementos políticos, institucionais, ideológicos e culturais foram renovados e atualizados em relação aos preexistentes dos tempos do Principado”¹⁵. A segunda etapa consiste na romanidade bárbara, a qual se situa entre meados do século IV e meados do VIII, “fase de conflitos e de encontros culminada pela institucionalização da monarquia de perfil tardo-romano entre os bárbaros”.¹⁶

¹² MARROU, Henri Irénée. **Decadência romana, ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979, p.11-16.

¹³ Ibidem, p. 15.

¹⁴ FRIGHETTO, Renan. Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). Porto Alegre: **Revista Anos 90**, v.22, n.42, p. 242, 2015.

¹⁵ Ibidem, loc. cit.

¹⁶ Ibidem, p. 243.

Tomando tal divisão conceitual-cronológica para nossa pesquisa, encontramos-nos na transição da romanidade tardia para a romanidade bárbara, ainda mais conectados à primeira. Dentro dela - romanidade tardia – também houve permanências e rupturas, afinal, no intervalo de aproximadamente um século e meio aquela realidade não seria inerte. A maneira como a conjuntura de poder governamental foi se alterando nesse período é um dos indicativos de uma realidade em constante mutação. Apresentaremos um breve cenário da romanidade tardia desde seus primórdios, por entendermos que a forma como o trajeto político-institucional foi sendo delineado no período influencia diretamente as decisões e posicionamentos do governo de Constantino, frente às instabilidades herdadas.

A Antiguidade Tardia inicia-se com a redução da autoridade imperial e a crescente regionalização de poderes, que ganham maior notoriedade a partir do século III, cenário trabalhado por Ana Teresa Marques Gonçalves quando trata da dinastia dos Severos e da chamada “Anarquia Militar”¹⁷. A historiadora nos informa que por bastante tempo a dinastia dos Antoninos (96-192) foi visualizada como o período de ápice da política romana, em contraste com os governos dos períodos posteriores, responsáveis por levarem à “decadência” do Império.

Os Severos sucederam os Antoninos no poder e foram considerados causadores de diversas crises que abalaram as bases imperiais na passagem do século II para o III. Septímio Severo (193-211) foi aclamado pelas legiões da Panônia, conhecia bem o território romano, pois havia trabalhado para os Antoninos, e reformou a Guarda Pretoriana, a qual havia adquirido destaque político durante essa dinastia:

De defensores da pessoa do Imperador, os membros da Guarda foram assumindo inúmeras outras funções, como a defesa do Palácio e da família do Príncipe, até chegarem a ponto de se sentirem os responsáveis pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos soberanos.¹⁸

Ocorreu que o sucessor de Cômodo, o senador Pertinax, foi assassinado pelos pretorianos, o que levou a uma “espécie de leilão do cargo imperial”, do qual saiu vitorioso Severo. O novo imperador proclamou-se vingador de Pertinax e destituiu seus assassinos pretorianos das prerrogativas militares. Em seguida, constituiu uma nova Guarda, “com os

¹⁷GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Os Severos e a Anarquia Militar, In: **Repensando o Império Romano - Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p.175-191.

¹⁸ Ibidem, p. 176.

melhores soldados vindos das legiões provinciais”, tomou várias medidas para proteger-se dos opositores, e buscou sempre obter o apoio das forças militares, através de ações como o aumento do soldo dos legionários, a reorganização da distribuição de alimentos aos mesmos e a concessão de acesso direto dos centuriões à ordem equestre, possibilitando-lhes a ascensão a cargos civis e militares.¹⁹

Gonçalves, pautada nessas informações e no último conselho de Severo para seus filhos: “Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais”²⁰, aponta que muitos autores defenderam a criação de uma Monarquia Militar por parte dos primeiros Severos, “buscando apoio somente entre os elementos militares para conseguirem ascender ao poder e permanecer nele por mais tempo”. Diz ainda: “Esta Monarquia Militar, implantada na passagem do segundo para o terceiro séculos d.C., teria começado a dar forma a toda a crise que teria marcado os governos do quarto século d.C.”²¹

A historiadora expõe que a frase de Dion Cássio foi preponderante na interpretação historiográfica sobre o período severiano, associado à usurpação, barbarização, exclusividade de apoio no exército, oposição em relação à dinastia anterior e até mesmo atrelamento com o processo de “decadência” do Império. Por outro lado, existem debatedores a essa percepção depreciativa - Jean Michel Carrié e Aline Rousselle são nomes proeminentes, os quais relativizam o suporte que os legionários davam aos Severos e enfatizam a ligação destes com os Antoninos. De acordo com aqueles autores, Septímio Severo buscou legitimidade na esfera senatorial e possuía aptidões voltadas ao direito romano, o que contraria a máxima de exclusividade de amparo somente no âmbito militar.²²

Após apresentar outras visões pejorativas sobre a dinastia severiana e as respectivas discussões que revêem essas ideias, Gonçalves defende que os primeiros severos procuraram sim respaldo entre os militares, mas não foram os únicos a fazê-lo, nem se apoiaram apenas neles.²³ Depois da morte de Septímio Severo, governaram Caracala (212-217), Heliogábalo (218-222) e Severo Alexandre (222-235). Em seguida, Maximino (235-238) iniciou outro período polêmico para a historiografia, a qual é denominada como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século” ou “Período dos Imperadores-Soldados”, recorte também importante para os desdobramentos durante o século IV.

¹⁹ Ibidem, p.179.

²⁰ Dion Cássio, **História Romana**, LXXVII, 17, 4.

²¹ GONÇALVES, op. cit., p.180.

²² Ibidem, p, 181.

²³ Ibidem, p. 183.

Na falta de outro termo, nos conta Gonçalves, é assim que essa época é rotulada, por indicar como estava a situação do Império em termos políticos: a maior parte dos imperadores era escolhida de forma rápida, pelas legiões de fronteiras, ficavam pouco tempo no poder e necessitavam demonstrar boas habilidades militares. Os governantes

a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura por bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficavam pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou por revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a mera necessidade de defender as fronteiras.²⁴

Desta forma, o Império enfrentou crise política, militar, econômica, além de uma consequente crise moral e religiosa, conforme a autora. Quem rompeu com essa dinâmica foi Diocleciano, no ano de 284, sendo “um reformador e um criador no que se refere à divisão do Império, para melhor gerenciá-lo, e à questão da sucessão, no intuito de evitar vácuos no poder, entre um governo e outro”.²⁵ Originário da Dalmácia, esse governante desenvolveu uma carreira militar eficiente. Em 284 foi proclamado Augusto pelos oficiais legionários, após a morte do príncipe Numeriano, ocasionada pela conspiração do prefeito do pretório Aper. No ano de 285, Diocleciano aniquilou o irmão de Numeriano e Augusto do ocidente, Carino²⁶, unificando, então, o poder à sua volta e estabelecendo as bases para a organização imperial que em breve iria desenvolver.

Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes²⁷ relatam que Diocleciano empreendeu um “projeto” eficaz e realista que tinha a intenção de restaurar e reorganizar o Estado para assegurar a manutenção do exército e a defesa do Império. Desde o início ele presta atenção especial aos problemas sérios da política imperial, agravados durante o século III, com ênfase nas usurpações do poder, a ameaça germana e sassânida e a depressão monetária. Os autores apontam que uma das principais inovações políticas de Diocleciano foi

²⁴ Ibidem, p. 186.

²⁵ Ibidem, p. 189.

²⁶ FRIGHETTO, Renan, **A Antiguidade Tardia – Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações, Séculos II-VIII**. Curitiba: Juruá, 2012, p.95. Compreendemos as designações de *ocidente* e *oriente* ao longo do texto como ordem mais geográfica, para facilitar o entendimento. Essa “divisão” não se refere à separação política, administrativa, econômica e militar que ocorrerá no final do século IV, com a morte do imperador Teodósio, momento em que o Império é fragmentado entre seus filhos Arcádio e Honório, embora haja indícios de um futuro rompimento desde o final do século III e ao longo do IV.

²⁷ SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do *DOMINATO*, In: **Repensando o Império Romano – Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p.198.

a criação da Tetrarquia, “um sistema de governo que tornava praticamente irreversível a divisão do Império entre dois ou mais titulares como uma maneira de otimizar a administração e defesa do amplo território controlado pelos romanos”.²⁸

A Tetrarquia foi criada como uma tentativa de aperfeiçoar a gestão do vasto território romano, diante da fragilidade político-institucional e da insegurança em relação às regiões de fronteira ameaçadas pelos “povos bárbaros”. O termo foi formulado no século XIX²⁹ para clarificar a dinâmica do poder naquele momento da tardo-antiguidade: a partilha da autoridade imperial entre quatro governantes dispostos hierarquicamente, dois augustos no comando principal e dois césaes a eles subordinados.

Em 286, Diocleciano nomeia Maximiano como César para reprimir os rebeldes bagaudas, afirmam Gilvan Ventura e Norma Mendes³⁰, já que estava ciente de que o Império havia se tornado extenso e muito complexo para ser governado adequadamente por apenas uma pessoa. Maximiano realizou a tarefa e Diocleciano decidiu nomeá-lo Augusto do Ocidente, por temer que a vitória daquele sobre os bagaudas o transformasse em usurpador. Algum tempo depois, Diocleciano proclama Galério como César e dá a ele sua filha Valéria em casamento. Em paralelo, Maximiano nomeia como César Constâncio Cloro, pai de Constantino, o qual se casou com Teodora, a filha de Maximiano.³¹

“Constituía-se, assim, uma autêntica família imperial”³², no topo estava Diocleciano, o *Iovius*, descendente de Júpiter, o qual liderava o Império como Augusto senior; seu ajudante direto era Maximiano, o *Herculius*; em seguida estavam os Césares Galério e Constâncio Cloro:

A cada um desses membros foi confiada uma parcela do território romano para defesa e administração, de maneira que, enquanto vigorou a Tetrarquia, o poder se encontrava repartido entre quatro titulares, cada um com uma capital própria, mas a unidade do colégio imperial era mantida pela ascendência do *Augustus senior* [...] Esta aparente divisão do poder imperial

²⁸ Ibidem, p. 199.

²⁹ NERI, Valerio. Monarchia, diarchia, tetrarchia. La dialettica delle forme di governo imperiale fra Diocleziano e Costantino. In: **Enciclopédia Constantianiana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Istituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013, p. 659.

³⁰ SILVA; MENDES, op. cit., p.199.

³¹ O anexo I mostra a divisão da administração territorial de cada tetrarca neste momento.

³² SILVA; MENDES, loc. cit. Em contrapartida, Valerio Neri argumenta: “La tetrarchia realizzata da Diocleziano era una costruzione apparentemente geniale per tentare di risolvere gli annosi problemi dell’instabilità del potere imperiale e della necessità di impegni militari contemporanei in settori del confine lontani fra loro, in cui era opportuno che intervenisse una figura imperiale per evitare il rischio di usurpazioni. Era però, come giustamente osserva Werner Eck, un sistema artificioso, che intendeva sostituirsi a un principio, quello dinastico, giudicato ‘naturale’ da regnanti e sudditi”. (Neri, Valerio. Monarchia, diarchia, tetrarchia.. p.666).

na realidade implicava tão-somente uma divisão de tarefas, pois cada um dos imperadores reinantes possuía igual competência política, militar e legislativa, à exceção de Diocleciano que, na qualidade de *Augustus senior*, detinha a primazia dentro do colégio imperial.³³

Os autores subscrevem, citando Gonzalo Bravo, que a filiação mítico-religiosa da Tetraquia consagrava a superioridade da *auctoritas* do Augusto senior sobre seus colegas, pois Diocleciano, ao considerar-se Iovius, representava a sagacidade, o domínio e a soberania; Maximiano, enquanto *Herculius*, simbolizava a força e a execução; e os Césares eram considerados *fili Augustorum*.³⁴ “O sistema tetrárquico, portanto, baseava-se em três princípios: a hierarquia, fixada pela antiguidade no cargo; a cooptação entre os Césares no reconhecimento da preeminência dos Augustos e os vínculos familiares de adoção e casamento”³⁵. Em uma interpretação mais enfática, Michel Rouche descreve a respeito de Diocleciano:

dominava os dois Césares, e até o próprio Augusto com toda a força da sua personalidade, e a sua autoridade fazia-se sentir em toda a parte. Mais do que uma medida de descentralização, Diocleciano fez uma desconcentração do poder e encurtou o “cabo do martelo para bater com mais força”.³⁶

Sobre as mudanças trazidas pela primeira Tetraquia, Alan Bowman expõe:

É difícil e talvez enganoso avaliar o impacto que a criação da tetraquia teve naquele momento [...] Mesmo na visão mais conservadora, contudo, nós podemos admitir que o ano de 293 foi uma etapa muito importante na reorganização administrativa e na estabilização do império. A criação de um colegiado de governadores com responsabilidades compartilhadas e um plano para a transferência ordenada de poder de uma geração de governantes para a próxima (ainda que seus detalhes precisos possam ter sido definidos no período entre 293 e 305) marcou uma mudança fundamental na prática da estrutura que era essencialmente dinástica, a qual o poder romano imperial teve desde o estabelecimento do principado sob Augusto. A mudança da ‘ideologia’ do poder imperial, austera e em certa medida massivamente autoritária, mas sem sacrifício de força, energia, habilidade militar ou acessibilidade, cristalizada em torno da tetraquia (presumivelmente não de imediato) é refletida em vários meios: na arquitetura, escultura, cunhagem e até mesmo em artifícios literários dos panegiristas. A corte cerimonial e o patrocínio divino *sempre* foram importantes para os imperadores romanos, e nós devemos ser cuidadosos para não colocarmos muito profundamente uma

³³ SILVA; MENDES, loc. cit.

³⁴ Ibidem, p. 199-200.

³⁵ Ibidem, p. 200.

³⁶ ROUCHE, Michel. O Baixo-Império Romano (284-396), In: **Os Impérios Universais – Séculos II a IV**. Lisboa: Dom Quixote, 1980, p.252.

mudança de princípio, ao invés de simplesmente uma diferente ênfase na prática. Os governadores ainda não eram deuses, mas de alguma maneira aproveitavam a proteção e o patrocínio de deidades específicas e em certo sentido partilhavam de suas características.³⁷

Em consonância com as ideias mencionadas por Gilvan Ventura e Norma Mendes, Michel Rouche aponta que o governante reforçou a ideologia imperial e cerimonial oficial; o imperador não seria mais divinizado após a morte ou considerado companheiro do Sol, mas passaria a ser apresentado como filho de um deus – Júpiter ou Hércules. Diocleciano triunfou da desordem da mesma forma que Júpiter, quando esmagou os Titãs. Adotou-se do Irão a prática da *proskynesis*, os que se aproximavam do imperador tinham que ajoelhar-se e beijar seus sapatos de púrpura; foram gravadas nas moedas as letras D e N, que significavam *Dominus Noster*, Nosso Senhor, pois o império não tinha mais cidadãos, e sim súditos³⁸. Desse modo, nota-se todo um universo de sacralidade altamente apreensível e visualizável na atuação do poder imperial, a partir do governo de Diocleciano.

A respeito da atuação governamental desse *imperator*, Renan Frighetto afirma o seguinte:

A tentativa de renovação imperial (*renouatio imperii*) levada a cabo por Diocleciano ao longo de mais de vinte anos de governo centrava na instituição da tetrarquia as esperanças de sucessões imperiais menos turbulentas que as ocorridas no decurso do século III. Idealizando uma recuperação das antigas tradições romanas que tinham como objetivo o aumento da autoridade imperial romana como elemento de integração de todo o orbe romano, Diocleciano potenciou, igualmente, a condição do imperador como ente sagrado, divino, paralelo humano das divindades romanas. Porém, um deus limitado em sua ação efetiva que teria de contar, indubitavelmente, com o auxílio de outros colegas divinos. Nesse caso, a tetrarquia tentava reproduzir ideologicamente no plano terreno o consenso

³⁷ BOWMAN, Alan K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In: **The Cambridge Ancient History, The Crisis of Empire, a.d. 193–337**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008, p.77. “It is difficult and perhaps misleading to assess what impact the creation of the tetrarchy had at the time [...] Even on the most conservative view, however, we can admit that the year 293 was a very important stage in the administrative reorganization and stabilization of the empire. The creation of a college of rulers with shared responsibility and some plan for the orderly transfer of power from one generation of rulers to the next (whatever its precise details may have been at any given time in the period 293–305) marked a fundamental change of practice within a framework which was essentially dynastic, as Roman imperial power had been since the establishment of the principate by Augustus. The changing ‘ideology’ of imperial power, austere and somehow massively authoritarian, but without sacrificing strength, energy, military prowess or accessibility, crystallized around the tetrarchy (presumably not at a stroke) and is reflected in various media: architecture, sculpture, coinage as well as the literary artifices of the panegyrists. Court ceremonial and divine patronage had *always* been important to Roman emperors and we must be careful not to posit too profound a change of principle, rather than simply a different emphasis in practice. The rulers were still not gods, but somehow enjoyed

the protection and patronage of specific deities and in some sense partook of their characteristics”.

³⁸ SILVA; MENDES, op. cit., p.200.

existente entre os deuses que governariam o mundo romano em nome de todos os cidadãos que passavam, a partir de finais do século III, também à condição de súditos imperiais. Consenso fundamentado na paz interna, estabelecida especialmente na boa convivência, familiar inclusive, entre os quatro imperadores responsáveis pela defesa e preservação do mundo imperial romano.³⁹

A ascensão de Diocleciano ao poder e a sagração imperial intensificada a partir do seu governo enunciam uma etapa na história romana conhecida pelo nome de *Dominato*. Nela, defende Gonzalo Bravo⁴⁰, o imperador tendia a fortalecer seu poder em todos os âmbitos, controlando diretamente o exército, selecionando cuidadosamente seus colaboradores mais próximos, os funcionários palatinos e os mandatários provinciais. O controle sobre todos eles era mais fácil e efetivo, pois a nova estrutura piramidal da administração com a hierarquização de títulos e funções e as esferas administrativas contribuía para descobrir rapidamente os abusos de poder pela imediata repercussão nas demais esferas jurisdicionais. O historiador explana:

Daí que, no Baixo Império, se produza o aparente paradoxo de que, ainda estando o imperador mais ‘oculto’ que antes, sua ‘presença’ em cada ato administrativo é mais forte que nunca; prova de ambas as afirmações é, por um lado, sua escassa representação iconográfica excetuados os momentos do cerimonial (coroação, triunfo, sucessão) e, por outro lado, o intenso trabalho legislativo dos imperadores baixo-imperiais ...⁴¹

Todo o projeto delineado acima é caracterizado como uma tentativa de restauração no mundo romano da quarta centúria⁴². Gilvan Ventura e Norma Mendes consideram Diocleciano e o futuro imperador Constantino os restauradores da ordem romana, após décadas de fragilidade político-institucional, além de terem lançado os alicerces para os momentos políticos posteriores. O Estado romano realizou nesse período

amplas reformas na máquina pública, como aquelas instituídas por Diocleciano e Constantino, os artífices do *Dominato* que, mediante sua obra, permitiram ao Império do Ocidente se manter coeso por cerca de duzentos

³⁹ FRIGHETTO, Renan, op. cit., p.101.

⁴⁰ BRAVO, Gonzalo. El Dominado, In: **Historia del mundo antiguo, Una introducción crítica**. Madrid: Alianza Editorial, 1998, p.572.

⁴¹ BRAVO, op. cit. p. 572-573. “De ahí que, en el Bajo Imperio, se produzca la aparente paradoja de que, aun estando el emperador más ‘oculto’ que antes, su ‘presencia’ en cada acto administrativo es más fuerte que nunca; prueba de ambas afirmaciones es, por un lado, su escasa representación iconográfica exceptuados los momentos del ceremonial (coronación, triunfo, sucesión) y, por otro lado, la intensa labor legislativa de los emperadores bajoimperiales...”

⁴² ROUCHE, op. cit., p.251.

anos, ao mesmo tempo em que estabeleceram as bases do que será mais tarde a Civilização Bizantina, ou seja, a civilização romano-cristã do Oriente cujas raízes remontam à fundação de Constantinopla, em 330. ⁴³

Os dois autores comentam ainda que o sistema estruturado por Diocleciano e Constantino (Dominato)

é uma entidade política fundada numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade que se desenvolveu como uma estratégia reguladora diante de uma grave situação de instabilidade política com a finalidade de gerir as pressões externas e as dissensões internas. ⁴⁴

Como reflexão, os estudiosos observam que o Dominato não superou imediatamente todos os problemas que afligiam o Império desde a Anarquia Militar; foram necessárias medidas estruturais para sobrepujar a crise causada pelas desordens de disputas pelo poder e ameaças nas fronteiras. ⁴⁵

Ao longo do período da primeira Tetrarquia houve relativa pacificação, devido às vitórias conquistadas pelos tetrarcas sobre adversários internos e externos. ⁴⁶ Apesar disso, o sistema tetrárquico não se demonstrou tão eficaz a ponto de perdurar durante os anos seguintes na política imperial. No ano de 305, por motivos de saúde e talvez velhice, Diocleciano abdicou do poder, em Nicomédia. Maximiano, contra sua vontade, faz o mesmo em Milão.

Quem ocupou seus lugares foram os Césares, agora Augustos, Galério e Constâncio Cloro. Por sua vez, aquele nomeou Maximino Daia como César, e este intitulou Severo. Essa nova disposição tetrárquica continha um problema em sua origem, segundo Renan Frighetto ⁴⁷, a qual era a efetiva supremacia de Galério, enquanto Augustus senior e mantenedor da sua autoridade na parte oriental, frente a Constâncio, na parte ocidental. A superioridade de Galério se fundamentava também na escolha dos Césares, os dois adeptos a ele; “sinal que a

⁴³ SILVA; MENDES, op. cit., p.196.

⁴⁴ Ibidem, p.197.

⁴⁵ SILVA, op.cit., p. 197-198.

⁴⁶ FRIGHETTO, op. cit., p.98.

⁴⁷ Ibidem, p.101.

paridade apresentada anteriormente pelos Augustos Diocleciano e Maximiano deixara de ser efetiva a partir de então”.⁴⁸

A despeito disso, Constâncio veio a falecer no ano de 306, em York (Britania), após uma vitória sobre os pictos. O seu filho, Flávio Valério Constantino (272-337), foi então aclamado Augusto pelas legiões do pai⁴⁹, “dando início à desorganização da própria tetrarquia”⁵⁰. Até aquele momento, Constantino era conhecido por certas funções e atuações que realizava; desde 293 fora tribuno da corte de Diocleciano em Nicomédia, participou junto a Galério das campanhas contra os persas, em 298, e dos confrontos com os sármatas em 299. A partir dali, iniciou-se a trajetória dele enquanto governante, marcada por disputas políticas e militares, a busca por legitimidade do poder imperial e a estabilização temporária de um regime de autoridade única.

Na contramão da proclamação de Constantino a Augusto na Britania, o Augusto Senior Galério o tomava por usurpador, pois este elevava o César Severo à posição de Augusto nos territórios ocidentais. Diante do apoio crescente que o filho de Constâncio recebia dos legionários da Gália, a saída encontrada por Galério foi a de nomeá-lo César no ocidente, enquanto Severo era mantido como Augusto; “Mesmo discordando da situação, provavelmente temeroso duma confrontação direta contra os Augustos Galério e Severo, Constantino acabou por aceitar o título de César”⁵¹, e estabeleceu sua capital em Tréves, possuindo autoridade sobre as províncias da Britania, Gália e Hispania. Quanto à importância de Tréves na qualidade de capital para Constantino, Renan Frighetto diz o seguinte:

Constantino instalou sua corte na mesma *ciuitas* que havia albergado por longo período a corte de seu pai, podendo este ser um indício revelador dos apoios políticos e militares obtidos pelo novo César e que culminaram no seu reconhecimento. Além disso, Tréves encontrava-se estrategicamente localizada nas proximidades do *limes* do Reno, aspecto este que favoreceu a intervenção e a vitória de Constantino contra as tribos francas entre os anos de 306 e 307.⁵²

As disputas por autoridade no âmbito governamental se intensificaram quando Marco Aurélio Valério Maxêncio empreendeu uma usurpação nos territórios ocidentais em 306; para tanto, obteve o apoio do Senado e da guarda pretoriana em Roma. Maxêncio era filho do

⁴⁸ Ibidem, loc. cit.

⁴⁹ Constantino ficou com o comando sobre os territórios até então de seu pai (Anexo II).

⁵⁰ FRIGHETTO, op.cit., p. 102.

⁵¹ Ibidem, p. 103.

⁵² Ibidem, loc. cit.

Augusto Maximiano, contudo não fora nomeado na sucessão tetrárquica. Para participar da atuação política, lutou contra Severo, o qual foi derrotado e morto em 306, e contra Galério, gerando nova divisão do poder. Em 308, Valério Liciniano Licínio foi aclamado Augusto no ocidente, enquanto Maximiano retornava à esfera política. Frighetto faz uma rápida análise sobre esse momento conturbado:

[...] a situação política no mundo imperial romano encontrava-se, no ano de 308, bastante confusa, particularmente nos territórios ocidentais. Nesta porção do mundo romano teríamos a existência de três Augustos, Constantino, Maximiano *Hercúleo* e Licínio, além de um usurpador na *Itália*, Maxêncio, sem olvidarmos do Augusto Sênior Galério e do César Maximino *Daia*, que mantinham a sua autoridade nos territórios imperiais romanos do oriente.⁵³

Não obstante, as batalhas mais incisivas que Constantino vivenciou foram primeiro em relação a Maxêncio, e depois a Licínio, as quais são denominadas por Valério Neri como guerras civis.⁵⁴ Constantino e Maxêncio entram em conflito devido às esperanças que cada um nutre para a sucessão imperial. Até aqui, os dois mantinham uma posição de relativa neutralidade, pois Constantino não se sentia efetivamente ameaçado por Maxêncio, já que a aproximação daquele com o pai deste, Maximiano, através do casamento com sua filha Fausta, parecia dar-lhe certa legitimidade ao ser vinculado à dinastia hercúlea, além de o próprio Maxêncio ter sido afastado da Itália pelo pai em 308.

Contudo, após o desentendimento entre Constantino e o sogro em 310, quando Maximiano tenta retomar o poder na ausência daquele em Tréves, mas por razão do conflito entre ambos, acaba por falecer, Constantino perde sua conexão com a família hercúlea e recobra a rivalidade contra Maxêncio. A hostilidade entre eles culmina na batalha de Saxa Rubra no ano de 312, instante em que Constantino vence o filho de Maximiano. Para o confronto, fora pintado nos escudos dos legionários de Constantino o número apolíneo XXX, que teria sido visto por ele em sonho antes do conflito, segundo o panegírico de 310, relato que expõe a aproximação do imperador com a divindade solar de Apolo. Neste mesmo panegírico, há a vinculação dinástica de Constantino a Cláudio II, o gótico, que reforça a elevação e o poder do governante baseado num antepassado vitorioso anterior à tetrarquia.

⁵³ Ibidem, loc. cit.

⁵⁴ NERI, Valerio. Costantino e le guerre civile. Storia e storiografia. In: **Enciclopédia Constantiniana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Istituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013.

“Ou seja, a autoridade de Constantino sobre os territórios romanos ocidentais era reconhecida no seu antepassado, legitimando sua ascensão com base na hereditariedade do poder imperial”.⁵⁵

Essa construção de ideias se fez, portanto, na oposição referente a seu primeiro grande rival, Maxêncio, o qual, ao ser vencido, foi considerado pela propaganda constantiniana como um tirano, de acordo com o historiador italiano Valério Neri:

Logo depois da vitória de Constantino, Maxêncio foi apresentado pela propaganda do vencedor como um *tyrannus*. O termo conhece uma evolução significativa na Antiguidade Tardia, designando sistematicamente o usurpador, ao ponto de ser considerado um termo técnico. A denúncia de uma ocupação ilegítima do poder se associa, mas na propaganda do vencedor, a uma caracterização muito ruim do derrotado no plano político e ético, usando os lugares comuns tradicionais da figura do tirano como um príncipe ruim. Estes dois pólos, a ilegitimidade do poder do tirano e o caráter político e eticamente negativo de seu governo, parecem sempre coexistir no léxico e na representação dos *tyranni* tardo-antigos, embora em muitos casos a razão da ilegitimidade prevaleça ao ponto a obscurecer qualquer outro caso.⁵⁶

Neri afirma, além disso, que Maxêncio é apresentado como um tirano na inscrição que se encontra no arco triunfal de Constantino, em Roma, quando o Senado e o *populus* romano dedicaram-no ao imperador, em 315. Além disso, há várias outras inscrições elogiosas ao governo constantiniano, como a referência a “restituidor da liberdade”, em contrapartida à imagem feita de Maxêncio, identificado como um líder que ocupou ilegalmente o poder.⁵⁷

O outro inimigo muito significativo de Constantino foi Licínio, com o qual manteve relações a princípio pacíficas e até mesmo amigáveis, mas que se desfizeram posteriormente, levando os dois líderes ao confronto direto. Em 311, eles fizeram um acordo militar, no qual Licínio, após a morte do Augusto Galério, iniciou um conflito contra Maximino Daia pelo controle dos territórios orientais. A eliminação de Maxêncio por Constantino e a consequente gerência do ocidente ajudou este a apoiar ainda mais Licínio com suas pretensões em relação

⁵⁵ FRIGHETTO, op. cit., p.105.

⁵⁶NERI, op. cit., p.70-71. “Subito dopo la vittoria di Costantino, Massenzio è presentato dalla propaganda del vincitore come un *tyrannus*. Il termine conosce un’evoluzione significativa nella tarda antichità, designando sistematicamente l’usurpatore, al punto da essere considerato un termine tecnico. La denuncia di un’occupazione illegittima del potere si associa però, nella propaganda del vincitore, a una caratterizzazione dello sconfitto del tutto negativa sul piano politico ed etico, usando i luoghi comuni tradizionali della figura del tiranno come cattivo principe. Questi due poli, l’illegittimità del potere del tiranno e il carattere politicamente ed eticamente negativo del suo governo, sembrano sempre compresenti nel lessico e nella rappresentazione dei *tyranni* tardoantichi, anche se in molti casi il motivo dell’illegittimità prevale al punto da oscurare in qualche caso l’altro”.

⁵⁷ Ibidem, p.71.

ao oriente, desejos efetivamente alcançados em 312. Assim, Constantino e Licínio passaram a governar em regime de *Diarquia*, sendo o primeiro Augusto nas regiões ocidentais, e o segundo, nas orientais.

O ano de 313 marca a proximidade entre ambos, pois foi neste momento que a aliança entre eles selou-se, quando ocorreu o casamento da irmã de Constantino, Constância, com Licínio, em Milão. Ademais, também em Milão, os dois Augustos firmaram um Editto que possibilitava a tolerância religiosa a todos os moradores do mundo romano. Dessa maneira, qualquer tipo de perseguição religiosa estava legalmente proibida, “a partir deste ponto de vista, culto cristão e culto pagão são colocados no mesmo plano”⁵⁸. Outra decisão decorrente do Editto foi a devolução dos bens cristãos aos donos, apreendidos durante as perseguições precedentes.⁵⁹

No entanto, Renan Frighetto expõe que as relações entre eles foram bastante instáveis desde o princípio⁶⁰. Valério Neri alega que o acordo entre os dois “entra logo em crise”, e que, mesmo antes do casamento de Licínio com Constância, os Augustos viveram por três anos em difícil equilíbrio.⁶¹ De modo mais efusivo, o enfrentamento entre Constantino e Licínio aparece a partir de 316, “revelando que a paz entre ambos era um projeto inalcançável enquanto a busca pela unidade imperial apresentava-se como sonho possível”⁶².

O primeiro confronto aberto aconteceu em Cibalas e no Campo Ardiense, na Panônia, no qual Constantino saiu vitorioso. Em 317, Constantino nomeia como Césares seus filhos, Crispo e Constantino, enquanto Licínio nomeia seu filho Liciniano; assim, os “Augustos demonstravam a efetiva vontade de manutenção duma sucessão hereditária que inviabilizava, na prática, a possibilidade de futuras negociações entre os dois senhores do mundo imperial romano”⁶³. Outros embates militares se deram em 324, quando Constantino obteve vitórias sobre Licínio nas regiões de Andrinopla e Crisópolis, levando o último a abdicar do poder, ação firmada em Nicomédia.

Com tais acontecimentos, Constantino se tornou imperador único do mundo romano, aglomerando os territórios ocidentais e orientais sob seu domínio⁶⁴. Como Augusto exclusivo,

⁵⁸ Ibidem, p. 74. “da questo punto di vista culto cristiano e culto pagano sono posti sullo stesso piano.”

⁵⁹ Há uma passagem do Editto na página 57, capítulo 2.

⁶⁰ FRIGHETTO, op. cit., p.105.

⁶¹ NERI, op. cit., p. 74.

⁶² FRIGHETTO, op. cit., p.105.

⁶³ Ibidem, loc. cit.

⁶⁴ Mapa no anexo III.

passou a governar com o auxílio dos filhos, a ele subordinados, além do terceiro filho também nomeado César neste momento, Constâncio II. Todavia, a “harmonia familiar” não permaneceu por muito tempo, pois Crispo envolveu-se com sua madrasta, Fausta, o que lhes custou a vida; foram mortos a mando de Constantino em 326. Em 333, o *imperator* nomeia seu quarto filho, Constante, como César, e vincula ao poder seus sobrinhos Dalmácio e Anibaliano. Constantino almejava a unificação do poder imperial na dinastia potencialmente fundada por ele, contudo tal sonho não se perpetuou após sua morte, conforme aponta Frighetto:

Ao que tudo indica Constantino idealizava um plano sucessório pautado na aliança entre os integrantes de sua família, aos moldes da proposta de Diocleciano para a tetrarquia, através de vínculos parentais que solidificariam o poder do clã constantiniano por longo tempo. Todavia, como demonstraram os fatos, a relação familiar entre os filhos e sobrinhos de Constantino foi o principal argumento para a realização do grande expurgo ocorrido logo após a morte do Augusto.⁶⁵

A historiadora Averil Cameron aponta para a importância dada por Constantino ao contexto político-institucional herdado de Diocleciano e à busca de estabilidade governamental:

[...] não significa, contudo, que o reino de Constantino em si mesmo trouxe a mudança dramática que foi atribuída a ele, nem é para se aceitar a dicotomia brusca realizada na maioria das fontes contemporâneas entre os reinos de Constantino e Diocleciano. O próprio Constantino foi um produto do sistema tetrárquico e em muitos aspectos ele comportou-se não diferentemente de seus colegas e rivais. Uma vez que garantiu o poder único, ele beneficiou-se de muitas mudanças institucionais úteis, as quais foram iniciadas durante o reinado de Diocleciano, e ele foi capaz de continuá-las e consolidá-las em um sistema que permaneceu essencialmente estável pelo menos até o fim do reinado de Justiniano.⁶⁶

No tocante às duas vitórias de Constantino, José María Blázquez⁶⁷ afirma, a partir da História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia, que ele foi um imperador e varão piedoso, filho

⁶⁵ Ibidem, p. 106.

⁶⁶ Ibidem, p. 108-109. “[...] That does not mean however that Constantine’s reign in itself brought the dramatic shift that has often been attributed to it, nor is it to accept the sharp dichotomy made in most contemporary sources between the reigns of Constantine and Diocletian. Constantine himself was a product of the tetrarchic system and in many respects he behaved no differently from his colleagues and rivals. Once he had secured sole power he benefited from the many useful institutional changes which had been begun during the reign of Diocletian, and was able to continue and consolidate them into a system which remained essentially stable until at least the reign of Justinian”.

⁶⁷ MARÍA BLÁZQUEZ, J. La política imperial sobre los cristianos. De la Tetrarquía a Teodosio. In: FERNÁNDEZ ARDANAZ, S.; LÓPEZ MONTEAGUDO, G.; LOZANO, A.; PIÑERO, A. **Cristianismo primitivo y religiones místicas**. Madrid: Cátedra, 1995, p.272.

de um pai piedoso e prudentíssimo em tudo. Combateu aos ímpios tiranos aliado a Deus de maneira extraordinária, fazendo Maxêncio ser derrotado, assim como ocorreu com Licínio alguns anos depois. Essas conquistas de Constantino são narradas e engrandecidas na História do bispo Eusébio, momentos do relato em que o autor cristão defende a atitude constantiniana de eliminação frente aos governantes ímpios Maxêncio⁶⁸ e Licínio ⁶⁹.

⁶⁸ H.E., IX, IX, I-III.

⁶⁹ H.E., X, IX, I-II.

Eusébio de Cesareia: seu tempo e espaço

Eusébio de Cesareia nasceu entre 260 e 264, em região desconhecida, embora possivelmente tenha sido na Palestina ⁷⁰. O complemento “de Cesareia” é acrescido ao seu nome porque foi nesta cidade que o erudito tornou-se bispo e passou a maior parte da vida até a morte, em 339. Acácio, o sucessor de Eusébio no episcopado de Cesareia, escreveu uma biografia sua, mas foi perdida. ⁷¹ A respeito de sua família não há informações que chegaram até nós; contudo, é provável que não fosse judia, mas grega ou helenizada. Desconhecemos se seus pais eram ou não cristãos, assim como não existem indícios de um momento ou processo de conversão de Eusébio, como aparece em sua *História Eclesiástica* a respeito de Orígenes ⁷², uma de suas maiores referências doutrinárias:

Ao acender-se pois, com a maior violência a fogueira da perseguição e sendo inumeráveis os que se cingiam com a coroa do martírio, tal foi a paixão do martírio que se apoderou da alma de Orígenes, ainda um menino, que ardia para lançar-se de encontro aos perigos e pular e jogar-se à luta. Muito pouco faltou, na verdade, para que a morte se aproximasse, não fosse pela divina e celestial providência que, em proveito da grande maioria e por meio de sua mãe, se interpôs como obstáculo ao seu zelo. Ela primeiramente rogou-lhe com palavras, exortando-o a ter consideração por suas disposições maternas para com ele, mas quando o viu terrivelmente excitado, todo ele preso pelo desejo do martírio ao saber que seu pai tinha sido preso e encarcerado, escondeu todas suas roupas e assim obrigou-o a permanecer em casa. Mas ele, não podendo fazer outra coisa e sendo-lhe impossível dar sossego a um zelo que excedia sua idade, enviou a seu pai uma carta muito estimulante sobre o martírio, na qual o animava dizendo textualmente: "Cuida-te, não aconteça que por nossa causa mudes de parecer." Fique isto consignado por escrito como primeiro indício da agudeza de pensamento do menino Orígenes e de sua nobilíssima disposição para a religião. E efetivamente, tendo-se exercitado já desde pequeno nas divinas Escrituras, tinha já lançados não pequenos fundamentos para as doutrinas da fé. Também nestas tinha se ocupado sem medida, pois seu pai, antes do ciclo de

⁷⁰ Em muitos autores encontramos a informação de que Eusébio nasceu na Palestina (apenas alguns especificam a cidade de Cesareia), contudo a introdução da *História Eclesiástica* da Loeb Classical Library nos esclarece o motivo desse apontamento: “It is true that Arius in writing to Eusebius of Nicomedia spoke of him [Eusébio de Cesareia] as the brother of the latter, but it is probable that this meant no more than ‘brother bishop’. He was sometimes referred to as ‘the Palestinian’, but this again was probably merely to distinguish him from the other Eusebius, and alluded to his Palestinian bishopric.” Eusebius. *Ecclesiastical History*. Vol. I. Kirsopp Lake (trad.); Jeffrey Henderson (ed.). Harvard University Press, p.9-10.

⁷¹ Sócrates (*História Eclesiástica* 2,4) e Sozomeno (*História Eclesiástica* 3,2; 4,23) relatam a elaboração da biografia.

⁷² Orígenes viveu por volta de 185 a 254, majoritariamente no Egito. Ocupou a função de chefe da *escola* de Alexandria, centro de estudos *cristãos* e *pagãos* de grande impacto na tardo-antiguidade. Sobre o teor de sua doutrina e a influência que exerceu em relação a Eusébio de Cesareia, falaremos no último capítulo.

estudos comum a todos, fez com que sua preocupação por elas não fosse secundária.⁷³

A cidade que deu nome ao nosso personagem - Cesareia Marítima - teve destaque entre as cidades palestinas comandadas por Roma; desde sua fundação constituía-se em ponto importante de contato entre diferentes povos e culturas. Foi construída por Herodes e inaugurada entre 22 e 9 a.C. e recebeu o nome em honra ao imperador Augusto. Além do nome, Cesareia tinha outras marcas da cultura urbana greco-romana: um teatro, um anfiteatro e um aqueduto; posteriormente outras edificações foram adicionadas, como o hipódromo e um segundo aqueduto, construído sob o imperador Adriano (117-138 d.C.). A cidade foi sede do governo romano, transformada em colônia romana durante o governo de Vespasiano (69-79 d.C.), e recebeu o estatuto de metrópole sob o reinado de Alexandre Severo (222-235 d.C.).⁷⁴

Pouco depois de sua instauração, se tornou uma cidade marítima próspera, com etnicidade heterogênea e caráter cosmopolita, segundo constata Joseph Patrich pautado nas descobertas arqueológicas: “as moedas da cidade, a estatuária e as inscrições atestam para seu panteão, e as mercadorias importadas e os achados numismáticos demonstram seu comércio internacional”⁷⁵. Joseph Patrich aponta que um terremoto acometeu Cesareia no ano de 306, de acordo com Eusébio na História Eclesiástica, o qual parece não ter sido devastador, embora os habitantes tenham se assustado imensamente no momento em que ocorrera. Em questão econômica e alimentícia, a região era rica em tecidos, óleo de oliva, vinho e grãos.⁷⁶

Fora a relevância política e econômica que esta cidade possuía, afirma Andrew James Carriker⁷⁷, a biblioteca ali construída transformou-se em um centro intelectual, e é possível que no momento do planejamento de Cesareia, Herodes tenha já providenciado uma biblioteca pública. Os judeus tiveram espaço na biblioteca com seus estudos e escritos rabínicos, contudo os cristãos iriam sobrepular-lhes nos séculos seguintes, conforme o autor.

⁷³ H.E., VI, II, III-VII.

⁷⁴ CARRIKER, Andrew James. **The library of Eusebius of Caesarea**. Leiden/Boston: Brill, 2003, p.1-2.

⁷⁵ PATRICH, Joseph. Caesarea in the time of Eusebius, In: **Reconsidering Eusebius : collected papers on literary, historical, and theological issues**. Inowlocki, Sabrina; Zamagni, Claudio (editors). Brill: Leiden/Boston, 2011, p.1. “the city coins, statuary, and inscriptions, attesting to its pantheon, and the imported ware and numismatic finds, attesting to its international commerce”.

⁷⁶ Ibidem, p. 2.

⁷⁷ CARRIKER, op. cit., p.2.

O estudioso Argimiro Velasco-Delgado ⁷⁸ afirma que as poucas informações que podem ser encontradas sobre Eusébio estão em fontes como Alexandre de Alexandria, Santo Atanásio, Eusébio de Emesa, Eusébio de Nicomédia, em atas de concílios, nas obras de continuadores do estilo de história eclesiástica: Sócrates, Sozomeno, Teodoreto, Filostorgo, Gelásio de Cícico, Jerônimo, entre outros documentos. Jerônimo de Estridão ou São Jerônimo (347-420), uma das grandes bases do cristianismo tardo-antigo, continuou certa obra de Eusébio de Cesareia – a sua Crônica universal, traduzindo-a do grego ao latim, e continuando a narração até vários anos além do que Eusébio descrevera. É muito plausível que conhecesse bastante a vida de Eusébio, contudo Velasco-Delgado aponta:

Ainda que o conhecimento que Jerônimo tem das obras de Eusébio seja muito completo e profundo, e apesar de citá-lo com profusão e até mesmo de copiá-lo sem escrúpulo, as notícias que nos proporciona sobre sua vida são muito escassas. Em caso semelhante, se encontra o tradutor oficial de Eusébio, Rufino. Ambos representam um papel primordial na transmissão do legado de Eusébio ao Ocidente latino, contudo não há mais que isso como informações de sua vida. ⁷⁹

Eusébio pode ter recebido suas primeiras instruções e ensino de um sacerdote antioquino chamado Doroteu (255-362). Mais tarde, é fato, tornou-se discípulo de Pânfilo, o qual teve por mestre Orígenes. A relação entre Eusébio e Pânfilo foi profunda durante os anos de convivência, tanto que o primeiro adquiriu a designação “Eusebius Pamphilus” (Eusébio de Pânfilo), eventualmente por escolha própria. De família nobre, Pânfilo nasceu na Fenícia, estudou em Alexandria e estabeleceu-se em Cesareia, local em que foi ordenado presbítero por Agápio, o bispo de Cesareia antecessor a Eusébio.

Ali Pânfilo reuniu uma grande gama de obras formando a Biblioteca de Cesareia, e presidiu uma escola similar à fundada por Orígenes ⁸⁰. Entre os escritos da Biblioteca, encontravam-se vários trabalhos de Orígenes, incluindo o original da *Hexapla*, uma obra espetacular que reunia seis versões distintas do Antigo Testamento - uma em hebraico e as restantes em variantes gregas - dispostas em colunas paralelas. O trabalho que realizava na

⁷⁸ VELASCO-DELGADO, Argimiro. Trad. e Introd. **Historia eclesiástica**, Eusebio de Cesarea. Biblioteca de Autores Cristianos: Madrid, 2008, p. 13.

⁷⁹ Ibidem, nota 3. “Aunque el conocimiento que Jeronimo tiene de las obras de Eusebio es muy completo y profundo, y a pesar de citarlo con profusion y hasta de copiarlo sin escrupulo, las noticias que nos proporciona sobre su vida son muy escasas. En caso parecido esta el traductor oficial de Eusebio, Rufino. Ambos representan un papel primordial en la transmision del legado de Eusebio al Occidente latino, pero apenas cuentan más de lo indicado como fuentes de su vida”.

⁸⁰ KOFISKY, Aryeh. **Eusebius of Caesarea against the paganism**. Vol. 3. Leiden/Boston: Brill, 2000, p. 12.

escola, o qual contava com ajudantes, abrangia a coleção, a cópia de diversos escritos e a correção de manuscritos bíblicos e origenianos. De certa maneira, ele continuou o trabalho de Orígenes, pois dedicava muito tempo aos mesmos estudos realizados pelo mestre no que concerne às Escrituras Sagradas. Segundo Aryeh Kofsky, um discípulo de Orígenes chamado Gregório Taumaturgo descreveu na *Dedicação a Orígenes* o que era ensinado e debatido nos grupos de estudo (podemos entender que no tempo de Eusébio o funcionamento se dava da mesma forma, ao menos em seus fundamentos):

Ele [currículo] começava com estudos preparatórios dos diálogos socráticos para praticar o pensamento filosófico dialético. Os estudos incluíam as três áreas filosóficas: física, lógica, e, conseqüentemente, ética, todas como um sistema de pensamento e como um estilo de vida. Gregório aprendia a identificar e controlar sentimentos irracionais e desenvolver virtudes morais. Orígenes enfatizava que a fonte de todas as virtudes e seu objetivo final era a piedade religiosa, e que a filosofia poderia ser entendida como uma preparação para a teologia. Os estudantes liam obras filosóficas gregas junto a uma elucidação do que era verdade e benéfico para eles. O programa de estudos era cingido pela leitura das Sagradas Escrituras, as quais Orígenes via como uma reserva inesgotável de sabedoria e verdade.⁸¹

Eusébio fez parte desse grupo de estudos comandados por Pânfilo. A união do mestre com seus ajudantes era de enorme proximidade, conforme atesta Velasco-Delgado:

Juntos formaram algo mais que uma equipe eficaz de trabalho. A todos os unia a mesma paixão pelo estudo, o mesmo amor às Sagradas Escrituras, mas, sobretudo, o mesmo ideal de vida cristã na linha traçada por Orígenes: como ele e seus discípulos, segundo parece, levavam vida comum e formavam como uma família na mesma casa.⁸²

O autor indica também que o trabalho de revisão, exegese e crítica requeria um vasto campo de leitura e estudo, o qual ultrapassava escritos apenas cristãos, mas incluía obras heréticas, judias e pagãs, “Pelos resultados, podemos afirmar que Eusébio se especializou

⁸¹Ibidem, p. 12-13. “It began with preparatory studies of Socratic dialogues in order to practice philosophical dialectic thinking. Studies included the three philosophical subjects: physics, logic, and, subsequently, ethics, both as a system of thought and as a way of life. Gregory learned to identify and control irrational feelings and to develop moral virtues. Origen emphasized that the source of all virtues and their ultimate goal is religious piety, and that philosophy should be understood as preparation to theology. The students read Greek philosophical works together with an elucidation of what was true and beneficial in them. The program of study was crowned by the reading of Holy Scripture which Origen viewed as an inexhaustible reservoir of wisdom and truth”.

⁸²VELASCO-DELGADO, A., op. cit., p.19. “Juntos formaron algo mas que un equipo eficaz de trabajo. A todos les unia la misma pasion por el estudio, el mismo amor a las Sagradas Escrituras, pero sobre todo el mismo ideal de vida cristiana en la linea trazada por Origenes: como el y sus discipulos, según parece, llevaban vida comun y formaban como una familia en la misma casa”.

neste tipo de trabalho”⁸³, tanto que percebemos, ao lê-lo, a grande extensão de referências que faz a autores de diversas origens intelectuais e religiosas. Isso deve ter resultado em parte pelas visitas que o erudito cristão empreendia a várias bibliotecas, em diferentes localidades do mundo antigo; são exemplos as bibliotecas de Antioquia, Cesareia de Filipe e Elia Capitolina. Pânfilo foi preso em 307, em meio à perseguição aos cristãos desencadeada por Diocleciano entre 303 e 311, e em 310 foi decapitado⁸⁴.

Em 309 Eusébio também foi aprisionado, sob o governo de Firmiliano em Cesareia, porém nada mais grave lhe aconteceu. Durante a perseguição, Eusébio recolheu-se em Tiro e mais tarde no Egito, onde assistiu a várias perseguições aos cristãos e região em que foi preso. Com o edito de pacificação de Galério instaurado em Nicomédia em 311, foi liberto e retornou à Palestina. Foi eleito bispo de Cesareia por volta de 314, muito provavelmente em razão do grande conhecimento que possuía das Escrituras Sagradas, o qual já era demonstrado anos antes da nomeação, assim como prosseguiu em destaque durante o episcopado, em que permaneceu até seu falecimento.

Além do caráter religioso fundamentado na tradição neo-testamentária, o bispo no século IV possuía conotação política, no sentido de ele gerenciar várias atividades que eram ou deveriam ser exercidas pela instância imperial. Susana Fioretti⁸⁵ defende que o bispo era um grande protagonista nesta época e que sua influência era resultado, de certa maneira, da política religiosa dos imperadores cristãos, porém essa influência não seria cabível se as lideranças episcopais ascendentes ao poder não dirigissem a comunidade por si mesmos. O que permitia essa ascensão era o status social, a riqueza familiar e a formação cultural. Através da figura episcopal, a Igreja ganhava espaço na sociedade tardo-antiga. A autora expõe a seguinte passagem do historiador Arnaldo Momigliano, contida em “O conflito entre o paganismo e o cristianismo no século IV”, que trata da figura do bispo:

Pode-se afirmar muito acerca dos conflitos internos, as ambições humanas, a intolerância da Igreja. Mas a conclusão a que se chega é que, enquanto a

⁸³ Ibidem. “Por los resultados podemos afirmar que Eusebio se especializó en este tipo de trabajo”.

⁸⁴ O erudito protestante John Fox (**O Livro dos mártires**. Trad. De Marta Doreto de Andrade e Degmar Ribas Júnior. Cpad: Rio de Janeiro, 2002, p.35.) esmiúça sobre o personagem: “Pânfilo, natural da Fenícia, e de linguagem refinada, era um homem de tão grande erudição, que foi chamado de “o segundo Orígenes”. Foi recebido como obreiro na igreja em Cesaréia, onde estabeleceu uma biblioteca pública e dedicou seu tempo à prática da virtude cristã. Copiou a maior parte das obras de Orígenes, de seu próprio punho e letra, e, ajudado por Eusébio, fez uma cópia correta do Antigo Testamento, que havia sofrido muito pela ignorância ou negligência dos antigos copistas. No ano de 307 d.C., foi preso, sofreu tortura, e morreu martirizado”.

⁸⁵ FIORETTI, Susana. La figura del obispo latino y su influencia en la tardía antigüedad, In: **Semanas de Estudios Romanos**. Vol. XI. Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, 2002, p. 229-241.

organização política do Império se fazia cada vez mais rígida, sem imaginação e insatisfatória, a Igreja era móvel, ágil e oferecia espaço para aqueles aos que o Estado era incapaz de absorver. Os bispos eram os centros das grandes organizações voluntárias. Fundavam e controlavam instituições de caridade. Defendiam o seu rebanho contra os funcionários do Estado... Os melhores homens trabalhavam para a Igreja e não para o Estado. O monacato proporcionava a prova mais notável das capacidades da Igreja no século IV.⁸⁶

Eusébio participou de ocasiões importantes do governo constantiniano, as quais foram: a comemoração da *Decennalia* (315-316) e da *Tricennalia* (335-336) da gestão do imperador, em que pronunciou um discurso, assim como o fez no momento da dedicação da igreja do Santo Sepulcro, inaugurada em 335, em Jerusalém, e esteve presente nos concílios de Niceia (325), Antioquia (326-7), Tiro (335), entre outros. A fama que o bispo recebeu de conselheiro e amigo devoto foi formada pelo contato que eles tiveram nesses episódios, nos quais Eusébio falou muito bem a respeito de Constantino, e em obras que exaltaram a imagem do mesmo. Alguns dos discípulos e sucessores de Eusébio foram: Acácio de Cesareia (ficou em seu lugar no bispado), Eusébio de Emessa, Nemésio de Emessa⁸⁷, Rufino (o tradutor da História Eclesiástica ao latim), Sócrates, Sozomeno, Teodoreto e Gelásio⁸⁸.

A produção escrita de Eusébio é vasta e diversificada, temos conhecimento da existência de obras de exegese e bíblicas, dogmática, apologia, discursos, cartas e história⁸⁹. Obviamente os assuntos se misturam e transparecem uns nos outros, contudo a natureza e objetivos do autor são, no geral, distintos em cada produção. Joseph Patrich diz o seguinte sobre a dinamicidade dos escritos eusebianos:

Eusébio de Cesareia é inegavelmente um dos mais importantes Pais da Igreja da tardo-antiguidade. Obras como a *História eclesiástica*, a *Preparação evangélica*, seus comentários sobre Isaías e sobre Salmos, os *Cânones*

⁸⁶ Idem, p. 241. “Se puede decir mucho acerca de los conflictos internos, las ambiciones humanas, la intolerancia de la Iglesia. Mas la conclusión a que se llega es que, mientras la organización política del Imperio se hacía cada vez más rígida, inimaginativa e insatisfactoria, la Iglesia era móvil, ágil y ofrecía espacio para aquellos a lo que el Estado era incapaz de absorber. Los obispos eran los centros de las grandes organizaciones voluntarias. Fundaban y controlaban instituciones de caridad. Defendían a su grey contra los funcionarios del Estado... Los mejores hombres trabajaban para la Iglesia y no para el Estado. El monacato proporciona la prueba más llamativa de las capacidades de la Iglesia en el siglo IV”.

⁸⁷ ALTANER, B; STUIBER, A. **Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1988, p.229-230.

⁸⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. op. cit., p. 201.

⁸⁹ Foi descrito por Jerônimo na obra *Sobre os homens ilustres* como “estudiosíssimo nas Escrituras divinas”. (Ieronimus Stridonensis, *Liber de Uiris Illustribus*. Transcrição, edição e notas de J.-B. Migne. Paris: Patrologia Latina 23, 1849, cap. LXXXI, p.726-727: “Eusebius, Caesareae Palestinae, episcopus in Scripturis divinis studiosissimus...”).

Evangélicos, seus discursos constantinianos, sua *Crônica* e muitos outros escritos fazem dele uma figura-chave da tardo-antiguidade. Mesmo que ele tivesse escrito apenas uma dessas obras, ainda assim seria um autor essencial para a compreensão da história cristã, teologia e literatura.⁹⁰

Pode-se considerar *Onomasticon*, elaborado antes de 330, como um escrito bíblico e exegético: trata da geografia bíblica, com nomes das regiões em ordem alfabética junto a uma breve descrição sobre a localização, história e nomes recebidos posteriormente ao período bíblico; também são exegéticas as *Questões sobre o Evangelho e suas soluções* (antes de 312), uma análise em três livros das variantes que apresentam as narrativas evangélicas sobre a infância, Paixão e ressurreição de Jesus Cristo, o *Tratado sobre a Páscoa* (325), dedicado a Constantino e oriundo de uma discussão sobre a relação entre a Páscoa judaica e a cristã, os *Cânones Evangélicos*, escrito que dispõe em dez colunas uma visão resumida dos quatro evangelhos, enfatizando o que é comum entre os evangelistas Mateus, Marcos, Lucas e João, e o que é específico, os *Comentários dos Salmos* (entre 320 e 325) e os *Comentários de Isaías* (depois de 324).

Duas são as produções dogmáticas: *Contra Marcelo* (335), constitui uma refutação das doutrinas de Marcelo de Ancira, acusado de sabelianismo ⁹¹ por Eusébio, e *Teologia eclesiástica* (aprox. 336), em três livros o autor contraria novamente Marcelo, expondo a legitimidade de suas ideias e desenvolvendo a doutrina do *Logos* e a concepção hierárquica da Trindade.

As obras de cunho apologético são: *Introdução elementar geral* (aprox. 303), uma coletânea e comentários das profecias messiânicas do Antigo Testamento, em mais de dez livros; *Contra Porfírio*, uma refutação em 25 livros dos ataques do neoplatônico ao cristianismo; *Teofania* (última obra apologética de Eusébio), tratado em cinco livros sobre a manifestação do *Logos* desde a criação, seu papel como regente do universo, da alma humana e redentor do homem, além disso Eusébio refuta a afirmação da época que apontava Cristo como mago e os apóstolos como sedutores do povo; *Contra Hiérocles* (entre 311 e 313),

⁹⁰ PATRICH, Joseph, op. cit., p. vii. “Eusebius of Caesarea is undeniably one of the most important Church Fathers of late antiquity. Works such as the *Historia ecclesiastica*, the *Praeparatio evangelica*, his commentaries on Isaiah and on Psalms, the *Evangelical Canons*, his Constantinian speeches, his *Chronicon* and many other writings make him a key figure of late antiquity. Had he written only one of these works, he would still be an essential author for the understanding of Christian history, theology, and literature”.

⁹¹ Contrário à doutrina da Trindade, na qual Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo eram três seres distintos, embora profundamente interligados, o sabelianismo defendia a unicidade: o Filho e o Espírito Santo eram apenas manifestações de Deus Pai.

escrito no qual Eusébio contesta as acusações do governador da Bitínia, que contrapunha e exaltava os milagres de Apolônio de Tiana em relação a Jesus; *Preparação Evangélica* (escrita entre 312 e 318), ao longo de quinze livros compõe uma espécie de introdução ao estudo do cristianismo, expondo sua superioridade em relação ao paganismo; e, finalmente, a *Demonstração Evangélica* (continua obra anterior, em vinte livros), em que o autor responde aos judeus que denunciavam os cristãos de alterarem a religião judaica, pretendendo provar a verdade do cristianismo e demonstrar a preparação realizada pelo judaísmo até que viesse o cristianismo. As duas últimas são consideradas suas obras apologéticas de maior prestígio.

Alguns dos discursos de Eusébio dos quais temos conhecimento são: um realizado em 314/315 na cidade de Tiro, por ocasião da dedicação de uma igreja construída neste local; outro no ano de 335 em Constantinopla, *Louvor a Constantino*, devido à festa de trinta anos do reinado de Constantino. Quanto às suas correspondências, restaram apenas três cartas: a Carpiano, a Flacilo e à comunidade de Cesareia, momento em que fala de sua posição no Concílio de Niceia.

A *Vida de Constantino* (337) é uma obra panegírica com traços históricos; em quatro livros Eusébio exalta a figura constantiniana, colocando-o como *amigo de Deus* e *novo Moisés*, e rebate as críticas pagãs em relação ao imperador. Nela, o bispo inseriu o discurso pronunciado por Constantino *À assembléia dos santos* (323).

A *Crônica* é uma obra histórica, composta antes de 303, pretende provar a antiguidade do cristianismo pautado na tradição hebraica; possui duas partes: a cronografia, introdução e resumo da história dos caldeus, assírios, hebreus, egípcios, gregos e romanos; e os cânones, tábuas sincrônicas destas histórias até a contemporaneidade do autor, com breves notícias sobre a história sagrada e profana desde o nascimento de Abraão (2016/15 a.C.). Também foi produzida a obra *Os mártires da Palestina* (311), de qualidade monográfica é dirigida aos mártires, vítimas das perseguições. Esta obra integrou a História Eclesiástica, principal escrito eusebiano analisado neste trabalho.

A História Eclesiástica e o imperador Constantino

Eusébio de Cesareia iniciou a redação da História Eclesiástica entre a última década do século III e o ano de 311, a qual ganhou forma completa e definitiva por volta de 323/324, já que fora ampliada ao longo dos anos a partir de novos acontecimentos. Conjectura-se que a História tenha sido traduzida já no século IV ao siríaco e mais tarde ao armênio. Em 402, Rufino (340/45-410) fez uma versão latina estendendo a escrita da obra até o ano de 395. Além das três mencionadas, é possível que tenha sido feita uma versão copta ⁹². Ela é substancial tanto por seu conteúdo e proposições internas, quanto pela notabilidade do autor cristão entre os seus contemporâneos e autores posteriormente influenciados pelo iniciador de um “gênero” historiográfico.⁹³

Referente ao processo de elaboração da História Eclesiástica, os estudiosos divergem sobre datas e quantidade de edições. Segundo Edward Schwartz, a primeira edição consiste nos livros primeiro ao oitavo; tendo sido publicada entre 312 e 313, mas iniciada sua escrita antes da perseguição aos cristãos sob Diocleciano em 303 ⁹⁴. Os oito livros tratam dos eventos referentes à igreja e às perseguições e martírios ⁹⁵ dos cristãos, até o Edito de Tolerância de Galério promulgado em 311. A segunda edição acrescentou o livro nono, necessário devido à perseguição, que parecia ter cessado em 311 mas fora retomada por Maximiano, e a derrota deste por Licínio, em 315, ⁹⁶. Para Schwartz, foi neste ano que terminou a primeira batalha entre Constantino e Licínio. ⁹⁷

A terceira edição, de 317, contou com o livro décimo, “para finalizar a história com a dedicação da basílica em Tiro”. ⁹⁸ Outro motivo para esta edição é porque Schwartz supôs ter ocorrido a morte de Diocleciano em três de dezembro de 316. ⁹⁹ A quarta e última edição, seguindo o autor, ocorreu em 323 em razão da queda e condenação de Licínio e a vitória de

⁹² WINKELMANN, Friedhelm. *Historiography in the Age of Constantine*, In: **Greek and Roman historiography in Late Antiquity**, G. Marasco (ed.). Boston: Brill, 2003, p.5.

⁹³ Arnaldo Momigliano, op. cit., aponta: “Tendo em vista que Eusébio de Cesareia foi o primeiro a escrever a história da Igreja a partir do ponto de vista do fiel, ele abriu um novo período da história da historiografia. Com efeito, é duvidoso que algum outro historiador tenha tido o impacto que este autor conseguiu sobre as gerações que o sucederam. Os homens que o seguiram compartilhavam sua fé na Igreja e isto criava um laço que nenhum outro historiador pagão conseguiria estabelecer com seus colegas pagãos [...] Este mérito (de ter inventado a história eclesiástica) não pode ser posto em discussão [...]”.

⁹⁴ WINKELMANN, Friedhelm. op. cit., p. 6.

⁹⁵ O trabalho de Eusébio *Mártires da Palestina* está incluso no relato. Ibidem, p.5.

⁹⁶ LAKE, Kirsopp. Introduction. In: *Ecclesiastical History*. Harvard University Press, 1926, p.20.

⁹⁷ WINKELMANN, F., op. cit., p.6.

⁹⁸ LAKE, K., loc. cit.

⁹⁹ WINKELMANN, F., loc. cit.

Constantino. A posição de Schwartz é criticada por Richard Laqueur, o qual data a primeira edição da *História Eclesiástica* anterior ao início da perseguição sob Diocleciano em 303, tendo sido produzida em sete volumes, não em oito. Além disso, Laqueur defendia cinco estágios para a composição da obra, ao invés de quatro, e a divulgação da quinta e última edição após a morte de Licínio em 324.¹⁰⁰ Especificamente sobre a primeira edição, William Tabbernee afirma o seguinte:

Pode nunca ter havido uma primeira edição da *História Eclesiástica [HE]* de Eusébio, se “primeira edição” significar um trabalho completo em sete livros, copiado e divulgado antes da eclosão da chamada “Grande Perseguição” em fevereiro de 303. Que havia tal edição, como primeiramente sugerido por R. Laqueur e exposto mais fortemente por T. D. Barnes, não é para ser descartado completamente, mas a prova para a existência dessa edição não é tão convincente para o caso como pensado anteriormente.¹⁰¹

Outros estudiosos pensaram a respeito das edições dessa obra eusebiana, como H.J. Lawlor, o qual presumia que Eusébio iniciara a redação da *História* num período mais cedo que o retratado por Schwartz¹⁰²; Timothy D. Barnes concordava com Laqueur em vários pontos, mas sugeria, como Schwartz, quatro edições do escrito¹⁰³; e Vincent Twomey, que propunha cinco edições, alinhado a Laqueur, porém com datações diferentes.¹⁰⁴

Mesmo existindo diferenças no entendimento entre eles, o consenso geral é o de que a obra não fora escrita “de uma vez”, mas iniciada em determinado momento e acrescida de novas informações conforme passavam os anos e acontecimentos surgiam. Salientamos esse detalhe porque nos chama a atenção observar que quando Eusébio principiou a *História*, ele não sabia que ela terminaria com o imperador Constantino.

Entendemos como destacável o relato começar com o apontamento de profecias a respeito de Jesus Cristo no Antigo Testamento, a vida e morte de Cristo nesse mundo, tratar dos apóstolos e de seus sucessores, e terminar com Constantino. Por mais que o bispo

¹⁰⁰ WINKELMANN, F., loc. cit.

¹⁰¹ TABBERNEE, William. Eusebius “Theology of Persecution”: As Seen in the Various Editions of his Church History. In: **Journal of Early Christian Studies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997, 5:3, p.19. “There may never have been a first edition of Eusebius’ *Historia Ecclesiastica [HE]*, if by “first edition” is meant a completed work in seven books, copied and circulated before the outbreak of the so-called “Great Persecution” in February 303. That there was such an edition, as first suggested by R. Laqueur and expounded most forcefully by T. D. Barnes, is not to be ruled out altogether, but the evidence for the existence of such an edition is not quite as convincing as was once thought to be the case”.

¹⁰² Lake, K., op. cit., p.21.

¹⁰³ WINKELMANN, F., op. cit., p.7.

¹⁰⁴ WINKELMANN, F., loc.cit.

comente a respeito dos imperadores e governantes provinciais dos primeiros séculos, o seu enfoque recai sobre a história da igreja. Embora saibamos que política e religião se mesclavam naquele período, notamos como ator principal na História Eclesiástica a própria igreja, ou melhor, a comunidade dos cristãos. Dada essa comunicação que a História eusebiana faz do início do cristianismo com seu passado hebraico, também da instituição eclesiástica nos primeiros séculos da era cristã e as grandes dificuldades e perseguições pelas quais passou, é com Constantino que a obra brinda a trajetória cristã.

Segundo o filólogo Eustaquio Sanchez Salor¹⁰⁵, as histórias eclesiásticas constituem-se em um subgênero historiográfico cristão em que são retratadas as histórias das principais sedes episcopais cristãs desde seu início até o momento em que se escreve, tendo como abordagem central a sucessão de bispos dessas sedes. Possuem enorme importância dentro da historiografia cristã durante os séculos IV, V e VI, ao procurarem responder a necessidades apologéticas e doutrinárias. Sua relevância reside também em seu conteúdo: como qualquer história de um povo ou de um grupo, as histórias eclesiásticas retratam histórias da Igreja a partir do momento em que esta adquire consciência de si e de seu papel na história; os próprios membros buscam compor a história da Igreja, da qual fazem parte.

O objetivo de se escrever essas histórias foi o de fundamentar a autenticidade da religião cristã, que perante os pagãos era vista como uma seita fortemente dividida já no século IV e carente de qualquer unidade; não se sabia qual igreja particular ou grupo era o real sucessor de Cristo. Assim, o relato contido nas histórias eclesiásticas a respeito das sedes episcopais mais importantes, principalmente a de Roma, demonstra a sucessão legítima dos bispos que as compõem, levando à cabeça, que foram Pedro e os apóstolos, e legitimando a crença cristã frente aos pagãos.¹⁰⁶ No caso de Eusébio de Cesareia, diante da acusação pagã de que a igreja dos cristãos não possuía seriedade e comum acordo, o autor pretende apontar as igrejas principais de sua época como as autênticas sucessoras de Cristo, remontando à referência das sedes mais importantes desde o período de Jesus. Ainda de acordo com Sanchez Salor:

O gênero [...] tem suas primeiras manifestações no Oriente; e sua importância é considerável sobretudo durante o reinado de Teodósio II; sob seu reinado escrevem, de fato, histórias eclesiásticas Filostórgio, Sozomeno, Sócrates, Teodoreto e Filipe Sidetes [...] Depois do florescimento com Teodósio II, as histórias eclesiásticas mudam radicalmente até final do século VI: já não se faz história geral da Igreja, mas se cultiva a história

¹⁰⁵ SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. **Historiografia latino-cristiana: princípios, conteúdo, forma**. Roma: L'erma di Bretschneider, 2006, p.38-39.

¹⁰⁶ Ibidem, p.39.

nacional e regional das igrejas particulares [...] Neste sentido se tem dito com frequência que Eusébio, na provisão de sua obra, é devedor da historiografia grega anterior, já que nela houve muitos historiadores que organizaram seu material historiográfico com o critério da sucessão. Entre os discípulos de Aristóteles, cinco deles ao menos haviam contado a história de diferentes ciências sob a forma de sucessão: Teofrasto, a dos físicos; Menôn, a da Natureza; Aristóxenes, a da Música; Eudemo de Rodas, a da Aritmética e Geometria; e Dicearco, a da Geografia; todos eles haviam tratado de demonstrar como, na história de cada uma das ciências, os mestres se sucedem uns aos outros.¹⁰⁷

Concordante à opinião de Sanchez Salor, Arnaldo Momigliano¹⁰⁸ afirma que um tipo de relato da historiografia pagã - história das escolas filosóficas - ajudou Eusébio a formar a ideia de sucessão dos bispos, que era igualmente importante tanto para ele ao falar do cristianismo quanto fora para essas escolas gregas quando mencionavam os *scholarchai*¹⁰⁹ de Platão, Zenão e Epicuro, por exemplo. Entretanto, peculiar nas histórias eclesiásticas é a finalidade das sucessões: defender e demonstrar a unidade e continuidade da comunidade cristã, através da doutrina apostólica, que deveria ser preservada e transmitida de um bispo a outro, além de afastar qualquer perigo de heresia.¹¹⁰ O contato com saberes pagãos determinou de forma incisiva o caráter dos escritos eusebianos, Momigliano defende que:

Em certo sentido, é inverossímil que Eusébio tenha inventado a história eclesiástica. A sua outra obra-prima, *Praeparatio evangelica* é uma das tentativas mais audaciosas para mostrar a continuidade entre os pensamentos pagão e cristão [...] A sucessão apostólica e a ortodoxia doutrinária eram os pilares da nova nação cristã; seus inimigos eram os perseguidores e os heréticos. Assim, a história eclesiástica substituiu as batalhas da história política comum pelos desafios inerentes à resistência, à perseguição e à heresia.¹¹¹

¹⁰⁷ Ibidem, p.39-40. “El género [...] tiene sus primeras manifestaciones en Oriente; y su importancia es considerable sobre todo durante el reinado de Teodosio II; bajo su reinado escriben, en efecto, historias eclesiásticas Filostorgio, Sozomeno, Sócrates, Teodoreto y Filipo Sidetes [...] Tras el florecimiento con Teodosio II, las historias eclesiásticas cambian radicalmente hacia finales del siglo VI: ya no se va hacer historia general de la Iglesia, sino que se cultiva la historia nacional y regional de las iglesias particulares [...] En este sentido se ha dicho con frecuencia que Eusebio, en la disposición de su obra, es deudor de la historiografía griega anterior, ya que en ella hubo muchos historiadores que organizaron su material historiográfico con el criterio de la sucesión. Entre los discípulos de Aristóteles, cinco de ellos al menos habían contado la historia de diferentes ciencias bajo la forma de sucesión: Teofrasto, la de los físicos; Menón, la de la Naturaleza; Aristógeno de Tarento, la de la Música; Eudemo de Rodas, la de la Aritmética y Geometría; y Dicearco, la de la Geografía; todos ellos habían tratado de demostrar cómo, en la historia de cada una de las ciencias, los maestros se suceden unos a otros”.

¹⁰⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. op. cit., p.195-196.

¹⁰⁹ Sucessores. Os bispos eram os “diadocos” dos apóstolos (diadoquia = sucessão), assim como os *scholarchai* eram os “diadocos” de Platão, Zenão e Epicuro. (Ibidem, p.197-198).

¹¹⁰ SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. op. cit., p. 41.

¹¹¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. op. cit., p.196-197.

A História Eclesiástica proporcionou a Eusébio o posterior título de “pai da história eclesiástica”, estilo muito difundido entre seus sucessores ao longo dos séculos seguintes. De certa maneira, o autor cristão deu continuidade à sua *Crônica* ou *História universal* ao escrever essa obra. Na *Crônica* ele parte do Antigo Testamento, desde o patriarca Abraão, narra os principais eventos da história do povo de Israel e da história dos povos mais notáveis segundo sua perspectiva, para demonstrar a simultaneidade existencial entre a religião hebraica e as religiões pagãs.

Segundo Pedro Sanchez, a maior preocupação de Eusébio ao redigir a *Crônica* foi responder aos filósofos e estudiosos antigos sobre a afirmação deles de que o cristianismo era uma religião muito nova, e falsa, portanto. O autor afirma:

Pois bem, a causa pela qual Eusébio decide escrever sua *Crônica* se encontra justamente nesta acusação da novidade do cristianismo, uma religião que não podia competir em antiguidade com a grega ou com a romana, e muito menos com a babilônica ou egípcia. Era necessário silenciar a acusação dos filósofos pagãos e demonstrar a antiguidade da doutrina cristã. A finalidade, pois, da *Crônica* de Eusébio é claramente apologética [...] Tratava-se, enfim, de elaborar, com urgência, uma cronografia cristã que demonstrasse sua antiguidade.¹¹²

O apologeta e historiógrafo Eusébio tinha por pretensão assegurar o que considerava ser a verdade, a complexidade e a antiguidade do cristianismo em relação às acusações pagãs que esta crença recebia de constituir-se se não em seita ou *religio illicita*¹¹³, ao menos em algo absolutamente novo e, portanto, digno de suspeitas. A *tradição* ou *mos maiorum*¹¹⁴ era uma das características fundamentais na sociedade tardo-antiga. Isso se tornava, talvez, mais forte

¹¹² GALÁN SANCHEZ, Pedro Juan, In: **El género historiográfico de la chronica – las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, p.42. “Pues bien, la causa por la que Eusebio decide escribir su *Crónica* se halla justamente en esta acusación de la novedad del cristianismo, una religión que no podía competir en antigüedad con la griega o con la romana, y mucho menos con la babilónica o egipcia. Se necesitaba acallar la acusación de los filósofos paganos y demostrar la antigüedad de la doctrina cristiana. La finalidad, pues, de la *Crónica* de Eusebio es claramente apologética [...] Se trataba, en fin, de elaborar, con urgencia, una cronografía cristiana que demostrara su antigüedad”.

¹¹³ Uma *religio illicita* se aproximava da condição de *superstitio* (superstição) e, portanto, não era reconhecida pelo poder político-religioso. Esse foi o caso do cristianismo até a divulgação do Edito de Milão, em 313; a partir de então, passou a ser considerado como *religio licita*. Para o judaísmo, Givan Ventura da Silva afirma o seguinte, com base em Feldman: “Do ponto de vista oficial, o judaísmo sempre foi encarado, pelo menos até o governo de Justiniano, como uma *religio licita*, o que garantia aos seus seguidores o gozo de certos favores imperiais.” (A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: **Repensando o Império Romano - Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p. 242.)

¹¹⁴ Maria Helena da Rocha Pereira, em Ideias morais e políticas dos romanos. **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, afirma: “Os Romanos tinham como suporte fundamental e modelo do seu viver comum a tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados, *mos maiorum*” (p. 345). “É, de qualquer modo, a consagração de um valor que todos os grandes espíritos sentiam como a base do equilíbrio da sociedade romana.” (p. 350-351).

no âmbito erudito, das letras e do pensamento: para o mundo da escrita, a referência à tradição era muito necessária para se provar a validade de determinada ideia. Com o bispo de Cesareia não era diferente, para ele realizar o objetivo de explicitar a genuinidade do cristianismo, exigia-se a comprovação de um vínculo fidedigno desta religião com algo para além da vivência de Jesus Cristo e dos testemunhos evangélicos e epistolares.

Neste sentido, Eusébio escreveu sua Crônica partindo de Abraão, muito provavelmente por ele ser entendido nas Escrituras não apenas como o pai do povo de Israel, mas também como o pai da fé cristã:

Foi assim que Abraão *creu em Deus e isto lhe foi levado em conta de justiça*. Sabei, portanto, que os que são pela fé são filhos de Abraão. Prevendo que Deus justificaria os gentios pela fé, a Escritura preanunciou a Abraão esta boa nova: *Em ti serão abençoadas todas as nações*. De modo que os que são pela fé são abençoados juntamente com Abraão, que teve fé.¹¹⁵

Por conseguinte, a herança vem pela fé, para que seja gratuita e para que a promessa fique garantida a toda a descendência, não só à descendência segundo a Lei, mas também à descendência segundo a fé de Abraão, que é o pai de todos nós, conforme está escrito: *Eu te constituí pai de uma multidão de nações* – nosso pai em face de Deus em que creu, o qual faz viver os mortos e chama à existência as coisas que não existem. Ele, esperando contra toda a esperança, creu e tornou-se assim *pai de muitos povos*, conforme lhe fora dito: *Tal será a tua descendência*.¹¹⁶

Galán Sanchez argumenta que Eusébio recorre à referência de Adão¹¹⁷ para indicar o início da história do povo hebraico, mas é a partir de Abraão que o autor decide apresentar os fatos na Crônica, devido ao paralelo cronológico que podia ser encontrado com a história pagã:

Uma vez estabelecida a antiguidade do Povo de Deus, a tática de Eusébio será colocar a história de Israel ao mesmo nível cronológico que a história dos demais povos, marcar a contemporaneidade dos fatos e patriarcas de Israel com os fatos e reis do resto das nações [...] Com Abraão a antiguidade era garantida, pois as histórias profanas mais antigas começavam sempre com seu contemporâneo Nino [rei assírio].¹¹⁸

¹¹⁵ Gálatas 3: 6-9. op. cit.

¹¹⁶ Romanos 4: 16-18. op. cit.

¹¹⁷ GALÁN SANCHEZ, Pedro Juan, citando S.Teillet, op. cit., p.43-45.

¹¹⁸ Ibidem, p.44. “Una vez establecida la antigüedad del Pueblo de Dios, la táctica de Eusebio será colocar la historia de Israel al mismo nivel cronológico que la historia de los demás pueblos, señalar la contemporaneidad de los hechos y patriarcas de Israel con los hechos e reyes del resto de las naciones [...] Con Abraham quedaba garantizada la antigüedad, pues las historias profanas más antiguas comenzaban siempre con su contemporáneo Nino [rei assírio]”.

Dessa maneira, entendemos que ao iniciar a redação da História Eclesiástica, o bispo tinha como pressuposto a devida comprovação da antiguidade do cristianismo apresentada na *Crônica*. Agora ele poderia discorrer sobre a história da comunidade dos cristãos, a qual nasce com Jesus Cristo. Os acontecimentos da era cristã, apenas mencionados naquela obra, são detalhados na História Eclesiástica, segundo o próprio autor indica no prefácio: “[...] nos *Cânones cronológicos* por mim redigidos, compus um resumo de tudo isso, ainda assim, na presente obra lançar-me-ei a uma exposição mais completa.”¹¹⁹

Com Cristo Eusébio estreia a História da Igreja, embora o elemento da antiguidade permaneça exposto e até mesmo determine todo o relato, ao evidenciar a anterioridade existencial de Jesus Cristo: sendo este o próprio Deus, já existia na eternidade, contudo, em forma humana, fez-se visível entre os homens quando nasceu como um menino. Assim, os profetas do Antigo Testamento, tendo revelação divina, reconheciam o Messias e anunciavam a sua vinda. Portanto, para o bispo, o cristianismo está diretamente vinculado ao judaísmo pela figura de Cristo. O Novo Testamento completa o Antigo na medida em que aquele explicita o ápice da revelação de Deus com a vinda de Jesus à Terra, fato sinalizado em diferentes momentos ao longo do Pentateuco, dos escritos proféticos, históricos e poéticos contidos no Antigo Testamento.

Eusébio retorna às origens da humanidade para comprovar a antiguidade do cristianismo¹²⁰ e fundamentar a causa da vinda de Jesus ao mundo, conforme a ideia de que o Verbo divino preexistia a tudo, ou seja, de que Pai e Filho estavam unidos desde antes do início dos tempos. A respeito da revelação do Filho como homem, o autor situa o episódio no tempo e espaço:

Corria pois o ano 42 do reinado de Augusto e o vigésimo oitavo desde a submissão do Egito e da morte de Antonio e de Cleópatra (com a qual se extinguiu a dinastia egípcia dos Ptolomeus), quando nosso Salvador e Senhor Jesus Cristo nasceu em Belém da Judéia, conforme as profecias a seu respeito, nos tempos do primeiro recenseamento, e sendo Quirino governador da Síria.¹²¹

Tal passagem evidencia a preocupação do bispo em contextualizar e mencionar acontecimentos histórico-políticos em seus relatos. Isso é perceptível tanto quando Eusébio

¹¹⁹ H.E., I, I, VI.

¹²⁰ O objetivo principal de tal obra (*Crônica*) foi o de demonstrar a antiguidade da religião cristã ligando-a a seu passado hebraico.

¹²¹ H.E., I, V, II.

descreve fatos que o antecedem em aproximadamente três séculos, quanto no momento em que fala a respeito de sua contemporaneidade romana, sob governo de Constantino. Exemplo disso são as transcrições que o autor faz de documentos imperiais: cartas redigidas pelo governante endereçadas aos bispos de Roma e de Siracusa (X,V,XVIII,XXI). A fundamentação da história que o autor cristão escreve é a revelação trazida à terra por Jesus Cristo, o Verbo encarnado, o Logos ¹²² divino, que, anunciado ao longo do Antigo Testamento pelos grandes homens de Deus e profetas, cumpriu a Palavra ao viver como ser humano neste mundo e trazer salvação a todos os que nele cressem.

Esse princípio é desenvolvido por Eusébio através da descrição dos três primeiros séculos da era cristã, que resultam na vitória do cristianismo em meio e após as fortes tribulações, constituindo, assim, uma nova e antiga nação cristã, de acordo com Arnaldo Momigliano.¹²³ Menciona também o caráter inovador e pioneiro de sua obra:

Acredito que é de toda forma necessário que me ponha a trabalhar este tema, pois não sei de nenhum escritor eclesiástico até hoje que se tenha preocupado com este gênero literário. Espero ainda que se mostre utilíssimo para todos quantos se ocupem em adquirir uma sólida instrução histórica.¹²⁴

Eusébio assume a validade da transmissão da história por escrito e reconhece a importância dos documentos como base para a sua formulação. Entre os autores antigos mencionados pelo bispo, há cristãos, como Teófilo de Antioquia, Hipólito, Júlio Africano e Hegesipo. Porém, acreditamos que não somente a estes se refere Eusébio, já que ao longo da História Eclesiástica existe menção a documentos imperiais dos primeiros séculos, como cartas de imperadores pagãos, assim como é possível notar a influência de antigos escritores gregos na obra.

Embora a História Eclesiástica não tenha sido escrita diretamente a Constantino, é relatada em seus livros finais a vitória do *imperator*, associado por Eusébio ao Deus cristão, sobre os rivais Maxêncio, em 312, e Licínio, no ano de 324. É esta a obra pela qual o autor tornou-se mais conhecido: reúne documentos dos três primeiros séculos da Igreja cristã e

¹²² NIETO BÁÑEZ, Jesús M.^a. **Cristianismo y profecias de Apolo**. Madrid: Trotta, 2010, p. 37.

¹²³ “Mesmo ansioso em preservar a herança cultural pagã da nova ordem cristã [...], Eusébio sabia que os cristãos eram uma nação, e uma nação vitoriosa; e que a sua história não podia ser contada a não ser no quadro da igreja em que vivia. Além disto, ele sabia bem que a nação cristã era o que era por virtude de ser tanto a mais antiga quanto a mais nova nação do mundo. Possuía origem dupla: era ao mesmo tempo contemporânea da criação do mundo e do nascimento do Império romano sob o domínio de Augusto”. (MOMIGLIANO, Arnaldo. op. cit., p. 196.)

¹²⁴ H.E.II,V.

relata seus principais acontecimentos, no contexto de liberalização e oficialização gradativa do cristianismo como uma religião associada ao poder político romano, representado neste momento pela figura máxima de Constantino. Acreditamos que isso se deve em grande parte pelo comportamento de Constantino com relação ao cristianismo e as mudanças que empreendeu a nível legal:

[...] Constantino começou a promulgar uma série de leis favoráveis à Igreja. Ordenou devolver às comunidades cristãs seus bens confiscados [...]. Escreveu duas vezes a Amulino, procônsul de África [...] com o fim de que livrasse os clérigos cristãos das cargas públicas, para que atendessem melhor a seu sagrado ministério. Esta lei se estendeu à Itália no ano 319 [...]. Na prática significava que o Estado romano reconhecia ao clérigo cristão idêntica situação que ao pagão. A política religiosa seguida por Constantino entre os anos 316 e 320 [...] tendeu a integrar no Estado romano a Igreja. Uma lei de 316 [...] permitiu que a Igreja recebesse doações, o que a levou em última análise a ficar imensamente rica. Uma segunda lei de 312 [...] criou um novo procedimento de liberar os escravos por mediação dos bispos. Em 318 Constantino promulgou uma lei que concedeu jurisdição aos bispos, o que diminuía gravemente o monopólio jurídico do Estado romano.¹²⁵

Eusébio inicia a História Eclesiástica abordando a questão da divindade e humanidade de Jesus Cristo, e termina o relato ao mencionar a vitória de Constantino e concomitante derrota de seu rival Licínio. Logo no começo do livro I, aponta os temas que serão trabalhados:

É meu propósito consignar as sucessões dos santos apóstolos e os tempos transcorridos desde nosso Salvador até nós; o número e a magnitude dos feitos registrados pela história eclesiástica e o número dos que nela se sobressaíram no governo e presidência das igrejas mais ilustres, assim como o número daqueles que em cada geração, de viva voz ou por escrito, foram os embaixadores da palavra de Deus; e também quantos, quais e quando,

¹²⁵BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José Maria. El cristianismo, religión oficial. *Historia 16*, año XXI, 1997, p.56-57. “[...] Constantino empezó a promulgar una serie de leyes favorables a la Iglesia. Ordenó devolver a las comunidades cristianas sus bienes confiscados [...]. Escribió dos veces a Amullino, procônsul de África [...] con el fin de que librara a los clérigos cristianos de las cargas públicas, para que atendieran mejor a su sagrado ministerio. Esta ley se extendió a Italia en el año 319 [...]. En la práctica significaba que el Estado romano reconocía al clérigo cristiano idêntica situación que al pagano. La política religiosa seguida por Constantino entre los años 316 y 320 [...] tendió a integrar en el Estado romano a la Iglesia. Una ley de 316 [...] permitió que la Iglesia recibiera donaciones, lo que la llevó a la larga a hacerse inmensamente rica. Una segunda ley del 321 [...] creó un nuevo procedimiento de liberar a los esclavos por mediación de los obispos. En 318 Constantino promulgó una ley que concedió jurisdicción a los obispos, lo que mermaba gravemente el monopolio jurídico del Estado romano”.

absorvidos pelo erro e levando ao extremo suas fantasias, proclamaram publicamente a si mesmos introdutores de um mal-chamado saber e devastaram sem piedade, como lobos cruéis, o rebanho de Cristo; e mais, inclusive as desventuras que se abateram sobre toda a nação judia depois que concluíram sua conspiração contra nosso Salvador, assim como também o número, o caráter e o tempo dos ataques dos pagãos contra a divina doutrina, e a grandeza de quantos por ela, segundo a ocasião, enfrentaram o combate em sangrenta tortura; também os martírios de nosso próprio tempo e a proteção benévola e propícia de nosso Salvador. Ao empreender a obra não tomarei outro ponto de partida que o princípio dos desígnios de nosso Salvador e Senhor Jesus, o Cristo de Deus.¹²⁶

Observamos na passagem acima a enunciação do que a obra tratará, ou seja, dos acontecimentos registrados pela história eclesiástica e fatos relacionados a ela: os líderes das igrejas renomadas, os defensores da palavra divina, os perseguidores dos cristãos, a resistência dos cristãos àqueles, os mártires. Eusébio afirma que irá consignar, isto é, registrar por escrito, todos esses fatos referentes à história eclesiástica. O sentido de “história” é complementado pela adjetivação “eclesiástica”, significando os dois termos juntos o relato de acontecimentos ocorridos desde a vinda de Jesus Cristo ao mundo (e alusões à sua vinda expostos no Antigo Testamento) até o momento da escrita, em um percurso no qual esses mesmos acontecimentos foram mantidos por documentos escritos.

A qualificação “eclesiástica” vincula-se, claro, ao termo *ecclesia*¹²⁷, o qual assume neste período a conotação de comunidade dos cristãos. Assim, a História Eclesiástica trata sobretudo de pessoas e eventos inseridos nessa comunidade, de indivíduos e fatos ligados positivamente a ela - ou contrários, mas em todos os casos partícipes da sua formação e desenvolvimento. Porém, Velásquez salienta que a História de Eusébio trata dos acontecimentos eclesiásticos, e não da Igreja. Partindo de K. Heussi, o autor aponta:

Em seu conceito, a Igreja, transcendente, não é sujeito da história. São seus homens - começando pelo Filho de Deus, feito homem verdadeiro - , suas

¹²⁶ H.E., I,I,I-II.

¹²⁷ Significa “assembleia”, “reunião”. Na Grécia antiga, os cidadãos se reuniam para debater sobre os rumos políticos da cidade. “O termo *ἐκκλησία* já circulava livremente durante vários séculos antes da era cristã e era usado em referência a uma assembleia de pessoas constituída por participação baseada em critérios bem definidos. Normalmente, em seu uso comum, designava uma entidade sociopolítica baseada no fato de todos os seus membros serem cidadãos de uma cidade-estado. Para o NT [Novo Testamento], no entanto, é importante entender o significado de *ἐκκλησία* como ‘uma assembléia do povo de Deus’”. LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene A. (editores). **Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p.115.

instituições, suas doutrinas: homens, instituições, doutrinas ‘eclesiásticas’. Por isso sua história é ‘história eclesiástica’.¹²⁸

Na continuidade, Eusébio pronuncia: “Ao empreender a obra não tomarei outro ponto de partida que o princípio dos desígnios de nosso Salvador e Senhor Jesus, o Cristo de Deus”.¹²⁹ Em outra versão da fonte, a colocação está assim posta: “Não quero outro exórdio a não ser o da realização da ‘economia’ de nosso Salvador e Senhor Jesus, o Cristo de Deus”.¹³⁰ Ora, a economia se refere ao plano de Salvação que Deus tinha desde princípio dos tempos e que foi concretizado com a vinda de seu Filho à Terra - o Verbo encarnado. A *oikonomía*¹³¹, na origem grega da palavra, traduzida pelos latinos como *dispensatio* e *administratio*, aponta literalmente para a administração de Deus sobre o mundo, revelando seu caráter onisciente e onipresente ao ter ele em suas mãos o destino da humanidade e seu plano de Salvação por meio de Jesus Cristo.

No parágrafo seguinte, o autor cristão assinala sua atividade precursora de reunir os fatos eclesiásticos em uma descrição histórica, tendo como pressupostos apenas alguns indícios escritos:

Mas, por isso mesmo, a obra pede a compreensão benevolente para mim, que declaro ser superior a nossas forças apresentar acabado e inteiro o prometido, posto que somos até agora os primeiros a abordar o tema, como quem enfrenta um caminho deserto e sem pistas. Rogamos ter a Deus como guia e o poder do Senhor como colaborador, porque de homens que nos tenham precedido por este mesmo caminho, na verdade, não conseguimos encontrar uma simples pegada; apenas, se tanto, pequenos indícios através dos quais, cada um a sua maneira, nos deixaram como herança relatos parciais dos tempos transcorridos e de longe nos estendem como tochas suas próprias palavras; desde lá em cima, como de uma atalaia distante, nos chamam e nos mostram por onde se deve caminhar e por onde devemos encaminhar os passos da obra sem erro e sem perigo.¹³²

Na sequência, Eusébio pronuncia, em nosso entendimento, o que significa “história” na presente obra: “preservar do esquecimento” determinados eventos relativos à comunidade eclesiástica:

¹²⁸VELASCO-DELGADO, Argimiro. op. cit., p.40. “En su concepto, la Iglesia, trascendente, no es sujeto de historia. Lo son sus hombres -comenzando por el Hijo de Dios, hecho hombre verdadero -, sus instituciones, sus doctrinas: hombres, instituciones, doctrinas ‘eclesiasticos’. Por eso su historia es ‘historia eclesiástica’”.

¹²⁹ H.E., I,I,II.

¹³⁰ Eusébio de Cesareia. **História Eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

¹³¹ O sentido básico desse termo refere-se à administração doméstica.

¹³² H.E.,I, I,III.

Para tanto nós, depois de reunir o que achamos de aproveitável para nosso tema daquilo que estes autores mencionam aqui e ali, e colhendo, como de um prado espiritual, as frases oportunas dos velhos autores, tentaremos dar corpo a uma trama histórica e estaremos satisfeitos por poder preservar do esquecimento as sucessões, se não de todos os apóstolos de nosso Salvador, ao menos dos mais importantes nas Igrejas mais ilustres que ainda hoje são lembradas.¹³³

Quando Eusébio de Cesareia escreveu o livro primeiro, é muito improvável que tenha mirado no imperador Constantino como ator de grande importância do final da História Eclesiástica. Em contrapartida, pensamos que, por mais que a obra tenha sido feita “em etapas”, todas elas estão inseridas em um mesmo plano. O plano inicial, ‘rememorar do esquecimento os apóstolos de Jesus Cristo, no mínimo os das comunidades eclesiais mais notáveis’, está presente quando o autor fala de Constantino e da luta dele, enquanto cristão, contra os inimigos incrédulos.

Na trajetória política e religiosa do imperador, segundo Eusébio, a igreja foi protegida e conservada, mesmo com as ocorrências de opressões. Acreditamos que Eusébio quis preservar na memória das pessoas as ações favoráveis de Constantino enquanto defensor da fé cristã; em uma história de sofrimento e dor, o cristianismo teria encontrado fôlego com esse governante benevolente, conforme subjaz o autor. A maneira como a História Eclesiástica está construída nos faz entender que, assim como os apóstolos de Cristo defenderam sua fé no passado, logo após a morte e ressurreição do Messias, Constantino o fez alguns séculos adiante, num âmbito talvez mais abrangente, por ser ele um líder político e possuir teoricamente grande poder de influência sobre os súditos.

No final do livro oitavo o historiógrafo cristão inicia o relato sobre a tirania e maldades de Maxêncio, entre outros temas, tarefa que continua no livro nono e o finaliza com a queda do tirano e conquista de Constantino sobre Roma. No livro décimo, Eusébio discorre sobre a Paz delegada por Deus aos homens através da reconstituição e restauração de igrejas, outrora perseguidas, e da liberdade concedida aos cristãos por Constantino e Licínio no ano de 313, ainda em regime de Diarquia:

Ao considerar, já há tempo, que não se há de negar a liberdade da religião, mas que se deve outorgar à mente e à vontade de cada um a faculdade de ocupar-se dos assuntos divinos segundo a preferência de cada um, tínhamos ordenado aos cristãos que guardassem a fé de sua escolha e de sua religião

¹³³ H.E., I, I, IV.

[...] Quando eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto, nos reunimos felizmente em Milão e nos pusemos a discutir tudo o que importava ao proveito e utilidade públicas, entre as coisas que nos pareciam de utilidade para todos em muitos aspectos, decidimos sobretudo distribuir umas primeiras disposições em que se asseguravam o respeito e o culto à divindade, isto é, para dar, tanto aos cristãos quanto a todos em geral, livre escolha para seguir a religião que quisessem, com o fim de que tanto a nós quanto aos que vivem sob nossa autoridade nos possam ser favoráveis a divindade e os poderes celestiais que existam.¹³⁴

O autor aponta, porém, que Licínio não se contentou com a posição que ocupava – “o lugar imediatamente após o grande imperador Constantino” (X,VIII,I) - e se rebelou, aliando-se ao mal e tornando-se “êmulos da perversidade e malícia dos tiranos ímpios” (X, VIII, II). Em contraposição ao dissimulador e tirano, está a figura de Constantino, com a qual Eusébio finda sua História Eclesiástica:

Mas deve-se saber que aquele tinha Deus como amigo, protetor e guardião, que, trazendo à luz as conspirações urdidas contra ele secretamente e nas sombras, ia desbaratando-as. Tão grande força e virtude tem a arma da piedade para rechaçar os inimigos e preservar a própria salvação! Guarnecido com ela, nosso imperador, amado de Deus, ia esquivando as conspirações do infame astuto. Este, por sua parte, quando viu que seus preparativos ocultos de modo algum andavam conforme seus desígnios, já que Deus ia manifestando a seu amado imperador todo engano e toda maldade, e não podendo já dissimular por mais tempo, declarou abertamente a guerra. Decidido, efetivamente, a fazer a guerra contra Constantino, apressava-se já a formar suas tropas também contra o Deus do universo, a quem sabia que aquele honrava, e logo pôs-se a atacar - moderada e silenciosamente a princípio - seus próprios súditos adoradores de Deus, que jamais haviam causado o mínimo incômodo a seu governo. E agia assim porque sua maldade inata o forçava a uma terrível cegueira.¹³⁵

O triunfo do *imperator*, e subsequente governo dos filhos é associado ao êxito do cristianismo no relato eusebiano. De alguma maneira, portanto, o autor cristão vincula a ação redentora de Jesus Cristo, o Verbo encarnado, à figura e papel de Constantino, que é descrito virtuosamente por Eusébio como protegido, amado e amigo de Deus, dotado de piedade e que, como servo, foi usado para salvação geral ao ganhar os troféus da vitória sobre os ímpios, conferindo ao governante uma esfera de legitimidade.

¹³⁴ H.E.,X, V, II,IV.

¹³⁵ H.E.,X,VIII,VI -VIII.

Capítulo 2: Legitimidade e autoridade no governo constantiniano

Entendemos que o período do governo de Constantino (306-337), assim como qualquer outro recorte temporal, possui elementos que se conectam com o presente através da compreensão da longa duração. Nesta, diversos aspectos sociais, políticos, religiosos, culturais e econômicos podem ser analisados ao longo de uma trajetória através das transformações que com eles acontece, devido à passagem do tempo, à espacialidade e a outros fatores que proporcionam as mudanças para tais aspectos.

Na longa duração, existem conceitos como de legitimidade, autoridade e poder, os quais detêm diferentes características de acordo com o tempo e o espaço histórico. Pensando assim, poderíamos de pronto indagar por que falamos de Constantino, e não do seu último opositor, Licínio, por exemplo. Trata-se de uma pergunta retórica, pois sabemos que foi Constantino consagrado e legitimado como principal figura político-religiosa inserida no recorte que trata do cristianismo em seus primórdios institucionais. E tal asserção foi elaborada pela historiografia e teologia baseadas em fontes do período, tais como o autor Eusébio de Cesareia, o qual realçou o papel do *imperator* Constantino em relação a suas atitudes voltadas ao cristianismo.

Não obstante, acreditamos que as próprias ações constantinianas estiveram sempre em busca de legitimidade para seu governo. Além disso, é necessário ressaltar que Constantino empreendeu esforços em favor dos cristãos, independentemente da sua preferência religiosa, mas possivelmente com a intenção de obter apoio político desse grupo em ascensão.

Compreendemos o conceito de legitimidade aqui para além da acepção de legalidade/em conformidade com a lei, mas abrangendo também o âmbito do consentimento por parte da sociedade política ao poder do imperador.¹³⁶ Sublinhamos que a legitimidade pode ter duas vias: ela é buscada, e/ou é concedida. Dessa maneira, é possível começarmos a entender atos supostamente conflitantes de Constantino, por exemplo: o imperador promove decisões favoráveis aos cristãos, mas não abandona os pagãos.

¹³⁶Essa definição é baseada na descrição de *legitimidade* de BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2, Brasília, Ed. UnB, 2010: “Num primeiro enfoque aproximado, podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão [...]”. (p. 675). Exceto pelas terminologias de “Estado” e “população”, consideramos no geral tal definição aplicável ao nosso estudo. Sugerimos, em contrapartida, as designações “poder imperial romano” e “sociedade política”, devido aos distintos contextos históricos.

Entre as várias ações realizadas por Constantino, há leis de favorecimento aos cristãos; por outro lado, o *imperator* continua sendo associado a divindades pagãs, e sacrifícios dessa origem permanecem em algumas ocasiões. Há ainda leis que não são claramente nem pagãs, nem cristãs: é o caso da instituição do domingo como dia de descanso, decisão que parece estar de pleno acordo com o mandamento bíblico, porém Constantino explica tal atitude afirmando ser o domingo o “dia do sol”. Para atos político-religiosos aparentemente discrepantes realizados pelo governante, a historiadora Averil Cameron afirma o seguinte:

Isso e o resto das evidências das medidas de Constantino em relação à prática religiosa é difícil de interpretar se se estiver procurando por consistência completa, e uma tarefa para a vida toda tem sido feita recentemente para o imperador como o promotor da concórdia religiosa, motivado pelo desejo de tolerância religiosa.¹³⁷

Conquanto o nosso argumento não se centre na tolerância religiosa de Constantino como resposta às várias crenças que o rodeavam (mesmo que concordemos com a ideia), frisamos no trecho acima a importância em não buscarmos nas ações deste imperador uma consistência ou lógica total, que possa basear visões pré-concebidas. Sendo assim, não pretendemos conciliar posicionamentos que porventura pareçam discrepantes na sua atuação, mas sim, assumimos que o governante teve postura complacente em relação ao cristianismo, e a partir disso Eusébio de Cesareia empreendeu esforços para promover Constantino como um imperador legítimo diante dos cristãos, através de virtudes atribuídas a ele.

A apologética eusebiana

Eusébio produziu vários escritos de caráter apologético em relação ao cristianismo, ou seja, o bispo elaborou discursos que visavam à defesa e justificação dessa religião, frente não só aos pagãos que a contestavam, mas também diante dos judeus, que negavam a figura de Jesus Cristo como Messias, ponto central para o cristianismo e fonte de enormes discussões e controvérsias entre intelectuais de diferentes religiões. Além disso, cada vez mais a “tarefa apologética”¹³⁸ desenvolveu-se entre os próprios cristãos que pensavam e criam de maneiras

¹³⁷Ibidem, p. 107. “[...] This and the rest of the evidence of Constantine’s measures in relation to religious practice is difficult to interpret if one is looking for complete consistency, and a lively case has been made recently for the emperor as the promoter of religious concord, motivated by the desire for religious toleration”.

¹³⁸De maneira geral, o termo *apologista* é usado no campo da Teologia para designar aquele que defendia a fé cristã diante dos judeus e pagãos; enquanto o termo *polemista* refere-se ao que defendia a fé cristã em meio aos próprios cristãos, combatendo heresias.

distintas a respeito de doutrinas e ensinamentos contidos nas *Escrituras Sagradas*, e que tinham como finalidade defendê-los: falamos das chamadas heresias. Jose Orlandis afirma:

A literatura apologética tinha como objetivo principal a justificativa da verdade Cristã e estava dirigida a pessoas apenas da Igreja. Houve obras de apologética anti-judia, e nelas a argumentação se fundamentava sobretudo no Antigo Testamento, para demonstrar, partindo dele, que Jesus era o Messias anunciado pelos Profetas, que a Igreja é o novo Israel e que o Cristianismo realiza a plenitude da Lei.¹³⁹

De acordo com o pensamento de estudiosos da Bíblia, de autores cristãos e apologistas, a necessidade da produção de escritos que defendessem a veracidade da religião cristã se fizera presente desde o final do século I d.C., quando surgiram as primeiras heresias, como o gnosticismo¹⁴⁰ e o montanismo¹⁴¹. Essas duas foram vistas como ameaças internas à igreja, à sua mensagem apostólica e à integridade do cristianismo primitivo. Desafios externos também surgiram de escritores e oradores judeus e pagãos; é aí que encontramos autores como Fronto, Tácito, Luciano, Porfírio e Celso.

O filósofo pagão Celso, por volta de 175 e 180, redigiu uma obra intitulada *A verdadeira doutrina*. O autor foi muito bem articulado em suas críticas e a obra forneceu diversas informações sobre a vida e a fé cristã do século II. Para combater a adoração dos cristãos a Jesus, Celso afirmou a total impossibilidade de o próprio Deus ter vindo à Terra, porque se isso fosse possível, Deus teria que ter mudado sua natureza.

O conteúdo desse escrito foi preservado integralmente por Orígenes, que respondeu às contestações de Celso quando escreveu *Contra Celso*. Uma das principais temáticas presentes na obra citada de Orígenes foi argumentar a respeito da natureza de Jesus Cristo. Esse debate

¹³⁹ORLANDIS, Jose. **Historia Breve del Cristianismo**. Madrid: Rialp, 1985, p. 32. “La literatura apologética tenía como objetivo primordial la vindicación de la verdad Cristiana y estaba dirigida a lectores ajenos a la Iglesia. Hubo obras de apologética antijudía, y en ellas la argumentación se fundaba sobre todo en el Antiguo Testamento, para demostrar, partiendo de él, que Jesús era el Mesías anunciado por los Profetas, que la Iglesia es el nuevo Israel y que el Cristianismo realiza la plenitud de la Ley”.

¹⁴⁰Designação dada a vários mestres e “escolas” cristãs que existiam à margem da igreja primitiva, o gnosticismo tornou-se um problema para os líderes cristãos no século II. Os gnósticos acreditavam na matéria como um mau e no ser humano como um espírito eterno que ficara aprisionado no corpo; somente o verdadeiro conhecimento (*gnosis*) poderia libertar o espírito das paixões e impulsos do corpo. Para tanto, vide Antonio Piñero, “La gnosis” (Cap.IX), In: **Cristianismo primitivo y religiones mistericas**. Madrid: Cátedra, 1995, p.197-225.

¹⁴¹Nome recebido devido a seu fundador, Montano. Outrora sacerdote pagão da região da Frígia, Ásia Menor, se converteu ao cristianismo em meados do século II. Montano rejeitava a fé na autoridade dos bispos, como herdeiros dos apóstolos, e dos escritos apostólicos. Considerava as *igrejas* e seus líderes espiritualmente mortos e, em oposição a estes, se afirmava porta-voz de Cristo e do Espírito Santo. Reivindicava uma “nova profecia” com sinais e milagres como os da *igreja* primitiva no Pentecostes.

se estendeu pelos séculos seguintes e ampliou sua área de discussão (grande exemplo é o posterior aparecimento do arianismo ¹⁴²).

A literatura aponta Alexandria como local de origem para o estudo sistemático da Bíblia. Esta cidade, fundada por Alexandre Magno no século IV a.C., era o centro de uma vida intelectual brilhante muito antes do aparecimento do cristianismo. Tornou-se por excelência a receptora do helenismo, como resultado da fusão das culturas oriental, egípcia e grega. A cultura judaica encontrou também espaço em Alexandria, inclusive foi nesta região onde o pensamento grego influenciou profundamente a mentalidade hebraica. O escritor Filon de literatura judaico-helenística viveu ali: ele acreditava que os ensinamentos do Antigo Testamento podiam combinar-se com as especulações gregas.

Em finais do século I, quando o cristianismo se estabeleceu em Alexandria, ele entrou em contato com esses elementos. Posteriormente formou-se a “escola” de Alexandria, cujas principais características eram a interpretação alegórica das Escrituras e a preferência pela filosofia platônica. Orígenes, discípulo de Clemente de Alexandria ¹⁴³, foi quem mais deu forma ao estudo alegórico.

A influência de Orígenes não se fez presente apenas no Egito, mas se estendeu pela Ásia Menor, Síria e Palestina, locais onde houve concordância e discordância às suas ideias. Por volta do ano de 230-232 Orígenes se estabeleceu em Cesareia, na Palestina. Deixou ali um legado de suas obras, as quais foram reunidas após sua morte (254) por Pânfilo, e veio a tornar-se um centro de erudição e saber. A “escola” de Cesareia continuou, portanto, a obra de Orígenes. De acordo com o teólogo Michael Haykin, a atitude de Orígenes em recorrer à alegorização foi uma subsunção ao recurso literário favorecido na academia greco-romana e no mundo do judaísmo helenista:

No século II a.C., escritores judeus helenistas, especialmente aqueles residentes em Alexandria, usavam a alegorização para explicar o Antigo Testamento. Eles a haviam derivado dos gregos pagãos na interpretação

¹⁴² Originada por Ário (250-336) era “... uma forma de cristologia que se recusava a reconhecer a divindade plena de Cristo.” McGRATH, Alister E. Teologia Histórica. Uma introdução ao pensamento cristão. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2007, p.62.

¹⁴³ Segundo Johannes Quasten, em **Patrologia, Hasta el concilio de Nicea**. Madrid, MCMLXI, p.308: “El primer director de la escuela de Alejandría de quien se tienen noticias es Panteno. Era siciliano; fue primero filósofo estoico y más tarde se convirtió al cristianismo. Después de su conversión, al decir de Eusebio (Hist. eccl. 5,10,1), emprendió un viaje misionero, que le llevó hasta la India. Llegó a Alejandría, probablemente, hacia el año 180, siendo nombrado muy pronto jefe de la escuela de catecúmenos de aquella ciudad. Como tal, fue maestro de Clemente de Alejandría. Estuvo al frente de esta institución hasta su muerte, acaecida poco antes del año 200”.

posterior de Homero. A alegorização grega de Homero já era bem difundida por volta do século V a.C. De acordo com Orígenes, ela se originou com um certo Ferécides de Siro [...] Aconteceu que, na leitura do Pentateuco, os judeus helenistas acharam invariavelmente aquilo que parecia detalhes insignificantes – nomes de pessoas e lugares não familiares ou leis que pareciam bastante mundanas. Como eles deveriam entender melhor essas coisas? Sob a influência da alegoria grega, eles procuraram um significado mais profundo não evidente de imediato numa leitura superficial do texto.¹⁴⁴

Em oposição ao grupo de Alexandria, foi fundada a “escola” de Antioquia, na Síria, por Luciano de Samosata (312). Os antioquinos rejeitavam a interpretação alegórica das Escrituras Sagradas (vistas como fantasiosas) defendendo o estudo literal, histórico e gramatical do texto bíblico, além de se inspirar na filosofia aristotélica. De acordo com Orlandis, “As duas escolas – alexandrina e antioquena – estavam destinadas a imprimir suas impressões nas grandes questões teológicas que iriam surgir a partir do momento em que conseguiram viver em liberdade o Cristianismo e a Igreja”.¹⁴⁵

A grande obra de Eusébio de Cesareia, a História Eclesiástica, é fruto desse momento, já que nela o autor imprime a sua visão do que é o cristianismo, se valendo de uma tradição que se debruçara sobre os escritos bíblicos buscando defender e alegar o papel dessa crença como a religião verdadeira diante dos seus opositores pagãos e divergentes cristãos. Compreendemos que Constantino faz parte desse quadro argumentativo do historiográfico para defender a religião cristã; o governante seria conveniente para isso, uma vez que empreendeu várias ações proveitosas para com os cristãos. Por outro lado, pensamos que Eusébio não tem por intuito somente engrandecer o cristianismo, mas o poder imperial do próprio Constantino.

¹⁴⁴HAYKIN, Michael A.G. **Redescobrimos os pais da igreja, quem eles eram e como moldaram a igreja.** (Tradução de Francisco W. Ferreira). SP: Ed. Fiel, 2012, p.94-95.

¹⁴⁵ORLANDIS, Jose. op. cit., p. 35. “Las dos escuelas – alejandrina y antioquena – estaban destinadas a imprimir su huella característica en las grandes cuestiones teológicas que iban a plantearse a partir del momento en que lograron vivir en libertad el Cristianismo y la Iglesia.”

Legitimidade construída com base na oposição entre o bom e o mau governante

Eusébio de Cesareia enfatiza as práticas pró-cristãs de Constantino. A passagem a seguir, contida na História Eclesiástica de Eusébio, exemplifica um ato de proteção e favorecimento ao cristianismo por parte de Constantino e Licínio. É o Edito de Milão, elaborado no ano de 313. O excerto é um dos documentos mais utilizados pelos estudiosos para demonstrar a suposta generosidade de Constantino para com os cristãos. Da parte do bispo Eusébio, o fragmento é a descrição dessa generosidade e um dispositivo para a formação do caráter fortemente positivo do imperador:

Mas, além disto, em atenção às pessoas dos cristãos, decidimos também o seguinte: que seus lugares em que anteriormente tinham por costume reunir-se e acerca dos quais já em carta anterior enviada a tua santidade havia outra regra, delimitada para o tempo anterior, se parecer que alguém os tenha comprado, seja de nosso tesouro público, seja de qualquer outro, que os restitua aos mesmos cristãos, sem reclamar dinheiro nem compensação alguma, deixando de lado toda negligência e todo equívoco, E se alguns, por acaso, os receberam como doação, que estes mesmos lugares sejam restituídos o mais rapidamente possível aos mesmos cristãos.

Mas de tal maneira que, tanto os que haviam comprado ditos lugares como os que os receberam de presente, se pedirem alguma compensação de nossa benevolência, possam acudir ao magistrado que julga no lugar, para que também se proveja a ele por meio de nossa bondade. Tudo o que deverá ser entregue à corporação dos cristãos, pelo mesmo, graças a tua solicitude, sem a menor dilação.¹⁴⁶

O Edito de Milão foi proposto pelos futuros rivais, Constantino e Licínio, como uma ferramenta política que tentava responder às mudanças do período, as quais envolviam o fator relevante do crescimento do cristianismo no *orbis romanorum*, tanto em quantidade de devotos quanto em expansão de suas ideias, em um processo inicial que alcançava o poder romano central. Tal fator começava a receber tamanha atenção, que influenciou a aproximação, assim como o afastamento, das decisões político-administrativas de Constantino e Licínio, levando estes à resolução final: o aberto confronto devido a suas diferenças ideológicas. Valério Neri expõe:

¹⁴⁶ H.E., X, V, IX-XI.

Constantino e Licínio se encontraram em fevereiro de 313 em Milão, onde celebraram o casamento com a irmã de Constantino, Constância. Em Milão, foi feito também um acordo entre os dois colegas sobre a política no confronto do cristianismo, o qual depois foi publicado em Nicomédia e endereçado, como conta Lactânio, ao governador da província de Bitínia por Licínio, quando ocupa a cidade na guerra contra Maximino [...] Contudo, o acordo entre os dois imperadores entra logo em crise [...] ¹⁴⁷

É claro que a concordância ou não em relação aos favorecimentos distribuídos aos cristãos como resultado do Edito não foi a única causa de enfrentamento entre os dois governantes ao longo dos anos seguintes, porém interferiu notavelmente no desenrolar dos eventos. Chegou um momento em que não dava mais para ignorar a presença de uma crença, a qual fora entendida nos primeiros séculos como uma seita, que se fortalecia frente às oposições e perseguições, e adentrava paulatinamente a vida política. Esteban Moreno Resano comenta sobre a causa religiosa que levou Constantino e Licínio ao afastamento:

Depois de sua aliança com Constantino, aplicou [Licínio] o conteúdo dos acordos de Milão, ao menos, durante o biênio 312-313. A partir desse momento e até 323-324, Licínio se distanciou da política religiosa de Constantino, que havia começado a adotar em suas províncias medidas restritivas em matéria dos cultos tradicionais, não tanto com fins proibitivos, quanto a efeitos de adequar a religião pública romana à nova realidade institucional do Império romano cristão. Em efeito, foi a partir de então quando Licínio, desde sua condição de segundo Augusto do Império, com autoridade sobre as províncias orientais, começou a promover desde instâncias oficiais o sincretismo religioso, enquanto fomentou a observância de cultos tradicionais orientais helenizados. ¹⁴⁸

¹⁴⁷NERI, Valerio. Costantino e le guerre civile. Storia e storiografia, In **Enciclopédia Constantiniana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Intituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013, p. 74. "Costantino e Licinio si incontrano nel febbraio 313 a Milano, dove sono celebrate le nozze con la sorella di Costantino, Costanza. A Milano è anche raggiunto un accordo fra i due colleghi circa la politica nei confronti dei cristiani, che poi è pubblicato a Nicomedia e indirizzato, come riporta Lattanzio, al governatore della provincia di Bitinia da Licinio, quando occupa la città nella guerra contro Massimino [...] L'accordo però tra i due imperatori entra presto in crisi [...]"

¹⁴⁸MORENO RESANO, Esteban. La política religiosa y la legislación sobre los cultos tradicionales del emperador Licinio (307-324). **POLIS**. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica 20, 2008, pp. 167-207, p. 169. "Después de su alianza con Constantino, aplicó el contenido de los acuerdos de Milán, al menos, durante el bienio de 312-313. A partir de ese momento y hasta 323-324, Licinio se distanció de la política religiosa de Constantino, que había comenzado a adoptar en sus provincias medidas restrictivas en materia de los cultos tradicionales, no tanto con fines prohibitivos, cuanto a efectos de adecuar la religión pública romana a la nueva realidad institucional del Imperio romano cristiano. En efecto, fue a partir de entonces cuando Licinio, desde su condición de segundo Augusto del Imperio, con autoridad sobre las provincias orientales, comenzó a promover desde instancias oficiales el sincretismo religioso, en tanto que fomentó la observancia de cultos tradicionales orientales helenizados".

É válido destacarmos o caráter da mensagem promulgada pelo Edito de Milão: tratava-se de um documento produzido com a intenção de promover a paz aos cristãos, proporcionando-lhes sua livre expressão, em seu dia-a-dia, ao prestar cultos a Deus, ao poder declarar-se fiel a Ele, ao ter novamente suas propriedades e delas poder usufruir, sem a interferência do governo por motivo de crença religiosa. Talvez possamos dizer que essa lei retirou do cristianismo o estereótipo de mistério e seita; o que não podemos é afirmar (como aparece em vários lugares) que ele se tornou a religião oficial do mundo romano; nem na década de 310, nem durante toda a gestão constantiniana. Isso viria a ocorrer apenas no final do século IV com Teodósio. Aqui, cristianismo e paganismo deveriam ser igualmente livres e respeitados.

Sendo assim, Constantino e Licínio efetuam uma importante mudança para a tardo-antiguidade, ao permitir a manifestação cristã. Contudo, foi o primeiro que passou a ser associado às concessões benevolentes de maneira muito mais enfática que o segundo. Isso se explica por dois motivos: o “desvio” de Licínio referente às decisões que favoreciam aos cristãos em direção às perseguições aos mesmos; e a construção de relatos do período que engrandeciam Constantino, por ele ter continuado “fiel” ao seu parecer.

No trecho a seguir, Eusébio imprime a visão de benevolência ao “imperador cristão” conectando-o previamente à gestão pró-cristã de seu pai, Constâncio Cloro (293-306):

Mas ao cabo de não muito longo intervalo, o imperador Constâncio, que em toda sua vida havia tratado a seus súditos com a maior suavidade e benevolência e à doutrina divina com a melhor amizade, terminou sua vida segundo a lei comum da natureza, deixando seu filho legítimo Constantino como imperador e augusto em seu lugar. Bondoso e suave mais que os outros imperadores, ele foi o primeiro dentre eles ao qual proclamaram deus, por considerá-lo digno de toda a honra que se deve a um imperador depois de sua morte. Ele foi também o único dos nossos contemporâneos que durante todo o tempo de seu mandato portou-se de um modo digno do Império. No demais, mostrou-se para todos o mais favorável e benfeitor, e não participou o mínimo da guerra contra nós, antes até, preservou livres de dano e de constrangimentos os fiéis que eram seus súditos. Tampouco derrubou os edifícios das igrejas nem admitiu novidade alguma contra nós, e teve o final de sua vida triplamente abençoado, pois foi o único que morreu querido e glorioso em seus próprios domínios imperiais, junto a um sucessor, seu legítimo filho, prudentíssimo e muito piedoso em tudo. Seu filho Constantino, imediatamente proclamado desde o início imperador absoluto e augusto pelas legiões, e muito antes destas, pelo próprio Deus, imperador universal, mostrou-se cópia de seu pai na piedade para com nossa doutrina [...]¹⁴⁹

¹⁴⁹ H.E., VIII, XIII, XII-XIV.

De modo oposto, na continuidade da narrativa, Eusébio retrata Maximiano (286-305) e seu filho Maxêncio da seguinte forma:

Isto [a proclamação de Licínio como imperador e augusto] o irritou terrivelmente a Maximino, que até este momento ainda seguia com o único título de César. Em consequência, como era um grande tirano, arrebatou para si fraudulentamente a dignidade de augusto e nisto converteu-se por si e ante si. E neste tempo surpreendeu-se tramando um atentado contra a vida de Constantino a aquele que, como foi demonstrado, depois de sua abdicação voltou ao cargo e morreu com a mais vergonhosa morte. Foi o primeiro de quem destruíram as inscrições honoríficas, as estátuas e tudo o que se costumava oferecer, como de um homem por demais sacrílego e ímpio. Seu filho Maxêncio, que em Roma havia-se constituído em tirano, começou fingindo ter nossa fé, por agradar e adular o povo romano, e por esta razão ordenou a seus súditos interromper a perseguição contra os cristãos, simulando piedade e pensando que assim pareceria acolhedor e muito mais brando que seus antecessores. Na verdade não resultou nas obras como se esperava que seria, mas que, chegando a todo tipo de sacrilégios, não descuidou de uma só obra de perversidade e desregramento, cometeu adultérios e todo tipo de corrupção [...] ¹⁵⁰

Conforme os trechos citados acima, Constâncio Cloro é descrito como benigno para com seus súditos, protetor da doutrina cristã e dos súditos cristãos, amistoso e benfeitor. Após ter uma morte serena e gloriosa, assume seu lugar o filho Constantino, o qual perpetua as ações honrosas do pai. A elevação deste ao ‘trono’ ocorreu não apenas por meio de eleição militar, como principalmente através da escolha de Deus, que já o havia designado antes para tanto. Já Maximiano é relatado como um tirano que se apropria do cargo imperial e se autoproclama divino. O filho, também representado de forma tirânica, simulou acreditar nos ensinamentos cristãos, contudo praticava atos torpes, tais como adultério e “corrupções de toda sorte”. Notamos em Eusébio a dicotomia do bom governo e do mau governo, definidos especialmente pelo posicionamento dos gestores políticos quanto à submissão sincera ou não ao Deus cristão.

Nas fontes contemporâneas à vivência de Constantino, existem várias formulações no tocante ao seu poder imperial. Eusébio e Lactâncio ¹⁵¹, alguns dos principais fabricantes da

¹⁵⁰ H.E., VIII, XIII, XV; VIII, XIV, I-II.

¹⁵¹ Lactâncio nasceu em 250, na África; a data e local de sua morte são desconhecidas. Ele foi a Nicomédia a mando de Diocleciano para ensinar Retórica e, posteriormente, ingressa à Gália, por pedido de Constantino, com o cargo de instruir seu filho Crispo nas letras. Não há evidências sobre o momento em que se tornou cristão, mas sabe-se que Lactâncio escreveu obras que visavam à defesa da religião cristã, como a *Diuinae Institutiones* (305), tratado que compreende sete livros e no qual o autor associa a verdade e a sabedoria ao cristianismo através de algumas ideias: a demonstração de que as crenças e filosofias pagãs eram falsas, o sustento de que a verdadeira sabedoria provém tão somente de Deus, não sendo compreensível por outra via, como a já apontada filosófica - esta seria apenas uma tentativa de entender o que não se conhece, ou seja, seria

visão do “imperador cristão”, destacaram e defenderam seus atos político-administrativos. A ocasião da entrada de Constantino em Roma no ano de 312 e a subsequente vitória dele sobre Maxêncio é interpretada por panegiristas e por autores cristãos de maneira a legitimá-lo em sua investida político-militar. Opostamente, Maxêncio é apresentado como um dirigente ilegítimo e digno da morte que sofreu durante a Batalha da Ponte Mílvio:

A primeira entrada de Constantino em Roma, em 29 de outubro de 312, faz parte de uma conjuntura especial: a campanha e posterior vitória sobre Maxêncio. A morte do ‘tirano’ supõe para Constantino o controle político da zona Ocidental do Império; esta nova situação requer a utilização de todos os recursos publicitários que permitam justificar sua legitimidade institucional. Para conseguir esse objetivo, os ‘ideólogos’ de Constantino, os panegiristas, baseiam suas argumentações em dois elementos: por uma parte se pretende demonstrar a ilegitimidade de Maxêncio dando ênfase não tanto na forma irregular de conseguir o poder, como na indignidade ao fazê-lo. Assim os panegiristas afirmam que Maxêncio atuava contra o Senado e matava de fome a plebe. Em segundo lugar se afirma que a ‘liberação’ da cidade foi acolhida com grandes mostras de alegria por parte do Senado e do povo de Roma. Outras fontes como Lactâncio e Eusébio também expressam como a morte de Maxêncio foi recebida com agrado.¹⁵²

Tanto o Senado quanto o *populus romanus* comemoraram o ingresso de Constantino em Roma, conforme assevera o historiador Manuel Rodríguez Gervás, citando excertos dos panegíricos a Constantino IX e X, da obra *De mortibus persecutorum*, de Lactâncio, e da História Eclesiástica e *Vida de Constantino*, de Eusébio¹⁵³.

a opinião/opiniões a respeito do transcendente e do supremo resumidos na figura de Deus. Os bons preceitos filosóficos da cultura greco-romana não eram, porém, suficientes para o alcance da verdade e compreensão do bem maior, já que os limites de entendimento e sabedoria do homem são evidentes. Além desses trabalhos, escreveu *De officio Dei* (em torno de 304/305), no qual abordou o tema do corpo e alma e foi direcionada a seu discípulo Demetriano; *De ira Dei*; e *De mortibus persecutorum*, esta última possui forte importância também por constituir-se em registro ímpar da perseguição desencadeada por Diocleciano no ano de 303, iniciada em Nicomédia, local de moradia de Lactâncio naquele período. (SÁNCHEZ SALOR, E. Introducción. In: **Instituciones Divinas**. Madrid; Gredos, 1990, p.7 et. seq.).

¹⁵²RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. Constantino y la utilización político-ideológica de Roma. Madrid: **Revista Gerión**, n.8, 1990, p. 49-50. “La primera entrada de Constantino en Roma, el 29 de octubre del 312, se enmarca dentro de una coyuntura especial: la campaña y posterior victoria sobre Majencio. La muerte del «tirano» supone para Constantino el control político de la zona Occidental del Imperio; esta nueva situación requiere la utilización de todos los recursos publicitarios que permitan justificar su legitimidad institucional. Para conseguir dicho objetivo los «ideólogos» de Constantino, los panegiristas, basan sus argumentaciones en dos elementos: por una parte se pretende demostrar la ilegitimidad de Majencio haciendo hincapié no tanto en la forma irregular de conseguir el poder, como en la indignidad al ejercerlo. Así los panegiristas afirman que Majencio actuaba contra el Senado y mataba de hambre a la plebe. En segundo lugar se afirma que la «liberación» de la ciudad fue acogida con grandes muestras de alegría por parte del Senado y del pueblo de Roma. Otras fuentes como Lactancio y Eusebio también expresan cómo la muerte de Majencio fue recibida con agrado”.

¹⁵³ Ibidem, p. 50

Para o mesmo episódio, o panegírico de 313 de autor desconhecido, com intenção ideológica e propagandística, descreve a entrada triunfal do imperador ¹⁵⁴, com o povo e o Senado atrás dele, conforme aponta Manuel Rodríguez Gervás:

Das fontes que falam da entrada de Constantino em Roma, é o panegírico de 313 o que mais se estende; nele é narrada a entrada triunfal de Constantino em Roma. O orador, em um relato que mostra certas imprecisões com o que é o *cerimonial tradicional* do *triumphus*, diz a nós que foi levado em um carro até o Palácio. A imagem que o panegirista nos transmite está longe de ser uma cerimônia de triunfo clássica; posto que nem a ordem da corte, na qual os senadores e magistrados teriam que preceder ao triunfador, nem o final da possessão, a chegada ao Capitólio, estão presentes no discurso. Pelo que respeita a ordem da corte, se entrevê, que o povo e o Senado estão situados atrás de Constantino, posto que se diz que ambos ‘lhe empurram para frente’. ¹⁵⁵

O autor demonstra ainda epítetos que ele recebeu pelas cunhagens da época, devido ao êxito em 312: libertador de Roma, restituidor de Roma e príncipe ótimo. ¹⁵⁶ Em outro texto seu que abarca as virtudes constantinianas, Gervás expressa:

O suporte empregado para difundir esta imagem [repleta de virtudes] do imperador é múltiplo, desde os panegíricos até as moedas, passando pelas inscrições em monumentos públicos. Todos estes meios têm em comum difundir em maior ou menos grau uma visão ideal do *imperador*. Os panegíricos, ainda que sua difusão pública fosse limitada, refletiam com bastante exatidão a ideologia imperial romana, aparecendo claramente o projeto político pretendido pelo imperador. ¹⁵⁷

¹⁵⁴Esse trecho do panegírico não está de acordo com os demais excertos que exaltam a figura de Constantino, pois não tem intenção de apresentar a ideia do imperador cristão, contudo, divulga o reconhecimento de sua vitória e o apoio recebido na sociedade. É uma visão positiva e engrandecedora a respeito do governante.

¹⁵⁵ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José, op. cit., p.50-51. “De las fuentes que recogen la entrada de Constantino en Roma es el panegírico del 313 el que más se extiende; en él se narra la entrada triunfal de Constantino en Roma. El orador, en un relato que muestra ciertas imprecisiones con lo que es la *ceremonial tradicional* del *triumphus*, nos dice que fue llevado en un carro hasta el Palacio. La imagen que el panegirista nos transmite dista de ser una ceremonia de triunfo clásica; puesto que ni el orden del cortejo, en el que los senadores y magistrados tenían que preceder al triunfador, ni el final de la procesión, la llegada al Capitolio, están presentes en el discurso. Por lo que respecta al orden del cortejo, se entrevee, que el pueblo y el Senado están situados detrás de Constantino, puesto que se dice que ambos ‘te empujaban hacia adelante’”.

¹⁵⁶ Ibidem, p.51.

¹⁵⁷ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. “Las virtudes del emperador Constantino”. *Revista Gerión*. Madrid: n.2-3, 1984-85, p. 239. (239-247). “El soporte empleado para difundir esta imagen [repleta de virtudes] del emperador es múltiple, desde los panegíricos a las monedas, pasando por las inscripciones en monumentos públicos. Todos estos medios tienen en común difundir en mayor o menor grado una visión ideal del *imperator*. Lo panegíricos, aunque su difusión pública era limitada, reflejan con bastante exactitud la ideología imperial romana, apareciendo claramente el proyecto político querido por el emperador”.

Anos mais tarde, entre 321 e 325, o próprio Constantino profere um discurso em prol de seu governo. Embora esse não tenha sido o tema principal da *Oração à assembleia dos santos* (*Oratio ad sanctorum coetum*), podemos entender que a mensagem destinada aos bispos transpareceu a declaração do governante de que suas atitudes diante do cristianismo (ou seja, a defesa e adesão a ele) estariam em consonância com a vontade divina. O historiador Gilvan Ventura da Silva afirma:

A missão cristã do imperador [Constantino], instrumento da Providência divina para garantir a vitória da Igreja contra os pagãos, converte-se assim em um tema próprio da retórica imperial do período, sendo desenvolvido com bastante propriedade na *Oratio ad sanctorum coetum* (OC), a *Oração à assembleia dos santos*, um documento indispensável para que possamos compreender o ponto de vista de um imperador cristão acerca da sua própria trajetória política, da missão que o cargo imperial lhe confere e do sentido que atribui à história do Império Romano, a essa altura confundida com a história do povo de Deus, isto é, os cristãos. Elaborada no contexto da campanha final contra Licínio, a *Oração a assembleia dos santos* apresenta um teor histórico, doutrinal e apologético, característico dos discursos que, forjados no calor das disputas ideológicas, desejam instituir e/ou reafirmar uma determinada diretriz para a ação política.¹⁵⁸

Em Lactânio, notamos oposições implícitas entre Constantino e outros governantes. Por toda a história que narra sobre as perseguições em relação aos cristãos no *De mortibus persecutorum* desde a regência de Nero (54-68) até o tempo constantiniano, o defensor do cristianismo ensina a caracterizar de maneira pejorativa os imperadores que agiram negativamente em relação ao cristianismo. Nero aparece como perseguidor dos servos de Deus, tirano e predecessor da vinda do Anticristo; Domiciano como tirano e odioso; Décio é execrável, perseguidor da justiça e inimigo de Deus; Valeriano, ímpio; Aureliano, indisposto, violento e criminoso; Diocleciano, inventor de crimes e maquinador de maldades; Maximiano Herculêo, Galério e alguns contemporâneos a Constantino são igualmente perturbadores¹⁵⁹. Uma contraposição é feita entre Maximiano e seu filho Maxêncio em relação a Constâncio e o filho Constantino:

Maximiano tinha um filho, Maxêncio, genro do mesmo Galério. Tinha um instinto malvado e perverso e era tão soberbo e obstinado, que nem a seu pai e a seu sogro costumava respeitar, pelo que ambos o odiavam. Constâncio tinha também um filho, Constantino, jovem santíssimo e totalmente digno

¹⁵⁸ SILVA, Gilvan Ventura da. História, festa e poder no Baixo Império Romano: a propósito da Oração à assembleia dos santos”. Goiânia: **Revista História**, n.1, 2006, p. 47.

¹⁵⁹ De mortibus persecutorum, II-XXII. Tradução de José Pereira da Silva. Em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1\(3\)19-52.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1(3)19-52.html) Acesso em 02/02/2017.

deste alto cargo [co-imperador], a quem, por sua distinta e digna excelência física, por seu gênio militar, por sua integridade de costumes e sua extraordinária afabilidade, os soldados o amavam e os simples cidadãos o desejavam como imperador [...] Constantino é verdadeiramente estimado e, quando for Imperador, será considerado melhor e mais clemente ainda do que seu pai.¹⁶⁰

Embora haja diferenças nas premissas de Eusébio de Cesareia e Lactâncio, os dois autores são responsáveis por reforçar o poder imperial de Constantino vinculando-o ao cristianismo, conforme nos aponta Averil Cameron:

Como é sabido, Lactâncio e Eusébio eram escritores muito diferentes entre si, mas ambos possuíam interesse em apresentar Constantino como um defensor precoce do cristianismo, e sua exposição é tendenciosa quanto aquelas dos panegiristas. O ponto é, de fato, que Constantino era o agressor, na sua ascensão ao poder primeiro em 312 e depois contra Licínio no percurso que teve até a batalha de Cibale em 316 e de Crisópolis em 324: se trata de uma verdade que os autores favoráveis a Constantino esconderam com muito esforço.¹⁶¹

As seguintes passagens da História Eclesiástica tratam de Licínio e Constantino, a este Eusébio demonstra apreço, àquele, descrédito:

Mas ele, por sua vez, agia contrariamente a isto e cada dia imaginava intrigas contra seu superior e imaginava todo gênero de conspirações, como se respondesse com males a seu benfeitor. Assim é que, em primeiro lugar, tratava de ocultar seus preparativos fingindo ser amigo, e aplicando-se à astúcia e ao engano, esperava alcançar com toda facilidade o resultado apetecido.¹⁶²

A este [Constantino], por conseguinte, foi que Deus outorgou desde cima, como fruto digno de sua piedade, o troféu da vitória contra os ímpios. Em troca, precipitou o criminoso com todos seus conselheiros e amigos aos pés de Constantino.¹⁶³

¹⁶⁰Ibidem, XVIII.

¹⁶¹CAMERON, Averil. Il potere di Costantino, Dimensioni e limiti del potere imperiale, In: Constantino I. **Enciclopédia Constantiniana**. Sulla Figura e l'immagine dell'imperatore del cosiddetto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Istituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013, p. 107. "Come è noto, Lattanzio ed Eusebio erano scrittori molto diversi tra loro, ma entrambi avevano interesse a presentare Costantino come un precoce sostenitore del cristianesimo, e la loro esposizione è tendenziosa quanto quella dei panegiristi. Il punto è, infatti, che Costantino era l'aggressore, nella sua ascesa al potere prima del 312 e poi ancora contro Licinio nel percorso che portò alle battaglie di Cibale del 316 e di Crisopoli nel 324: si tratta di una verità che gli autori favorevoli a Costantino nascosero con molta fatica".

¹⁶² H.E., X, VIII, V.

¹⁶³ H.E., X, IX, I.

Compreendemos que é feita uma contraposição entre os imperadores Constantino e Licínio, colocando o primeiro como bom e piedoso, e o segundo como um tirano. Contudo, seria absolutamente possível vermos o próprio Constantino como um usurpador em busca de sustentação ao seu poder, tanto que combate ferozmente com Maxêncio em 312, e com Licínio em 324, em busca da unidade governamental.

Interpretamos, além disso, que se trata de uma formulação teórica, pois na prática sabemos que não existe pleno acordo entre todas as esferas da sociedade política quanto a seu governante. A pretensão das passagens acima é conceder certo estatuto universal aos atos de Constantino, de maneira que ele possa aparecer como líder digno, responsável e ‘cristianíssimo’ ante os súditos e, mais especificamente no caso da História eusebiana, ante os cristãos, sendo legitimado diante desse grupo.

Por outro lado, não eram apenas os autores cristãos que refletiam sobre o governo de Constantino. Eruditos pagãos também o faziam, mas sob outra perspectiva. O historiador Valerio Neri,¹⁶⁴ ao falar da guerra civil constantiniana, demonstra que fontes cristãs (Eusébio, Rufino, Paulo Orósio) imputavam caráter usurpador aos rivais do *imperator* - Maxêncio e Licínio, enquanto fontes pagãs (Aurélio Victor, Eutrópio) alegavam um período muito conturbado do reinado de Constantino (312-324), embora não defendessem os dois líderes acima apontados. Tanto cristãos quanto pagãos tratavam da legitimidade constantiniana, direta ou indiretamente. Os primeiros faziam isso conectando o *imperator* ao Deus judaico-cristão, e enaltecendo-o com um papel salvífico¹⁶⁵.

Notamos que a legitimidade apresenta um traço interessante: a fabricação de dualidades. Seguindo o apresentado acima, existe o bom e o mau governante - as referências para que essa classificação seja demonstrada variam conforme a conjuntura histórica; aqui o termômetro é a adesão ao cristianismo. Portanto, temos: Constantino x Maxêncio, Constantino x Licínio, Constâncio x Maximino; a dualidade está posta.

Quanto à fabricação, ela pertence aos aliados dos “bons governantes”, aos seus conselheiros, (e por que não aos interessados?), entre os quais houve elaboração escrita e registros posteriores que chegaram até nós, e assim nos permitem refletir acerca tanto da

¹⁶⁴ Costantino e le guerre civile. Storia e storiografia, In: **Enciclopédia Constantianiana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Istituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013, p.69-88.

¹⁶⁵ Paul Veyne trabalha essa ideia no livro **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Texto & Grafia: Lisboa, 2009, p.9-22.

oposição e do autor dela, quanto do quadro contextual que a contém. O quadro aqui é a tardo-antiguidade, momento no qual a ideia de dualidade cristã começa a ser delineada.

A concepção de dualidade está conectada diretamente à existência da Providência divina, ou seja, Deus é o criador da humanidade e *dominus*/senhor da História. As pessoas que acreditam em Deus e que buscam obedecê-lo podem deixar-se conduzir por sua boa e perfeita gestão até o fim dos tempos, no qual o mundo tal qual o conhecemos será extinto e haverá o início de uma nova ‘era’: a eternidade, no caso, o céu ou a “terra prometida”.

Os indivíduos descrentes na soberania divina, assim como no próprio dirigente da trajetória humana, acabam por conduzir-se por si mesmos ou pela confiança em seres e coisas não condizentes aos ensinamentos bíblicos; seu futuro é o sofrimento eterno, o inferno, lugar caracterizado em primeira instância pela correta punição divina aos pecadores. Os primeiros, os que têm fé nele e almejam sua intervenção, estão do lado bom; de paz, santidade, perfeição, justiça e ordem. Em contraposição, os segundos, os quais não têm uma vida correta aos olhos de Deus, estão do lado mau; de agonia, transgressão, defeito, injustiça e caos.

Tal visão cristã do mundo é impressa em incontáveis escritos por pensadores religiosos. Falando especificamente de obras historiográficas cristãs, o filólogo Eustaquio Sanchez Salor defende que:

Uma das finalidades de toda obra historiográfica cristã é a finalidade testemunhal. De acordo com ela, o historiador deve comprovar e dar fé da ação de Deus nos feitos humanos; Deus é o que organiza e dirige os fatos da história da humanidade; historiar é, portanto, dar testemunho da ação de Deus no mundo.¹⁶⁶

A partir dessa citação, nota-se que para os autores cristãos, escrever (a) história é necessariamente testemunhar a intervenção divina no curso humano; a História recebe conotação teleológica e apocalíptica pautada na vontade de Deus. Para o cristão, a jornada humana nesse mundo consiste em vivenciar a vida pura e verdadeira; ao erudito cristão, essa missão é acrescida pela evidenciação da crença através da oralidade e da escrita.

¹⁶⁶ SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. **Historiografia latino-cristiana: princípios, contenido, forma**. Roma: L’erma di Bretschneider, 2006, p.130. “[...] una de las finalidades de toda obra historiográfica cristiana es la finalidad testimonial. De acuerdo con ella, el historiador debe comprobar y dar fe de la acción de Dios en los hechos humanos; Dios es el que organiza y dirige los hechos de la historia de la humanidad; historiar es, por tanto, dar testimonio de la acción de Dios en el mundo”.

A manifestação do sentido da História por pensadores cristãos existe em obras de vários gêneros: histórias, crônicas, biografias, panegíricos, cartas, apologias, entre outros, e ele (o sentido da História) é caracterizado pela doutrina da Providência, da bondade e justiça divina, do pecado original do homem e sua possível regeneração mediante arrependimento, fé e obediência aos preceitos da Palavra, a crença no fim da vida terrena e início da vida eterna. Um autor destacado que desenvolve essa perspectiva na gama de suas vastas obras é Agostinho de Hipona (354-430). Sanchez Salor o rememora quando trabalha a concepção de história cristã, citando essa passagem da obra *Sobre a verdadeira religião*:¹⁶⁷

Pois bem, da mesma forma que alguns malvados gostam mais do verso que da própria arte com que está construindo o verso, já que fazem mais caso a seus ouvidos que a sua inteligência, assim também alguns gostam das coisas temporais e não se ocupam da divina Providência, que é a criadora e moderadora dos tempos. E na própria visão das coisas temporais preferem ficar com aquilo que lhes agrada, e assim caem no mesmo absurdo que aquele que, na recitação de um grande poema, prefere ficar escutando constantemente apenas uma sílaba. E não existe quem goste de todo o poema, mas sim há quem se detenha nas coisas que lhe agrada; e não existe ninguém que escute o verso inteiro, tão pouco todo o poema; ainda menos alguém pode entender toda a ordem dos séculos.¹⁶⁸

Agostinho quer dizer que muitas pessoas se preocupam mais com suas próprias vidas do que com o que está por trás delas e do que as construiu. O criador e juiz dos homens é deixado em segundo plano por essas pessoas más (se é que em algum momento o soberano é lembrado), as quais vivem despreocupadas no engano, pensando que são sábias, porém conhecendo apenas pequeníssimas partes de um todo infinitamente maior e complexo. Sua existência é tola e vã por não contemplar o Ser superior que concede significado a ela.

Outro autor cristão ilustre da tardo-antiguidade que se ocupa do sentido da história é Jerônimo (347-420). Segundo Sanchez Salor:

A Bíblia é o livro que contém a ação de Deus em seu povo e neste sentido ela se converte em um modelo histórico. Os fatos da Bíblia são um presságio de acontecimentos futuros. Esta é uma interpretação histórica do Antigo

¹⁶⁷ De vera religione, 22, 43.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 131. “Pues bien, de la misma forma que algunos malvados gustan más del verso que de la propia arte con que está construido el verso, ya que hacen más caso a sus oídos que a su inteligencia, así también algunos gustan de las cosas temporales y no se ocupan de la divina Providencia, que es la creadora y moderadora de los tempos. Y en la propia visión de las cosas temporales prefieren quedarse con aquello que les gusta, y así caen en el mismo absurdo que aquel que, en la recitación de un gran poema, prefiere quedarse escuchando constantemente una sola sílaba. Y no hay quienes gusten de todo el poema, pero sí hay quienes se detengan en las cosas que les gustan; y es que no hay nadie que escuche todo el verso entero, ni tampoco todo el poema; nadie puede entender tampoco todo el orden de los siglos”.

Testamento que terá profunda influência na concepção da história ao longo dos séculos; o Antigo Testamento é considerado, a partir de alguns comentários de Jerônimo, como presságio de fatos do Novo Testamento e de fatos de povos futuros. Vemos isso de maneira muito clara nas explicações que Jerônimo dá às profecias do livro de Daniel relativas aos quatro impérios universais. [Babilônia, Pérsia, Macedônia, Roma].¹⁶⁹

Voltando à História Eclesiástica de Eusébio, acreditamos que o autor imprime no relato sua concepção do que é a história, ao demonstrar a trajetória do “povo de Deus”, as perseguições e sofrimentos que lhe foram imputados nos primeiros séculos depois de Cristo e as transformações a nível político e legal que mais tarde atingiram favoravelmente a comunidade cristã. Parece a nós que a obra aponta para o desenvolvimento do percurso dos cristãos, de maneira que Deus os acompanhava e intervinha na rota humana. Nenhum imperador seria mais legítimo diante dos súditos cristãos do que um líder associado ao mesmo Deus que eles, em quem depositavam confiança, esperança e libertação. A História Eclesiástica coloca Constantino como um instrumento nas mãos desse Deus, o qual se interessa pelo seu povo e o ama a ponto de confortá-lo com a governança de um homem temente ao Senhor, o qual livra os oprimidos e marginalizados. O excerto a seguir subjaz o exposto; trata-se da controvérsia entre Constantino e Licínio:

Efetivamente, tendo aquele [Licínio] feito avançar seus atos até extremos de loucura, o imperador amigo de Deus [Constantino] concluiu que já era insuportável. Fazendo seu cálculo prudente e somando a sua humanidade a firmeza do juiz, decide acudir em socorro dos que sofriam sob o tirano. Desembarçou-se de alguns breves contratempos e pôs-se em movimento para recobrar a maior parte do gênero humano. Até então, efetivamente, havia utilizado com ele somente a humanidade, e havia-se compadecido de quem não era digno de compaixão, sem proveito nenhum, já que o outro não se afastava de sua maldade, antes até, aumentava ainda mais sua raiva contra as nações submetidas e já não deixava nenhuma esperança de salvação para os maltratados, tiranizados como estavam por uma fera espantosa. Por isto, juntando seu ódio ao mal com seu amor ao bem, o defensor dos bons avança junto com seu filho Crispo, humaníssimo imperador, estendendo sua destra salvadora a todos os que pereciam. Logo, como se tivessem guias e como aliados a Deus, rei universal, e a seu Filho, salvador de todos, pai e filho, ambos de uma vez, separam em círculo sua formação contra os inimigos de

¹⁶⁹Ibidem., p. 132-133. “La Biblia es el libro que recoge la acción de Dios en su pueblo y en ese sentido ella se convierte en un modelo histórico. Los hechos de la Biblia son un presagio de hechos futuros. Esta es una interpretación histórica del Antiguo Testamento que va a tener profunda influencia en la concepción de la historia a lo largo de siglos; el Antiguo Testamento es considerado, desde algunos de los comentarios de Jerónimo, como presagio de hechos del Nuevo Testamento y de hechos de pueblos futuros. Ello lo encontramos de forma muy clara en las explicaciones que Jerónimo da a las profecias del libro de Daniel relativas a los cuatro reinos universales [Babilônia, Pérsia, Macedônia, Roma]”.

Deus e conseguem para si uma fácil vitória, já que Deus lhes dispôs tudo no confronto conforme seu plano.¹⁷⁰

A legitimação do poder imperial de Constantino é endossada na obra por meio de argumentos que retratam o imperador como pessoa amorosa e compassiva em relação aos cristãos padecentes. Isso é posto ante o desprestígio dos líderes malfeitores e não-crentes na soberania do Deus uno. A maneira com que essa ideia aparece é através da apresentação de determinado governante como sendo bom/cristão ou mau/pagão. Segundo a forma com que agia para com Deus e para com a comunidade cristã, eram-lhe atribuídos virtudes ou vícios.

A sacralidade do imperator

Os relatos de Eusébio de Cesareia referentes às atitudes pró-cristãs de Constantino contavam positivamente com a atribuição sagrada que a figura do *imperator* possuía, desde tempo precedente. Para a historiadora Norma Musco Mendes:

Esse título estava associado ao caráter sagrado que envolvia a concepção tradicional de *imperium*. Trata-se de uma força transcendente, simultaneamente, criativa e reguladora, capaz de agir sobre o real e de o submeter a sua vontade. Poder inerente a Júpiter que o transmite ao magistrado escolhido pelo povo romano. Pela tradição, no campo de batalha os soldados vitoriosos aclamavam o chefe, conferindo-lhe o título de *imperator*. Conclui-se que tal título era fundamental para a ideologia da vitória, pois somente a vitória numa batalha permitia esta aclamação, a qual ainda deveria ser confirmada pelo Senado. A vitória era vista como uma inspiração vinda diretamente dos deuses e em primeiro lugar, Júpiter. Assim, através do título de *imperator*, também utilizado por Júpiter, um mortal era identificado como imortal.¹⁷¹

Ainda referente ao vocábulo *imperator*, a historiadora María Pilar Rivero Gracia trabalha seu desenvolvimento com base nas fontes, historiografia e filologia; e o descreve do seguinte modo após apresentar brevemente diferentes teorias de grandes estudiosos do conceito:

Resumindo, ao menos desde o Renascimento e sem dúvida a partir do século XIX e do nascimento da História Antiga como uma especialidade consolidada da “ciência positiva” (principalmente graças a Mommsen), um

¹⁷⁰ H.E., X, IX, II-IV.

¹⁷¹ MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado, In: **Repensando o Império Romano - Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p.38.

imperator romano até os tempos finais da República era considerado, antes de tudo, um general vitorioso e carismático, aclamado pelas tropas no mesmo campo de batalha e recebido, em consequência, pelo Senado e o povo de Roma, como um indivíduo singular e particularmente distinto pelos poderes divinos tutelares do Estado.¹⁷²

Entretanto, a autora não termina no período republicano para explicar tal designação, ela indica sua continuidade no mundo imperial:

Uma primeira [fase de evolução] correspondente à época republicana na qual o imperador era o general romano que recebia este título depois de uma vitória mediante a aclamação espontânea de suas tropas; e uma segunda propriamente imperial em que o título designaria ao mais alto dirigente do estado romano.¹⁷³

Identificamos em Constantino as duas especificações de legitimidade; a primeira ao ser aclamado *Augustus* (título que a princípio recusou, aceitando apenas o de César) pelas tropas de seu pai, Constancio Cloro, em 306 na província da Britânia, e a segunda principalmente quando se tornou governante único em 324 (embora fosse *imperator* antes disso, junto aos outros dirigentes que compunham o regime imperial tetrárquico). A autoridade centrada em uma figura política era algo a que Constantino almejava, e para tanto se tornava ainda mais necessário que houvesse justificativas plausíveis ao seu exercício do poder, dada a conjuntura política e institucional fragmentada na qual o mundo romano se encontrava, como bem nos explica Renan Frighetto:

De fato, lançando um olhar para os séculos III e IV, a romanidade tardia pode ser caracterizada pela transformação, atualização e readaptação das práticas políticas e institucionais do passado helenístico, a começar pela mudança da concepção à volta do poder político de um único *princeps* – *imperator* sobre todo o *orbis romanorum*, sempre representado pelas imagens perfeitas de um Augusto ou de um Trajano. A partir do governo de Septímio Severo (193-211), as fontes historiográficas romanas revelam-nos uma constante partilha do poder político entre vários Augustos e Césares, legítimos ou ilegítimos, demonstrando-nos uma efetiva lógica de que era

¹⁷²RIVERO GRACIA, María Pilar. **Imperator Populi Romani: Una aproximación al poder republicano.** Plaza de España: Diputación de Zaragoza, 2006, p. 24. “Resumiendo, al menos desde el Renacimiento y sin duda a partir del siglo XIX y del nacimiento de la Historia Antigua como una especialidad consolidada de la “ciencia positiva” (principalmente gracias a Mommsen), un *imperator* romano hasta tiempos de finales de la República ha sido considerado, ante todo, un general victorioso y carismático, aclamado por las tropas en el mismo campo de batalla y recibido, en consecuencia, por el Senado y el pueblo de Roma como un individuo singular y particularmente distinguido por los poderes divinos tutelares del Estado”.

¹⁷³Ibidem, p. 27. “Una primera [fase de evolução] correspondiente a la época republicana en la que el *imperator* era el general romano que recibía este título tras una victoria mediante la aclamación espontánea de sus tropas; y una segunda propriamente imperial en la que el título designaría al máximo dirigente del estado romano.”

melhor “dividir para administrar”, sem esquecermos a força que as províncias imperiais já demonstravam desde então e que acentuavam a importância dos poderes de caráter regional [...].¹⁷⁴

A autoridade e o poder que Constantino possivelmente adquiriu na condição de imperador têm gênese durante a República e sobretudo na passagem desta ao Principado, num momento de forte personalização do poder. A crescente concentração de poder nas mãos de determinados indivíduos teve origem no século II a.C., e acabou por desfalecer a República Romana no final do século I a.C., com Otaviano Augusto. De acordo com Norma Musco Mendes, o final do período republicano pode ser entendido como um processo iniciado com as mortes de Tibério e Caio Graco em 133-121 a.C.

Isto porque estes acontecimentos trouxeram no seu bojo todos os elementos que numa relação assimétrica anunciavam o período de desagregação do sistema republicano romano, afetado em sua globalidade pelas grandes inovações produzidas pelo crescimento do Império Romano.¹⁷⁵

Tal traço se mantém ao longo dos séculos seguintes, nos quais os governantes aludiram sempre à figura de Otávio. Contudo, elementos da tradição republicana continuaram presentes durante o Principado; o próprio termo *princeps*¹⁷⁶ significa o “primeiro entre os cidadãos”, o que explicita a importância e necessidade de reconhecimento da autoridade imperial por parte do Senado. Mesmo tendo sido alterado e readequado conforme o contexto, sua influência é nítida nos séculos posteriores ao período republicano; inclusive com Constantino, que procura no segmento senatorial a aprovação para vários de seus atos. A respeito da permanência de diversos aspectos republicanos na nova fase imperial, Mendes afirma:

Não houve uma clara demarcação entre a era Republicana e a era Imperial. A admiração pelos heróis, pelas realizações e a sobrevivência dos ideais republicanos na mentalidade dos romanos impediam que se tivesse a noção

¹⁷⁴FRIGHETTO, Renan. Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia. **Revista História Helikon**, v.2, nº 2, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p.23.

¹⁷⁵MENDES, Norma Musco. op.cit., p.22.

¹⁷⁶ Durante o período romano republicano, nomeação dada a um senador eminente responsável por determinadas funções administrativas, políticas e militares. A partir de Augusto, o *princeps* se torna a figura política mais destacada, com poderes concentrados. O termo é usado para designar os imperadores romanos até o fim do governo de Diocleciano (305). No **Oxford Dictionary of the Classical World**: “The senator whose name was entered first on the senate list compiled by the censors. Once selected, he held his position for life (subject to confirmation by each new pair of censors), and longevity conferred increased influence. The *princeps senatus* had to be a patrician. Apart from great dignity, the rank conferred the privilege of speaking first on any motion in the senate. Since there was usually not much debate, the *princeps senatus* moved all routine senatus consulta, and he influenced many debated ones...”

(<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100345995>) Acesso em 23/12/2016.

de descontinuidade, fazendo com que toda a tradição republicana romana, já exposta por Políbio, a qual justificava as guerras e a expansão territorial por intermédio das concepções de *victrix causa, bellum justum, laus imperii, imperium sine fine* e da missão de Roma como protetora e difusora do mundo civilizado, fosse recolhida no *Res Gestae Divi Augusti* e colocada sob a égide da nova ordem, criada e garantida por Augusto. Logo, a história republicana foi unida ao Principado, uma vez que o republicanismo havia se esgotado como força política e institucional.¹⁷⁷

A sagração do poder imperial é um dos traços característicos do sistema do Dominato¹⁷⁸, no qual o poder do *princeps* tornou-se maior e mais importante frente a outras instituições políticas, como o Senado, e assumiu conotação sagrada e hierárquica. A sagração que a figura imperial recebe durante o Dominato tem influências orientais, que são sentidas fortemente no mundo romano. A *proskinesis* (ato de prostração) remonta aos povos orientais, mas é com os gregos que adquire caráter de divinização e sacralização. No movimento de fusão entre elementos gregos e orientais - cultura helenística - ocorre a difusão desse costume no espaço romano, conquanto adaptada.¹⁷⁹

A *proskinesis* é uma prática associada à *adoratio*¹⁸⁰ (adoração) latina, a qual é retomada por Diocleciano¹⁸¹. Tal prática já era conhecida anteriormente, mas é introduzida no ritual imperial na passagem do século III ao IV¹⁸², conforme Renan Frighetto explica-nos:

¹⁷⁷ Ibidem, p.37-38.

¹⁷⁸ Para tanto, ver capítulo 1, pág.16-18.

¹⁷⁹ Os “bárbaros” prostravam-se aos seus reis; os gregos, aos seus deuses. Durante o Principado romano houve diversas formas de adoração ao *princeps*. No período tetrárquico, o ato de prostração e adoração dirigido ao *imperator* não lhe atribuía o status de deus/Deus, mas o reconhecia como um representante ou descendente dele. “De esta forma, la *adoratio* perdió su connotación religiosa tradicional y se convirtió en una forma de reconocimiento explícito del poder imperial”. (Bravo, G. El ritual..., p.191.)

¹⁸⁰ “El ritual de la *proskynesis*, en la terminología griega, el culto de la *adoratio*, en la latina, presentan sin embargo un amplio repertorio morfológico en el mundo grecorromano. Generalmente se entiende por tal la costumbre de hacer la venia o genuflexión, arrodillarse e incluso postrarse antes las imágenes de dioses, reyes y emperadores o en presencia de estos últimos, como muestra de respeto, sumisión u obediencia. No obstante, en el mundo griego anterior a la conquista de Oriente por Alejandro, este rito sólo era concebido como una forma de culto a los dioses, mientras que se consideraba como una auténtica aberración o humillación de origen bárbara la práctica del mismo en las relaciones humanas”. (Bravo, Gonzalo. El ritual de la <proskynesis> y su significado político y religioso en la Roma imperial - Con especial referencia a la Tetrarquía, In: **Revista Gerión**. Madrid: n.15, 1997, p. 178). “En el contexto del revestimiento del príncipe de carismas divinos, se le rodeó de un halo sagrado. Por ello, el contacto directo con su persona fue restringido progresivamente a lo largo del siglo IV restringido a los altos cargos militares y civiles palatinos. Presentarse ante el emperador exigía cumplir con la *prokynesis* o *adoratio*”. (Resano, Esteban Moreno. La divinidad y el culto imperiales en la legislación romana desde el período constantiniano hasta época teodosiana - 312-455. In: **Arys**: n.12, 2014, p.358).

¹⁸¹ “En definitiva, el mérito de Diocleciano consistió no solo en recoger los elementos dispersos de la tradición, sino también en integrarlos en un contexto de cambios más amplios tendentes a reafirmar e hasta entonces discutido carácter monárquico del poder imperial”. Bravo, G. El ritual ..., p.189.

Embora alguns autores tardo-antigos tenham sugerido que esta forma de adoração, certamente importada do mundo persa, foi iniciada no reinado conjunto de Diocleciano e Galério nos territórios orientais, acreditamos que tal prática tenha sido realizada ao longo do século III no mundo romano, mas sem a sistematização que foi implementada a partir do reinado de Diocleciano. Ao fim e ao cabo, tratava-se dum ritual misterioso reservado a poucos escolhidos que tinham o privilégio de visualizar a figura imperial, quase sempre invisível, em toda a sua plenitude sagrada.¹⁸³

Gonzalo Bravo aponta casos em que esse ato fora utilizado anteriormente: por Calígula, Domiciano, Heliogábalo e Aureliano. O autor afirma que a *proskynesis* não se constitui de uma inovação de origem estrangeira, ela existia sob outras denominações – *adulatio*, *veneratio*, *supplicatio*, desde a tradição monárquica romana, “O que ocorre é que no Baixo Império, quando a tendência de *dominatio* na política imperial predomina sobre a de *moderatio*, estas formas de submissão e acatamento da autoridade se fizeram mais ostensivas”.¹⁸⁴

A tendência à divinização do poder imperial desenvolve-se num processo que receberá a partir de Constantino o elemento cristão como uma das bases do governo de caráter divino, a chamada basileia¹⁸⁵ - realza sagrada helenístico-cristã. Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes¹⁸⁶ apresentam a ideia da criação de uma basileia dentro do cenário político romano como consequência da crise do século III, na qual os imperadores se sucediam no poder constantemente e estavam rodeados de golpes e contragolpes gerando fragilidade governamental (Anarquia Militar). Ocorre, então, crescente tendência à divinização do imperador antes mesmo de sua morte.

A construção de uma “teologia política” recebe com Constantino um forte impulso advindo da contribuição cristã, particularmente através das reflexões de Eusébio de Cesareia

¹⁸² FRIGHETTO, Renan. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardía: cristianismo, tradición y poder imperial, In: **História: Entre el pesimismo y la esperanza**. Viña del Mar: Altazor, 2007, p.4-5.

¹⁸³FRIGHETTO, Renan, **A Antiguidade Tardia – Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações, Séculos II-VIII**. Curitiba: Juruá, 2012, p.96.

¹⁸⁴BRAVO, Gonzalo. **Historia del mundo antiguo, Una introducción crítica**. Madrid: Alianza Editorial, 1998, p.573.

¹⁸⁵Termo grego que significa “reino”, “domínio”. βασιλείω; βασιλεία: “reinar ou governar como rei, com a implicação de autoridade plena e a possibilidade de transferir esse direito ao filho ou um parente próximo – ‘reinar, ser rei, governar como rei, reinado, reino’”. O rei era o “basileus” (βασιλεύς): “alguém que tem autoridade total dentro de determinada área e pode transferir esse poder e autoridade a um sucessor”. (LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene A. **Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Trad. Vilson Scholz. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p.427-428.

¹⁸⁶SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do *DOMINATO*, in: **Repensando o Império Romano – Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006.

contidas na *Vida de Constantino* e *Em Louvor de Constantino*. A respeito desta última obra, Gilvan e Miguel Marvila¹⁸⁷ defendem que Eusébio, por influência de Orígenes e Pânfilo, estava já sensível à ideia de um autor do século II, chamado Melito de Sárdis, que correlacionava estritamente a *Pax Romana* e o advento de Cristo. Eusébio, após 312, refletiu, pois, sobre o caráter sagrado da monarquia romana, conforme Gilvan e Norma Mendes apontam: tornando-se “o principal difusor de uma representação particular da monarquia romana, que costumamos designar como basileia, a realeza sagrada helenístico-cristã que se perpetuará em Bizâncio após a desagregação do Império Romano do Ocidente.”

Contudo, é importante frisarmos que a sacralidade não é exclusiva aos séculos III e IV. Desde Augusto o governante é associado a qualidades sagradas, como fica claro no título de *Pontifex Maximus* (sumo pontífice da religião romana) que este possuía e que outros governantes receberam. De acordo com Gilvan Ventura da Silva¹⁸⁸ “os princípios de constituição de uma realeza sagrada estiveram presentes desde o momento de instauração do Principado”.

A justificativa divina para as ações imperiais eram já presentes no *orbis romanorum*. Aureliano (270-275) era descrito nas emissões monetárias como *deus et dominus natus*; Diocleciano e Maximiano possuíam, respectivamente, a titulação de *Iovius* e *Herculius*, sendo equiparados à divindade, ao demonstrarem as virtudes da *pietas*, *felicitas*, *virtus*, *victoria*, entre outras¹⁸⁹. Essas virtudes, oriundas do auxílio dos deuses concedido aos governantes pagãos, se faziam necessárias para a reordenação do poder e administração romana em meio às fragilidades que se apresentavam. Tais necessidades se tornaram fortemente incisivas com a “crise do século III” no contexto de Anarquia Militar.

Sustento para a vinculação do poder imperial com a divindade é fruto, também, do neoplatonismo, filosofia que aponta para um ente superior direcionador das ações humanas e ao qual os demais deuses estão submetidos. Essa noção hierárquica fora transportada à vida política romana e absorvida por pensadores pagãos e cristãos com o intuito de apoiar o poder imperial. No caso dos pensadores cristãos, o *princeps* é associado ao Deus judaico-cristão e a unidade do poder é apoiada pela figura de Cristo. Dessa forma, o Dominato se pauta também no neoplatonismo (desde Diocleciano, que necessita otimizar a administração e defesa do

¹⁸⁷SILVA, G.V.; MARVILA, M. **De Laudibus Constantini: o discurso de Eusébio de Cesareia sobre a realeza**. ES: Dimensões, 2006.

¹⁸⁸SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)**. Vitória: Edufes, 2003, p. 103.

¹⁸⁹SILVA, Gilvan Ventura da; Mendes, Norma Musco.op.cit., p.201.

amplo território romano) e ganha impulso com o elemento cristão, durante o governo constantiniano. O *dominus/senior* deve ser o maior entre todos, associado a Deus e estar à frente das demais instituições. Entendemos que é nessa conjuntura que Constantino está imerso e na qual Eusébio constrói uma legitimidade cristã para o governante.

Na perspectiva de forte união entre política e religião no século IV, vários autores abordam a relação do poder imperial com o poder divino, que ganha nesse período maior contorno cristão. A nível teórico, intelectuais da época – Eusébio é um nome de destaque – formulam um caráter sacralizado do *imperator* associando-o ao cristianismo. Ao falar das querelas religiosas no tempo de Constantino, Henri Marrou afirma que o governante não permaneceu estranho às realidades espirituais, assim como os súditos cristãos reclamavam sua intervenção nos assuntos religiosos, “O interesse que o imperador volta às questões religiosas é muito mais direto, mais profundo; também ele participa do espírito da nova religiosidade”.¹⁹⁰ Assim, sob sua autoridade o mundo romano é unificado e o poder imperial aparece como imagem terrestre da monarquia divina.

Cristina Godoy e Josep Vilella mencionam que com a Paz da Igreja e a ascensão de Constantino, a relação entre a Igreja e o Estado mudou radicalmente:

Com a Paz da Igreja e o advento de Constantino, mudou radicalmente a relação entre a Igreja e o Estado. A filosofia eclesiástica, longe de ver no imperador um perseguidor, outorgou-lhe a importante missão de *rector ecclesiae* que devia procurar, dentro das extremidades do Império, o bem-estar espiritual e temporal da humanidade redimida. Nasceu assim a primeira teologia política do cristianismo, composta por Eusébio de Cesareia, quem queria demonstrar que só podia haver um Império, o Romano, cujo início coincidia com e da religião cristã, e que o Reino de Deus havia-se realizado temporalmente no Império Romano-Cristão de Constantino, produzindo-se uma transposição entre a universalidade do Império e a Universalidade Católica.¹⁹¹

¹⁹⁰ DANIELLOU, Jean e MARROU, Henri. “A Igreja na primeira metade do quarto século”, in: **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1973, v. I p.253.

¹⁹¹ GODOY, C.; VILELLA, J. De la fides ghotica a La ortodoxia nicena: inicio de la teologia política visigótica, In: **Antigüedad y Cristianismo - Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardia**. Murcia: 1986, p. 117-118. “Con la Paz de la Iglesia y el advenimiento de Constantino cambió radicalmente la relación entre la Iglesia y el Estado. La filosofía eclesiástica, lejos de ver en el emperador a un persecutor, le otorgó la importante misión del *rector ecclesiae* que debía procurar, dentro de los confines del Imperio, el bienestar espiritual y temporal de la humanidad redimida. Nació así la primera teología política del cristianismo, compuesta por Eusebio de Cesarea, quien creía demostrar que sólo podía haber un Imperio, el Romano, cuyo inicio coincidía con el de la religión cristiana, y que el Reino de Dios se había realizado temporalmente en el Imperio Romano-Cristiano de Constantino, produciéndose una transposición entre la universalidad del Imperio y la Universalidad Católica”.

Conectando o Reino de Deus ao Império Cristão, Constantino poderia ter sua autoridade legitimada em uma origem divino-cristã, que daria certa divindade a sua pessoa e asseguraria poder absoluto, já que o monoteísmo comportaria a monarquia - “o governo de um só”.

O imperador cristão

Inúmeros autores já falaram a respeito da vivência de Constantino com a religião cristã. Alguns momentos da trajetória do líder são emblemáticos como sintomas de sua adesão ao cristianismo; um deles é a convocação do Concílio de Niceia em 325 pelo próprio imperador, a fim de debater questões dogmáticas conflitantes na época, outro momento é no fim de sua vida, quando ele é batizado pelo bispo Eusébio de Nicomédia; um terceiro, e que é em grande parte considerado como a primeira evidência da “conversão” de Constantino ao cristianismo, é a visão ou sonho que teve instantes antes da batalha contra Maxêncio em 312. Existem reflexões que apontam para uma experiência do *imperator* com essa crença ainda quando criança ou jovem, devido à influência que recebera de seus pais.

Quanto ao fenômeno sobrenatural que supostamente acometeu Constantino previamente à luta contra Maxêncio, ele é relatado por Eusébio de Cesareia na Vida de Constantino ¹⁹², obra produzida numa etapa posterior (aproximadamente 15 anos mais tarde) à qual não nos detemos nessa pesquisa. Entretanto, acreditamos que o bispo já construía ideias positivas sobre Constantino e sua relação com Deus quando escrevia os últimos livros da História Eclesiástica. Pensamos, inclusive, que na História Eclesiástica é a primeira vez que Eusébio enfatiza o governante como um imperador cristão, o qual, segundo o bispo, luta a favor dos cristãos oprimidos contra a crueldade e tirania dos ímpios.

¹⁹² “En las horas meridianas del sol, cuando ya el día comienza a declinar, dijo [Constantino] que vio con sus propios ojos, en pleno cielo, superpuesto al sol, un trofeo en forma de cruz, construido a base de luz y al que estaba unido una inscripción que rezaba: con éste vence. El pasmo por la visión lo sobrecogió a él y a todo el ejército, que lo acompañaba en el curso de una marcha y que fue espectador del portento. Y decía que para sus adentros se preguntaba desconcertado qué podría ser la aparición. En esas cavilaciones estaba, embargado por la reflexión, cuando le sorprende la llegada de la noche. En sueños vio a Cristo, hijo de Dios, con el signo que apareció en el cielo y le ordenó que, una vez se fabricara una imitación del signo observado en el cielo, se sirviera de él como de un bastión en las batallas contra los enemigos”. (I, 28). Tradução de Martín Gurruchaga. Em: Pacheco, Sánchez. **Vida de Constantino**. Gredos: Madrid, 1994. Também Lactânio relata o episódio na obra **Sobre a morte dos perseguidores**: “Constantino foi advertido em sonhos para que gravasse nos escudos o sinal celeste de Deus e deste modo comesse a batalha. Põe em prática o que lhe havia sido ordenado e, fazendo girar a letra X com sua extremidade superior curvada em círculo, grava o nome de Cristo nos escudos. O exército, protegido com este emblema, toma as armas...” (parág. 44.) Tradução de José Pereira da Silva. Em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1\(3\)19-52.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1(3)19-52.html) Acesso em 02/02/2017.

Harold Drake assinala Constantino como “o primeiro imperador cristão” a partir do relato da Vida de Constantino, especificamente do evento famoso da “Visão da cruz”:

Esse evento, a famosa “Visão da Cruz”, aconteceu em algum momento antes de 28 de Outubro de 312, data na qual Constantino derrotou seu rival Maxêncio no lado de fora de Roma e se tornou senhor da metade ocidental do Império Romano. Eusébio não é claro sobre quando, exatamente, a visão ocorreu – antes de Constantino ter deixado sua base na Gália ou enquanto ele ainda estava em marcha. Mas ele não deixa dúvidas de que estava conectado com esse evento, vindo em resposta à crença fervorosa de Constantino “de que ele necessitava de uma ajuda mais poderosa do que suas forças militares poderiam fornecer a ele, por conta dos encantamentos perversos e mágicos que estavam sendo tão diligentemente praticados pelo tirano” no controle de Roma. Subsequentemente, Eusébio continua, o próprio Cristo apareceu ao imperador em um sonho, ordenando a ele que fizesse uma cópia do sinal que havia visto para usar isso “como uma salvaguarda em todas as suas empreitadas com seus inimigos”. Assim nasceu o fabuloso lábaro, um estandarte dourado sobreposto por uma grinalda de jóias incrustadas em que estava exibido o monograma composto pelas letras gregas *chi* e *rho*, as primeiras duas letras do nome Χριστός. Histórias miraculosas de sobrevivência foram contadas por soldados que carregavam esse emblema durante a batalha, Eusébio afirma, e estavam protegidos por isso das lanças e flechas que caíam ao redor de todos os seus companheiros. Foi esta vitória em 312, de acordo com Eusébio, que levou Constantino a adotar “o sinal salutar” e ele próprio a agarrar com todo o fervor de um novo convertido a fé dos apóstolos. Porém ainda mais que a vitória, foi a visão milagrosa, dotando ele com carisma de proporções bíblicas, que deu a Constantino um espaço especial aos olhos dos Cristãos, marcando ele, como ela fez, com o sinal do favor de Deus.¹⁹³

¹⁹³DRAKE, H. A. *Constantine and the Bishop: The Politics of Intolerance*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000, p.10. “This event, the famous “Vision of the Cross”, occurred sometime before October 28, 312, on which date Constantine defeated his rival Maxentius outside Rome and became master of the Western half of the Roman Empire. Eusebius is unclear about when, exactly, the vision occurred – before Constantine had left his base in Gaul or while he was already on the march. But he leaves no doubt that it was connected with this event, coming in response to Constantine’s fervent belief “that he needed some more powerful aid than his military forces could afford him, on account of the wicked and magical enchantments which were so diligently practiced by the tyrant” in control of Rome. Subsequently, Eusebius continues, Christ himself appeared to the emperor in a dream, commanding him to make a likeness of the sign he had seen and to use it “as a safeguard in all engagements with his enemies” Thus was born the fabulous labarum, a golden standard surmounted by a jewel-encrusted wreath within which were displayed a monogram composed of the Greek letters *chi* and *rho*, the first two letters of the appellation Χριστός. Miraculous stories of survival were told by soldiers who carried this emblem into battle, Eusebius says, and were protected by it from the spears and arrows that felled comrades all around them. It was this victory in 312, according to Eusebius, which led Constantine to adopt “the salutary sign” and attach himself with all the fervor of a new convert to the faith of the apostles. But even more than victory, it was the miraculous vision, endowing him with charisma of biblical proportions, which gave Constantine special standing in Christian eyes, marking him, as it did, with the sign of God’s favor”.

Segundo Paul Veyne, foi a partir da conversão sincera e crença no seu papel de condutor da humanidade, tal como Jesus o fora, que Constantino instalou a Igreja no Império e deu ao governo central uma função nova, a de ajudar a verdadeira religião.

Não, Constantino não se dirigiu ao Deus cristão por superstição, porque teria imaginado, não se sabe porquê, que, melhor do que outros deuses, o dos cristãos lhe concederia a vitória; não, o crisma pintado nos escudos dos seus soldados não era um sinal mágico, como por vezes se afirmou, mas uma profissão de fé: a vitória de Constantino seria a do verdadeiro Deus [...] Constantino converteu-se porque acreditou em Deus e na Redenção, foi esse o seu ponto de partida, e esta fé implicava aos seus olhos que a Providência preparava a humanidade para o caminho da salvação; e que, por conseguinte, Deus daria a vitória ao seu campeão...¹⁹⁴

No verbete “Constantino I” do *Diccionario del mundo clásico*¹⁹⁵ há uma ideia distinta da defendida por Paul Veyne quanto à experiência de Constantino com a crença cristã; o imperador teria percebido vantagens políticas que possivelmente alcançaria se trabalhasse a favor da unidade dos cristãos:

Sem ser nem mais nem menos supersticioso que seus contemporâneos, viu neste triunfo [a vitória sobre Maxêncio] a mão do Deus cristão e a necessidade de conservar sua ajuda para ele e para seu império. A partir deste momento, não apenas devolveu as propriedades aos cristãos, mas também concedeu privilégios ao clero, encheu a Igreja de benefícios e empreendeu um ambicioso programa de construção de igrejas [...] Suas ideias religiosas talvez sofreram mais transformações e se viram afetadas pelos problemas que encontrou no seio da Igreja. Na África teve que afrontar o cisma donatista [...] Constantino escreveu (314) ao *vicarius* (governador supremo) da África, um “fervente devoto do Altíssimo”, expressando-lhe seus temores de que se não conseguisse a unidade aos cristãos, Deus o substituiria por outro imperador. A sinceridade não pode determinar-se através de um método histórico; mas em todo caso, não resulta incompatível com a crença de que uma ação a posteriori pode ter vantagens políticas [...] sabia [Constantino] que o problema do Cristianismo residia em que seu caráter exclusivista entorpeceria a unidade do sistema imperial. Se unisse sua sorte a dos cristãos, não conseguiria nenhuma vantagem, a menos que estes permanecessem unidos.¹⁹⁶

¹⁹⁴ VEYNE, Paul. op. cit., p.57-58.

¹⁹⁵ HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Tony (eds.). **Diccionario del mundo clásico**. Crítica: Barcelona.

¹⁹⁶ Ibidem, p.100. “Sin ser ni más ni menos supersticioso que sus contemporáneos, vio en este triunfo [a vitória sobre Maxêncio] la mano del Dios cristiano y la necesidad de conservar su ayuda para él y para su imperio. A partir de ese momento, no solamente devolvió las propiedades a los cristianos, sino que concedió privilegios al clero, colmó a la Iglesia de beneficios y emprendió un ambicioso programa de construcción de iglesias [...] Sus ideas religiosas quizá sufrieran transformaciones ulteriormente y se vieran afectadas por los problemas que encontró en el seno de la Iglesia. En África tuvo que afrontar el cisma donatista [...] Constantino escribió (314) al *vicarius* (governador supremo) de África, un “ferviente devoto del Altísimo”, expresándole sus temores de que si no se lograba la unidad de los cristianos, Dios lo reemplazaría por otro emperador. La sinceridad no puede determinarse a través de un método histórico; pero en todo caso, no resulta incompatible con la creencia

Pouco antes do trecho transcrito, o autor do verbete alude à visão ou sonho que Constantino teria tido previamente à batalha contra Maxêncio, no qual há o lema “com esta cruz vencerás”. A partir dessa vitória, segundo a entrada do Dicionário, o imperador percebeu a necessidade de ter o Deus cristão como seu protetor, para que ele e seu “império” ficassem seguros. Neste entretempo é que o governante teria agido positivamente no que tange ao cristianismo, à Igreja, ao clero e às pessoas cristãs no geral.

Uma questão ressaltada no excerto são as querelas religiosas. Neste momento, a que mais chama a atenção de Constantino é o donatismo ¹⁹⁷, a qual solicita a sua intervenção. Ele teria declarado a preocupação com a desavença entre os cristãos, o que o levou a intervir nos assuntos religiosos. O verbete infere que a atenção do imperador para com a religião cristã não fora gratuita, mas aconteceu como resposta à conjuntura: a percepção de que ter Deus ao seu lado traria boas ocorrências em meio aos conflitos militares e políticos. Para tanto, era preciso dissipar as divergências entre os fiéis, ou ao menos, rebaixá-las a um nível que não interferisse nos assuntos políticos; se não fosse Constantino o gerenciador dessa empreitada, seria outro líder, o que obviamente ele não desejava. A palavra de mando era unidade. A unidade era boa para o poder político, aliada à ordem, à administração eficaz e a uma posição religiosa ecumênica.

Sob a perspectiva de que a história da Igreja católica engloba a história de Constantino, o autor e professor de História eclesiástica Bernardino Llorca indica que a reverência do governante pelo cristianismo ocorreu de forma gradativa. A mudança teria sido ocasionada devido aos seguintes fatores:

A primeira foi o *desenvolvimento de sua educação*. Esta foi, certamente, pagã e ao conforme o estilo tradicional romano; mas já desde um começo teve por modelo seu pai Constâncio Cloro em seus bons sentimentos para com os cristãos. Por outro lado, consta por muitas moedas de Constantino que em sua vida religiosa adorava ao *sol invicto*, que era uma das religiões

de que una acción a posteriori puede tener ventajas políticas [...] sabía [Constantino] que el problema del Cristianismo residía en que su carácter exclusivista entorpecía la unidad del sistema imperial. Si unía su suerte a la de los cristianos, no conseguiría ninguna ventaja, a menos que éstos permanecieran unidos”.

¹⁹⁷ “O primeiro problema de dentro da Igreja de que o imperador Constantino teve que ocupar-se já alguns meses após a vitória sobre Maxêncio nos permite contemplar em ação o jogo contrastado destas tendências: trata-se do cisma africano dos donatistas, a mais grave das crises locais suscitadas pelas consequências da perseguição de Diocleciano.” DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1973, v.I p. 255. Segundo RIBEIRO JR., João. **Pequena história das heresias**. Campinas: Papirus, 1989, p.32: “Doutrinariamente, os donatistas entendiam que quem peca não pertence mais à Igreja, e fora da Igreja todos os sacramentos são invalidados. Assim, eles queriam expulsar todos os bispos e padres ‘pecadores’ bem como os fiéis que os acompanhavam”.

sincréticas da época com tendência monoteísta. [...] A este motivo de educação deve acrescentar-se uma razão política [...] pode considerar serenamente a política seguida pelos grandes imperadores que o haviam precedido no empenho de reorganizar o Império. A batalha empreendida por Décio, Valeriano e, sobretudo, Diocleciano, contra o cristianismo havia fracassado por completo. A Igreja católica era já extraordinariamente forte, pelo que era impossível destruí-la. Não seria mais eficaz para o mesmo Império aproveitar-se desta força jovem? Esta deve ter fascinado durante muito tempo o nobre Constantino, pois o conhecimento que possuía dos cristãos havia levado ao seu ânimo a convicção de que o cristianismo não constituía obstáculo algum para o Império e melhor se prestava a robustecê-lo sobre novas bases. A tudo isso se acrescenta uma terceira razão [...]. O desenvolvimento mesmo dos acontecimentos conduziu as coisas de tal modo, que colocou Constantino em uma espécie de necessidade em se declarar a favor dos cristãos, ao que deve complementar alguma intervenção mais ou menos sobrenatural por parte da Providência.¹⁹⁸

Esta terceira razão refere-se ao episódio da batalha entre Constantino e Maxêncio na Ponte Mílvio, quando aquele teria vencido este em razão do seu ‘espírito religioso’. As motivações que provocaram a adesão ao cristianismo por parte do imperador foram, conforme o autor, a educação que obteve e o modelo do pai, os exemplos de gestões anteriores, em que os governantes prejudicaram essa religião - como também a si mesmos, e os acontecimentos políticos vivenciados por Constantino em seu período.

O historiador Paul Veyne apresenta uma concepção mais extensiva sobre a aparente visão de Constantino no contexto do conflito da Ponte Mílvio. A crença em uma experiência de intervenção divina, através de visões ou sonhos, em favor de determinado indivíduo, grupo ou povo, não era uma exclusividade cristã, mas existia também, e anteriormente, entre os pagãos:

¹⁹⁸ Llorca, Bernardino. **Historia de la Iglesia Catolica**. Tomo I. Edad Antigua, La Iglesia en el mundo grecorromano. Nebrija: Madrid, 1955, p. 383-386. “La primera fué el *desarrollo de su educación*. Esta fue, ciertamente, pagana y conforme al estilo tradicional romano; pero ya desde un principio tuvo por modelo a su padre Constancio Cloro en sus buenos sentimientos para con los cristianos. Por otra parte, consta por multitud de monedas de Constantino que en su vida religiosa adoraba al *sol invicto*, que era una de las religiones sincretísticas de la época con tendencia monoteísta. [...] A este motivo de educación debe añadirse una razón política [...] pudo considerar serenamente la política seguida por los grandes emperadores que le habían precedido en el empeño de reorganizar el Imperio. La batalla emprendida por Decio, Valeriano y, sobre todo, Diocleciano contra el cristianismo había fracasado por completo. La Iglesia católica era ya extraordinariamente fuerte, por lo cual era imposible destruirla. ¿No sería más eficaz para el mismo Imperio aprovecharse de esta fuerza joven? Esta idea debió de fascinar durante mucho tiempo al noble Constantino, pues el conocimiento que poseía de los cristianos había llevado a su ánimo la convicción de que el cristianismo no constituía obstáculo alguno para el Imperio y más bien se prestaba a robustecerlo sobre nuevas bases. A todo esto se añade una tercera razón [...]. El desarrollo mismo de los acontecimientos condujo las cosas de tal modo, que puso a Constantino en una especie necesidad de declararse a favor de los cristianos, a lo cual debe añadirse alguna intervención más o menos sobrenatural por parte de la Providencia”.

Constantino era um decisor lúcido. Não nos deixemos enganar por prodígios que, na sua época, eram banais. Sim, em 310, Constantino “viu” Apolo anunciar-lhe um reinado muito longo; em 312 teve, num sonho ou numa visão, a revelação do “sinal” cristão que lhe facultaria a vitória. Sim, esta vitória foi miraculosa. Mas, nesta época, era normal, em toda a gente, nos cristãos e nos pagãos, receber a ordem de um deus num sonho, que era, portanto, uma verdadeira visão; era também frequente que uma vitória se devesse à intervenção de uma divindade. Reduzido ao seu conteúdo latente, o sonho de 312 não determinou a conversão de Constantino, antes prova que ele acabava de decidir por converter-se ou, se já se convertera há alguns meses, por desfraldar publicamente os sinais da sua conversão.¹⁹⁹

Outrossim, para o autor, Constantino creu em Deus, nas promessas do Senhor para os obedientes, em seu caráter salvífico, e no que poderia ser feito em todo um império através da sua atuação enquanto imperador. Para Veyne, o governante teve um relacionamento genuíno com Deus, tanto que afirma: “Confessionais ou descrentes, os historiadores estão hoje de acordo para ver em Constantino um crente sincero”.²⁰⁰

Na História Eclesiástica, não percebemos a existência de um momento específico da trajetória de Constantino em que houve uma experiência dele com o Deus judaico-cristão, a qual teria mudado sua visão a respeito do cristianismo. Na obra, as primeiras manifestações constantinianas relatadas aparecem já em consonância com a religião cristã. Mais do que isso, antes mesmo de o imperador agir de forma benéfica em relação a ela, promovendo leis favoráveis aos cristãos, ele é descrito como sendo o escolhido de Deus para governar: “[...] Constantino, imediatamente proclamado desde o início imperador absoluto e augusto pelas legiões, e muito antes destas, pelo próprio Deus, imperador universal, mostrou-se cópia de seu pai na piedade para com nossa doutrina”.²⁰¹

Para Eusébio, Constantino era legítimo, pois fora escolhido por Deus, a quem o bispo reverenciava e adorava. Necessário era demonstrar a legitimidade dele como imperador diante da comunidade cristã. Os argumentos que a História Eclesiástica utiliza para realizar essa tarefa são, além da escolha divina de Constantino enquanto condutor e líder do povo romano, o documento do Edito de Milão, que concedeu liberdade aos cristãos, e, principalmente, o destaque para as virtudes do governante e os vícios de seus oponentes. Ambos, virtudes e vícios, na História Eclesiástica, são constituídos com base na proximidade e atitudes boas ou não no que tange à religião cristã.

¹⁹⁹ VEYNE, Paul. op. cit., p.64.

²⁰⁰ Ibidem, p.56.

²⁰¹ H.E., VIII, XIII, XIV.

Legitimidade do poder imperial pautada nas virtudes

Obras de diferentes gêneros foram responsáveis por buscar a legitimação do poder político ao longo da Antiguidade: laudações ²⁰², panegíricos ²⁰³ e histórias ²⁰⁴ são alguns exemplos. Um caso específico é o do imperador Otávio Augusto, o qual elaborou a *Res Gestae* para fundamentar e aprofundar a legitimidade de seu governo, proclamando-se detentor não só da *potestas* como também da *auctoritas* ²⁰⁵. Maria Helena da Rocha Pereira sustenta que a *auctoritas* “não se trata de uma norma com efeito vinculativo, de uma prerrogativa bem definida”. Citando a descrição de Pöschl, prossegue: ‘É um valor intrínseco,

²⁰² Lat. *laudatio*: louvor; elogio. (Dicionário Latim-Português. Editora Porto). Sabine MacCormack, em “Art and Ceremony in Late Antiquity, p.6, e S.Calderone, em “Le culte des souverains dans l’Empire Romain”, p. 215, demonstram diferentes ocasiões em que a *laudatio* imperial era pronunciada. (Manuel J. Rodríguez Gervás. “Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio”. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991, nota 1.)

²⁰³ Em oratória, discurso ou sermão em louvor de algo ou alguém; Elogio enfático de algo ou alguém. (**Dicion. da Real Academia Española**). Lat. *panegyricus*, gr. πανηγυρικός; originalmente, na antiga Grécia, discurso de caráter laudatório ou persuasivo que era pronunciado nas reuniões festivas do povo; na antiga Roma, discurso celebrativo em honra de um personagem ilustre; ex. panegírico de Plínio a Trajano. (**Dicion. Treccani**). Manuel J. Rodríguez Gervás trabalha com panegíricos latinos tardo-imperiais em diversos artigos e no livro “Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio”. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

²⁰⁴ Na antiguidade clássica, fazia referência a personagens e eventos que, por sua importância, destinavam-se a ser recordados pela posteridade. (**Dicion. Treccani**). A tardo-antiguidade é herdeira desse pensamento e imprime tal concepção também nas obras historiográficas cristãs, as quais poderiam ter quatro finalidades, dentro da perspectiva de salvar os fatos do esquecimento: testemunhal, edificadora, terapêutica e apologética. (Salor, Eustaquio Sánchez. **Historiografia latino-cristiana: princípios, conteúdo, forma**. Roma: L’erma di Bretschneider, 2006, p. 55). Salor afirma ainda: “En principio, el ideal del historiador antiguo es la totalidad del relato; el relato debe ser completo o, al menos, lo más completo posible. Esta tendencia a la plenitud del relato tiene su reflejo en la frecuencia con que la historiografía antigua recurre a fórmulas de recopilación, que dan la impresión de que todo el relato anterior está ya acabado”. (p.51). A história, que engloba a memória, e possui caráter de veracidade (Aróstegui, Julio. Retos de la memoria e trabajos de la historia. **Pasado y Memoria**. Alicante: Espagrac, 2004, n.3) tem importante função ideológica ao poder político-institucional, tanto para o período clássico-helenístico, quanto para o tardo-antigo.

²⁰⁵ “in consulatu sexto et septimo, postquam bella ciuilia extinxeram, per consensum uniuersorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli. quo pro merito meo, senatus consulto, Augustus appellatus sum et laureis postes aedium mearum uestiti publice coronaque ciuica super ianuam meam fixa est et clupeus aureus in curia Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare uirtutis clementiaeque et iustitiae et pietatis caussa testatum est per eius clupe inscriptionem. post id tempus, auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt. tertium decimum consulatum cum gerebam, senatus et equester ordo populusque Romanus uniuersus appellauit me patrem patriae, idque in uestibulo aedium mearum inscribendum et in curia Iulia et in foro Aug. sub quadrigis quae mihi ex s.c. positae sunt censuit. cum scripsi haec, annum agebam septuagesimum sextum”. (*Res gestae* 34:5). “No consulado sexto e sétimo, depois que eu extingui as guerras civis, tendo obtido o controle de todas as coisas por consenso universal, transferei os assuntos públicos do meu poder ao arbítrio do Senado e do povo romano. De acordo com meu mérito, por decreto do Senado, fui nomeado Augusto, e vesti publicamente os umbrais da minha casa com louros, também foi fixada uma coroa cívica acima da minha porta. Foi colocado um escudo de ouro na cúria Júlia, que me foi dado pelo Senado e povo romano em honra da virtude, clemência, justiça e piedade, e por meio da inscrição foi por eles atestada. Depois desse tempo, superei todos em autoridade, porém o poder que tive não foi em nada maior do que o dos outros, que também foram meus colegas de magistratura. No 13º consulado enquanto eu governava, o Senado, a ordem eqüestre e todo o povo romano me intitularam pai da pátria, e decidiram que isso seria inscrito no vestibulo da minha casa, na cúria Júlia e no fórum Augusto, abaixo da carruagem que foi concedida a mim por um senado consulto. Quando terminei de escrever essas coisas, eu vivia meu 76º ano”. (tradução livre).

que “não se exerce pela função, pela persuasão e convicção, mas apenas e somente pelo peso da pessoa ou corporação que toma ou sanciona uma decisão”. É um conceito da esfera política e moral...”²⁰⁶

Durante a Antiguidade Tardia, a relevância da Escrita cresceu consideravelmente, e a própria escrita tornou-se cerne de legitimação. Isso é explícito na produção de histórias durante o período em questão, que serviam como veículo de afirmação da ordem social, segundo a perspectiva de ser a história a descrição dos acontecimentos passados, pelos quais podemos conhecer o que se passou. A história era considerada a memória escrita (e confirmada), a verdade e, portanto, rica ao poder político-institucional.

É em meio ao panorama acima mencionado que tanto autores cristãos quanto pagãos elaboram seus relatos. Os panegíricos, por exemplo, são documentos preciosos para auxiliar nossa percepção quanto à criação de diferentes representações dos governantes. Na conjuntura da atuação de Constantino, diversas virtudes são construídas pelos panegiristas, as quais amparavam seu poder e autoridade. Manuel Gervás afirma:

Empregamos o término “virtudes” para designar uma série de qualidades que são atribuídas a Constantino. Para uma melhor compreensão, dividimo-las em três grupos: qualidades de caráter sagrado, outras virtudes de caráter civil ou laico e, por fim, de caracteres morais. A divisão que realizamos é meramente operativa, pois estes três aspectos formam um todo ideológico que cumpre a função de justificar as realidades econômicas e políticas da etapa constantiniana.²⁰⁷

Ao longo de seu artigo, são elencadas as seguintes virtudes de Constantino, com base no exposto acima: 1.sagradas: *sacratissimus, numen, maiestas, aeternitas, pietas, virtus, felicitas, fortuna*; 2.civis: *prudentia, clementia, iustitia, libertas*; 3.morais: pureza de costumes, temperança. Thiago David Stadler²⁰⁸ discorre sobre algumas delas:

Virtus:[...] relação com a boa conduta, a constância, a adequação, nas quais se mesclam preceitos de coragem, tenacidade e alma. É esse o vocábulo que

²⁰⁶PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Ideias morais e políticas dos romanos, in: **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p.352.

²⁰⁷RODRÍGUEZ GERVÁS, M.J. Las virtudes del emperador Constantino...p.241. O autor utiliza-se dos panegíricos dirigidos a Constantino: E. Galletier, *Panégyriques Latins*, Paris 1959, Vol. II. “Empleamos el término «virtudes» para designar una serie de cualidades que le son atribuidas a Constantino. Para una mejor comprensión las hemos dividido en tres apartados: unas cualidades de carácter sagrado, otras virtudes de carácter civil o laico y, por último, unos caracteres morales. La división que realizamos es meramente operativa, puesto que estos tres aspectos forman un todo ideológico que cumple con la función de justificar las realidades económicas y políticas de la etapa constantiniana”.

²⁰⁸STADLER, Thiago David. **O Império Romano em cartas – Glórias romanas em papel e tinta, Plínio, o Jovem e Trajano 98/113 d.C.** Curitiba: Juruá, 2013.

constantemente se relaciona à palavra grega *Arete*, significando ‘o melhor dos homens’. Se esse homem, em tempos de guerra e expansão, ostentasse a *virtus*, teria como consequência a *victoria*, o que o caracterizaria como *invictus*. É importante salientar que essa virtude adornou os imperadores romanos, de Augusto a Teodósio, com uma particularidade que não dizia respeito apenas à sua conduta: a *virtus* deveria ser outorgada pelos deuses. Com isso, o imperador conquistava fama e honra.²⁰⁹

***Pietas*:** [...] ela não entra no rol das glórias pessoais, mas é ostentada por aqueles que cumprem deveres com os outros. Isso, nos meandros da vida pública, condiz com as noções de que: a) o governante com *pietas* tem um vínculo de dever e afeto com seus cidadãos; b) o governado que apresenta a *pietas* deve ser leal a seu líder. Dessa forma, se as pessoas que cercam o soberano possuem a *pietas*, as ações e os comportamentos do líder certamente condizem com o esperado pelos subordinados, fazendo assim com que ele mereça a lealdade de todos os seus súditos. Porém, assim como a *virtus*, a *pietas* também está relacionada ao divino. O soberano que ostenta essa virtude está dotado de um signo subjetivo da graça divina, sendo caracterizado como o ponto de partida de todos os acordos entre deuses e imperadores.²¹⁰

***Felicitas* e *fortuna*:** [...] essas virtudes possuem ligação com o aspecto militar, não no sentido da *victoria*, mas delineando as características da felicidade, da fortuna e dos bons espíritos com que as pessoas poderiam viver no momento da *Pax* [augusta]. Para além de querermos personificar essas virtudes, entendemos que a *felicitas* e a *fortuna* respondiam à segurança e à tranquilidade que o líder conseguia passar aos seus subordinados. De acordo com as crenças romanas, a *felicitas* era o signo objetivo da ajuda dos deuses ao imperador.²¹¹

Sobre a *Aeternitas*, Thiago Stadler afirma: “[...] Desde a personificação sagrada dos imperadores, a partir de Augusto, a *aeternitas* figurou dentre as virtudes imperiais, e seu significado é igual ao de *immortalitas*, ou seja, relaciona-se às noções de eterno, imortal e infinito [...]”.²¹² Em relação à *clementia*, Maria Helena da Rocha Pereira acentua: “Termo político especialmente adequado a finalidades de propaganda [...]”²¹³ E continua:

Dizem alguns, prossegue, que é seu contrário a *severitas*, mas, na verdade, é a *crudelitas* que se lhe opõe. Deve, não obstante, distinguir-se de *misericordia* que é uma doença da alma [...]. A *clementia* tem livre arbítrio, julga segundo a equidade e o bem; é mais completa do que o perdão, mais honesta, e nenhuma virtude é mais humana. Aliás, não convém perdoar indistintamente, mas àqueles que são susceptíveis de regressar ao bem. Está

²⁰⁹ Ibidem, p. 117.

²¹⁰ Ibidem, p. 120.

²¹¹ Ibidem, p. 130.

²¹² Ibidem, p. 122-123.

²¹³ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. op. cit., p.358.

em conformidade com a natureza do homem, mas sobretudo dos imperadores, que têm a melhor ocasião de a manifestar.²¹⁴

As virtudes, se elas definiam um bom governante anteriormente, fazem o mesmo agora; se antes eram vinculadas ao divino, o são também agora, porém de maneira diversa. O governante ideal ao tempo de Constantino precisava temer e obedecer ao Deus cristão, oferecendo devoção somente a ele, buscar a paz e levar às pessoas ao respeito e à adoração. Mais que isso, tinha o dever de servir como exemplo aos seus subordinados, constituindo-se em uma imagem do Senhor na Terra²¹⁵.

²¹⁴PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Ideias morais e políticas dos romanos, in: **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 362-363, Apud: Sêneca, Da Clemência II, 4; II, 5; I, 3.

²¹⁵GURRUCHAGA, Martín. Introducción, In: Eusebio de Cesarea. **Vida de Constantino**. Madrid: Editorial Gredos, 1994, p.87, diz o seguinte: “Detrás de los rasgos de Constantino, tras sus movimientos paradigmáticamente providenciales, victoriosos, piadosos y felices en el fondo del cuadro, en la selección de hechos y documentos, en todo lo que conforma la *Vita Const.*, hay un proyecto, una ideología: la idea del monarca, un arquetipo para los herederos, en el esforzarse por realizar una *mimesis* del Lógos-Rey, Cristo, para convertir el imperio en un *eikón* del reino celeste del Padre”.

Capítulo 3: As virtudes constantinianas no olhar de Eusébio

Uma maneira que tanto autores cristãos quanto pagãos possuíam na tardo-antiguidade para expressar as impressões e anseios em relação à atuação dos líderes imperiais era a construção ideológica destes através de virtudes ²¹⁶. Segundo Thiago David Stadler:

[...] tendemos a categorizar o conceito de *virtude* agregando a ele outras palavras que unam o abstrato – o conceito – ao concreto – o empírico –, na tentativa de formar um fluxo contínuo entre essas duas realidades. Assim, por exemplo, surgem as virtudes *morais*, *políticas*, *teológicas*, *cardeais* e *imperiais*, em que a complementaridade da palavra justaposta não retira o traço comum de todas elas: a formação de conjuntos nos quais as qualidades aliam-se à habitual prática do bem. Nota-se que a especificação político-ideológica de cada *categoria* da *virtude* recai, dessa forma, na maneira como o conceito aliar-se-á à “excelência humana”, ligada à noção do reconhecidamente *melhor*. ²¹⁷

Em contraposição à virtude e ao homem “reconhecidamente melhor”, está o vício, assim definido por Stadler:

A ligação direta entre o conceito [virtude] e seu antônimo aparece como uma possibilidade interessante nessa caracterização. Com isso, podemos dizer que se pensamos nas distinções propostas pelo pensador grego Sócrates, cada virtude e todas se reduzem essencialmente ao conhecimento e, por conseguinte, cada vício e todos se reduzem à ignorância, que é o contrário do conhecimento. ²¹⁸

Mais do que uma nomeação definida, as virtudes consistiam numa ideia ou conceito que almejava imprimir determinada visão e valores de um governante aos seus conterrâneos, para engrandecê-lo; o mesmo pode ser dito a respeito dos vícios, mas com a intenção de denegrir o líder/governante. Para além disso, Manuel Rodríguez Gervás alega que “O estudo das virtudes permite aproximarmo-nos não apenas da concepção do poder imperial, como também nos ajuda a compreender a conjuntura política em que estavam imersos [...] os imperadores [...]”. ²¹⁹ A respeito da finalidade e função das virtudes, assinala o autor:

²¹⁶ A palavra latina *uirtus* (virtude) deriva do vocábulo *uir* (varão, homem).

²¹⁷ STADLER, Thiago David. **O Império Romano em cartas – Glórias romanas em papel e tinta, Plínio, o Jovem e Trajano 98/113 d.C.** Curitiba: Juruá, 2013, p. 84-85.

²¹⁸ Ibidem, p. 85.

²¹⁹ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991, p.77: “El estudio de las ‘virtudes’ permite acercarnos no sólo a la concepción del poder imperial, sino también nos ayuda a comprender la coyuntura política en la que están inmersos [...] los emperadores [...]”.

Os suportes mais frequentemente empregados para difundir esta propaganda são os discursos de exaltação, pronunciados em ocasiões mencionadas, as inscrições em edifícios públicos, especialmente Arcos de Triunfo e as moedas, concretamente a lenda dos reversos. As “virtudes” teriam, pois, a função de elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo básico de criar uma estrutura política unitária.²²⁰

Eusébio de Cesareia, quando escreveu o final do livro oitavo, os livros nono e décimo da História Eclesiástica, vivia a instabilidade política do mundo romano, a existência do poder imperial descentralizado, as divisões territoriais do Império e as usurpações e tiranias. É natural que, como bispo de uma importante província romana e enquanto um homem erudito pensasse a respeito da “instituição política maior” que regia a ele e a seus pares, além das questões religiosas, que lhe eram essenciais.

Ora, Constantino fazia parte dessa “alta política” e estava envolvido com o cristianismo, criando leis e aplicando-as em favor dos cristãos. Contudo ele não era o único imperador, nem o maior deles, e enfrentava constantes oposições ao seu exercício do poder. Portanto, fazia-se necessário demonstrar a grandiosidade das suas ações e a necessidade de tornar seu governo mais forte e unificado. Pensamos que essas ideias nortearam Eusébio a integrar no seu relato as virtudes atribuídas a Constantino, com a finalidade de legitimá-lo em detrimento dos oponentes. Assim, o bispo empreende na História Eclesiástica a distribuição de virtudes ao imperador Constantino²²¹, em paralelo aos vícios que incumbiu aos seus adversários, Maxêncio²²² e Licínio²²³.

Constantino e Maxêncio

Constantino é apresentado pela primeira vez na História Eclesiástica no livro VIII, quando Eusébio discorre sobre os eventos referentes às perseguições contemporâneas aos cristãos. O livro VIII foi escrito por Eusébio possivelmente em uma segunda edição da

²²⁰Ibidem, loc. cit. “Los soportes más frecuentemente empleados para difundir esta propaganda son los discursos de alabanza, pronunciados en ocasiones señaladas, las inscripciones en edificios públicos, especialmente Arcos de Triunfo y las monedas, concretamente la leyenda de los reversos. Las “virtudes” tenían, pues, la función de elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial con el objetivo básico de crear una estructura política unitaria”.

²²¹ As virtudes constantinianas que aparecem nos livros VIII, IX e X constam no anexo IV.

²²² O anexo V apresenta os vícios de Maxêncio contidos nos livros VIII e IX da História Eclesiástica.

²²³ Os vícios de Licínio, referentes ao livro X, estão citados no anexo VI. Nem todas as virtudes e vícios mencionados nas tabelas dos anexos serão abordados.

obra,²²⁴ na conjuntura em que Licínio derrota Maximino; nele, o bispo trata com ênfase as “tirantias” de Maximino e Maxêncio. Na introdução desse livro, o autor preludia:

Depois de haver escrito em sete livros inteiros a sucessão dos apóstolos, cremos que é um de nossos mais necessários deveres transmitir, neste oitavo livro, para conhecimento também dos que virão depois de nós, os acontecimentos de nosso próprio tempo, pois merecem uma exposição escrita bem pensada. E nosso relato terá seu começo a partir deste ponto.²²⁵

Como está expresso, Eusébio fornece um cuidado diferenciado ao que então escreverá, demonstrando a relevância que concedia aos acontecimentos de seu momento presente, sem desvinculá-lo, claro, de todo um processo que se desenvolveu desde o início da Era Cristã. A partir desse trecho, podemos inferir que o bispo até mesmo conectou a atuação dos Apóstolos, os quais defenderam sempre o cristianismo diante de todas as dificuldades e oposições, ao governante Constantino, que é apresentado neste livro como guardião da verdade contida na religião cristã. Os Apóstolos eram os seguidores de Jesus Cristo e propagadores do Evangelho; os primeiros foram os doze contidos na descrição do Novo Testamento²²⁶, passando por outros homens de Deus ao longo dos séculos seguintes, entre os quais se encontravam evangelistas, líderes espirituais e bispos.

Eusébio fala sobre os antecedentes da perseguição contemporânea²²⁷, incluindo a destruição das igrejas²²⁸ e a postura dos cristãos ao enfrentarem as perseguições²²⁹. Em seguida, comenta sobre diversos casos, em diferentes localidades (Fenícia, Egito, Tebaida, Alexandria, Frígia) em que os mártires vivenciaram as impugnações, deixando para a História a memória de seu sofrimento²³⁰. Na continuidade, o erudito trata dos chefes da Igreja que deram a vida em prol da autenticidade do cristianismo, são eles: Antimos, bispo da cidade de Nicomédia, Luciano, presbítero antioquino, Tiranion, bispo da igreja de Tiro, Zenóbio,

²²⁴ Essa interpretação é a de Edward Schwartz. Existem outras, que propõem datações diferentes, como a de Lightfoot: “creia ya en 1880 que Eusebio debio de escribir los libros I- IX mucho despues de la publicacion del edicto de Milan (313), y que a ellos anadio el X entre 323 y 325”. (Eusebio de Cesarea. *Historia eclesiástica*. Trad. e Introd. de Argimiro Velasco-Delgado... p.41) Seguimos a visão de Schwartz por ele ser mais aceito entre os estudiosos.

²²⁵ H.E., introdução do livro VIII.

²²⁶ “[Jesus] Chamou os doze apóstolos e deu-lhes autoridade de expulsar os espíritos impuros e de curar toda sorte de males e enfermidades. Estes são os nomes dos doze apóstolos: primeiro, Simão, também chamado Pedro, e André, seu irmão; Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão; Filipe e Bartolomeu; Tomé e Mateus, o publicano; Tiago, o filho de Alfeu, e Tadeu; Simão, o Zelota, e Judas Iscariotes, aquele que o entregou”. (Mateus 10: 1-4, **Bíblia de Jerusalém**)

²²⁷ VIII, I.

²²⁸ VIII, II.

²²⁹ VIII, III.

²³⁰ VIII, IV-XI.

sacerdote da igreja de Sídon, Silvano, bispo das igrejas de Emesa, Silvano, bispo das igrejas de Gaza, Peleu e Nilo, bispos egípcios, Pânfilo, sacerdote de Cesareia, “o mais admirável de nossos coetâneos”, Pedro, bispo de Alexandria, Fausto, Dios, Amônio, “perfeitos mártires de Cristo”, Fíleas, Hesíquio, Paquímio, Teodoro, bispos das igrejas do Egito, “além de milhares de outros cristãos ilustres, comemorados nas comunidades, por região e localidade”.²³¹ Todos estes foram considerados mártires²³² por Eusébio.

Logo após esse arrolamento, aparecem Constâncio Cloro e o filho Constantino, não como mártires, porém como benfeitores para com o cristianismo, diante de um extenso quadro de perseguições, sendo a última a executada sob Diocleciano (303-311). Não obstante, frisamos a dimensão do aparecimento de Constantino nesse momento do relato: primeiramente porque Eusébio expõe a assunção do novo governante em detrimento do pai, algo notável para o autor por ser um evento político-institucional; segundo, e mais importante, por Constantino ser apresentado como um continuador do pai, Constâncio Cloro, no que se refere ao posicionamento propício frente à religião cristã.

As primeiras qualidades que Eusébio confere a Constantino são a prudência e a piedade: “prudéntíssimo e muito piedoso em tudo”²³³, e conecta a virtude da piedade à procedência do pai: “mostrou-se cópia de seu pai na piedade para com nossa doutrina”²³⁴. Para Manuel Rodríguez Gervás, a *prudencia* está associada à afirmação da *auctoritas* de Constantino, e corresponde à busca e manutenção da unidade do sistema político; além de ter como sua semelhante a *providentia*:

O objetivo político de Constantino, como o de qualquer outro imperador é, uma vez conseguido o poder, manter o sistema sócio-político herdado, e para isso tem que fazer frente aos perigos externos. Para poder cumprir tal missão são necessárias qualidades como a **providentia**, e um conceito afim em alguns casos como a **prudencia**, ambos têm em comum salvaguardar o Império contra a desagregação. Como que se intenta demonstrar que o poder de Constantino provém de seus antepassados [...], se lhe concedem qualidades detidas por seu pai, tais como a **prudencia** ou a **providentia**. Esta virtude permite a Constantino atuar com acerto diante dos inimigos, caso da

²³¹ VIII, XIII, I-VII.

²³² Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva discursa sobre as caracterizações dos mártires na *História Eclesiástica* de Eusébio: Reflexões Sobre os Martírios, a Obra História Eclesiástica de Eusébio de Cesaréia e a Hagiografia cristã, In: CICLO DE DEBATES EM HISTÓRIA ANTIGA. 18., Rio de Janeiro, 2008. Dialogando com Clío. *Anais Eletrônicos do XVIII Ciclo de Debates em História Antiga*. Rio de Janeiro: Lhia, 2008. p. 1-26.

²³³ VIII, XIII, XIII.

²³⁴ VIII, XIII, XIV.

batalha de Roma frente a Maxêncio, ou resolver os problemas dos cidadãos romanos sobrecarregados pelos impostos e as más colheitas.²³⁵

Falemos um pouco a respeito da virtude da piedade. Sem dúvida, de todas as caracterizações dadas a Constantino na História Eclesiástica, a piedade é a que mais aparece. Em quase todas as vezes que ela é mencionada, Eusébio faz referência ao procedimento do líder imperial com relação ao cristianismo ou à disposição e postura dele quanto à divindade cristã. A piedade constantiniana em Eusébio é, portanto, cristã:

Assim pois, Constantino, que, como já dissemos anteriormente, é imperador filho de imperador e varão piedoso, filho de um pai piedoso e prudentíssimo em tudo, foi levantado contra os ímpios tiranos [Maxêncio e Maximino] pelo Imperador supremo, o Deus do universo e Salvador. E quando determinou-se a lutar segundo a lei da guerra, combatendo como aliado dele, Deus da maneira mais extra-ordinária, Maxêncio caiu em Roma ao impacto de Constantino [...].²³⁶

Em outro momento, Constantino aparece como piedoso, junto a Licínio:

Esta foi a causa que o obrigou. Maximino era incapaz de levar o peso do governo supremo que lhe haviam confiado sem merecê-lo; devido a sua falta de reflexão sensata e própria de um imperador, manejava os assuntos públicos com total imperícia e, sobretudo, erguia-se irrefletidamente em sua alma com orgulhosa jactância inclusive contra seus próprios colegas imperiais [Constantino e Licínio], que em tudo o superavam, tanto em linhagem quanto em educação, instrução, dignidade, inteligência e - o que é mais importante - em sábia prudência e em piedade para com o verdadeiro Deus.²³⁷

Nas duas referências de piedade acima apontadas (“prudentíssimo e muito piedoso em tudo” e “mostrou-se cópia de seu pai na piedade para com nossa doutrina”), essa virtude é

²³⁵RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. La justificación del poder imperial: las “virtudes”. In: **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991, p.94. “El objetivo político de Constantino, como el de cualquier otro emperador es, una vez conseguido el poder, mantener el sistema socio-político heredado, y para ello tiene que hacer frente a los peligros externos. Para poder cumplir tal cometido son necesarias cualidades como la **providentia** y un concepto afín en algunos casos como la **prudencia**, ambos tienen en común salvaguardar el Imperio contra la disgregación. Al igual que se intenta demostrar que el poder de Constantino proviene de sus antepasados [...], se le conceden cualidades detentadas por su padre, tales como la **prudencia** o la **providentia**. Esta virtud permite a Constantino actuar con acierto ante los enemigos, caso de la batalla de Roma frente a Maxencio, o resolver los problemas de los ciudadanos romanos agobiados por los impuestos y las malas cosechas”.

²³⁶ IX, IX, I.

²³⁷ IX, X, I.

assinalada em consonância às ações de Constantino relativamente às pessoas cristãs; ele foi benigno, agiu de forma diferente aos seus antecessores, exceto o pai, não destruiu igrejas, não maltratou nenhum cristão, não proclamou nenhuma lei restritiva aos fiéis. Em outra passagem, agora no livro IX, no qual se destaca a morte dos “tiranos” Maximino e Maxêncio, a piedade do governante é associada à humildade. Falamos do contexto em que Constantino vence Maxêncio em 312 e entra triunfalmente em Roma, mas sem aceitar as honras, segundo Eusébio, transferindo-as para Deus, quem lhe proporcionara a vitória.

Mas ele, que possuía a piedade para com Deus como algo inato, sem perturbar-se o mínimo com as aclamações nem envaidecer-se com os louvores, muito consciente de que a ajuda provinha de Deus, ordena imediatamente que na mão de sua própria estátua se coloque o troféu da paixão salvadora, e ao ver que lha erigiam no lugar mais público de Roma sustentando em sua mão direita o signo salvador, ordena-lhes que gravem esta inscrição em língua latina com suas próprias palavras: "Com este símbolo salvador, que é a verdadeira prova do valor, salvei e liberei vossa cidade do jugo do tirano; mais ainda, librei-a e a restitui ao senado e ao povo romanos em seu antigo renome e esplendor." ²³⁸

No excerto a seguir, fim do livro IX, transparece que a piedade é coadunada à eliminação dos oponentes de Cristo por meio de lutas militares e à execução legal de benfeitorias acerca dos cristãos:

[...] Assim varridos os ímpios, Constantino e Licínio guardaram para si só a parte correspondente do Império, segura e indiscutível. Estes, depois de eliminar do mundo antes de mais nada a inimizade contra Deus, conscientes dos bens que Deus lhes havia outorgado, demonstraram seu amor à virtude, seu amor a Deus, sua piedade e gratidão para com a divindade por meio de sua legislação em favor dos cristãos. ²³⁹

Esse momento diz respeito ao “poslúdio” do episódio em que Constantino vence Maxêncio no ocidente, concomitante à vitória de Licínio sobre Maximino Daia, no oriente. Licínio primeiro foi considerado por Eusébio de maneira semelhante a Constantino, já que era bom para com os cristãos:

E depois disto, o próprio Constantino, e com ele Licínio - que então ainda não havia voltado seu pensamento para a loucura em que viria a dar mais

²³⁸ IX, IX, X-XI.

²³⁹ IX, XI, VIII.

tarde -, depois de aplacar a Deus, causa para eles de todos os bens, ambos juntos, por acordo e decisão comum, redigem uma lei perfeitíssima no mais pleno sentido em favor dos cristãos, e enviam uma relação dos portentos que Deus lhes havia feito - a vitória contra o tirano - e a própria lei a Maximino, que ainda imperava sobre os povos do Oriente e lhes fingia amizade.²⁴⁰

Para Maria Helena da Rocha Pereira, a *pietas* define-se como:

um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes). Quer dizer, por conseguinte, que liga entre si os membros da comunidade familiar, unidos sob a égide da *patria potestas*, e projectada no pretérito pelo culto dos antepassados. Está, pois, firmada nos sentimentos religiosos dos Romanos, que se sentiam protegidos pelos deuses Manes, Lares e Penates, e que pensavam que o dono da casa tinha o seu *genius* tutelar e a esposa era protegida por Juno. Estabelecendo assim um vínculo afectivo entre os membros de uma família, a *pietas* alargava-se à divindade, e acaba por compreender também as suas relações com o Estado.²⁴¹

Seguindo linha interpretativa semelhante, Manuel Rodríguez Gervás, ao abordar especificamente a *pietas* constantiniana, refere-se assim a ela:

Por sua vez Constantino está adornado de outras virtudes de tipo carismático como são a **pietas** e a **virtus**. A “piedade” permite a Constantino manter boas relações com seu breve aliado Maximiano, com seu pai, ou com a mesma cidade de Roma; concepção, esta última, que em nossa mentalidade não podemos deixar de ver como simplesmente metafórica, mas que serve para justificar a agressão de Constantino a Maxêncio. Recordemos que o discurso foi pronunciado em Roma e diante de um Senado que devia ter presente as atuações favoráveis de Maxêncio para com a cidade.²⁴²

Gervás menciona também:

Pietas é a, interna e espiritual, ligação do sistema imperial romano. No governante é um sentimento de dever e afeto para com os cidadãos romanos, enquanto que nestes é uma submissão leal do súdito a quem os governa. Tradicionalmente era um sentimento de afetos e obrigações no âmbito familiar, entre pais e filhos. É o sinal subjetivo da graça divina e é a origem

²⁴⁰ IX, IX, XII.

²⁴¹ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Ideias morais e políticas dos romanos, In: **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p.326-327.

²⁴² RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. op. cit., p.93. “A su vez Constantino está adornado de otras virtudes de tipo carismático como son la **pietas** y la **virtus**. La “piedad” permite a Constantino mantener buenas relaciones con su breve aliado Maximiano, con su padre, o con la misma ciudad de Roma; concepción, esta última, que en nuestra mentalidad no podemos dejar de ver como simplemente metafórica, pero que sirve para justificar la agresión de Constantino a Majencio. Recordemos que el discurso fue pronunciado en Roma y ante un Senado que debía tener presente las actuaciones favorables de Majencio para con la ciudad”.

do acordo entre os deuses e os imperadores; em última análise é o fundamento de todas as boas relações.²⁴³

De acordo com Thiago David Stadler, a *pietas* “não entra no rol das glórias pessoais, mas é ostentada por aqueles que cumprem deveres com os outros”²⁴⁴, ao que podemos condescender em relação a como Constantino age face às necessidades cristãs daquele contexto, quais eram, o reconhecimento e a liberdade.

Assim, entendemos que Eusébio se utiliza de uma terminação recorrente no mundo imperial romano, a *pietas*, ligada à devoção religiosa, para outorgar uma das definições mais importantes de Constantino em seu olhar: a adoração a Deus, que se expressava em atos benéficos para com Seus filhos. Em contrapartida, de acordo com a História Eclesiástica, Maxêncio agia de modo cruel e condenável, tanto com relação a Deus quanto aos moradores do Império, conforme os seguintes trechos ilustram:

Todos os que estavam a sua mercê, plebeus e magistrados, famosos e gente comum, todos estavam cansados de tão terrível tirania, e ainda que estivessem em calma e suportassem sua amarga escravidão, ainda assim, não mudava em nada a sanguinária crueldade do tirano. Efetivamente, às vezes com um pretexto fútil dava carta branca a seu corpo de guarda para executar uma matança contra o povo, e assim foram assassinadas multidões incontáveis do povo romano no meio da cidade, e não por obra das lanças e armas dos citas e bárbaros, mas dos próprios cidadãos.²⁴⁵

Mas o cúmulo dos males levou o tirano à magia. Com vistas à magia fazia abrir o ventre de mulheres grávidas, escrutinar as entranhas de crianças recém-nascidas ou degolar leões, e criava algumas abomináveis invocações sobre demônios e um sacrifício conjurador da guerra, pois ele tinha posto toda sua esperança nestes meios para chegar à vitória. Em consequência, enquanto ele esteve como tirano em Roma, é impossível dizer o que fez para escravizar seus súditos, tanto que os próprios víveres mais necessários chegaram a uma escassez e penúria tão extremas como nossos contemporâneos não lembram ter visto em Roma nem em nenhuma outra parte.²⁴⁶

²⁴³Ibidem, p.79. “**Pietas** es la, interna y espiritual, ligazón del sistema imperial romano. En el gobernante es un sentimiento de deber y afecto hacia los ciudadanos romanos, mientras que en éstos es un sometimiento leal del súbdito hacia quien los gobierna. Tradicionalmente era un sentimiento de afectos y obligaciones en el ambito familiar, entre padres e hijos. Es el signo subjetivo de la gracia divina y es el origen del acuerdo entre los dioses y los emperadores; en definitiva es el fundamento de todas las buenas relaciones”.

²⁴⁴ STADLER, Thiago David. op. cit., p.120.

²⁴⁵ VIII, XIV, III.

²⁴⁶ VIII, XIV, V-VI.

Ao mesmo tempo que Constantino é visto como piedoso, benevolente, sábio, digno, devoto e corajoso, Maxêncio é apresentado como um ímpio, tirano, maldoso e covarde. Eusébio opõe os dois governantes, e pela fidelidade e reverência atribuídas ao primeiro em relação a Deus e a falta destas qualidades ao segundo, quando incorre a batalha entre ambos, é Constantino quem recebe a vitória e conquista a cidade de Roma, até então dominada e oprimida por Maxêncio:

Constantino foi o primeiro dos dois [ele e Licínio] - primeiro também em honra e dignidade imperiais - que mostrou moderação com os oprimidos pelos tiranos em Roma. Depois de invocar como aliado em suas orações ao Deus do céu e a seu Verbo, e ainda ao próprio Salvador de todos, Jesus Cristo, avançou com todo seu exército, tentando alcançar para os romanos sua liberdade ancestral. Maxêncio, sabemos, confiava mais nos artifícios da magia do que na benevolência dos súditos, e na verdade não se atrevia a dar um passo fora das portas da cidade, apesar de que, com a multidão de hoplitas e com as inumeráveis companhias de legionários, cobria todo lugar, toda região e toda cidade, todas as que tinha escravizadas, em torno de Roma e em toda a Itália. O imperador, aferrado à aliança de Deus, ataca o primeiro, o segundo e o terceiro exército do tirano, e depois de vencê-los a todos com facilidade, avança o mais que pode pela Itália até muito perto de Roma.²⁴⁷

Neste trecho há três virtudes importantes que são conferidas a Constantino: *honor*, *dignitas* e *moderatio*. Conforme Maria Helena da Rocha Pereira, a *honor*: “[...] de etimologia desconhecida, tem uma ligação muito clara à vida política romana, que se traduz, quer nas formas de reconhecimento público [...], quer na própria expressão *cursus honorum*, que marcava a progressiva ascensão dos cidadãos aos cargos principais da Urbe”.²⁴⁸ Para Manuel Gervás, a *honos*²⁴⁹ “frequentemente se encontra associada a *virtus*, como um culto republicano”.²⁵⁰ A respeito da virtude da *virtus*, que tem relação com a *pietas*, o autor declara:

Entre as virtudes dos imperadores, duas delas tinham um caráter carismático, eram a *Pietas* e a *Virtus*. A *Pietas* era o sinal subjetivo da graça divina, Constantino mantém boas relações com Roma ou com Maximiano, breve aliado por certo, graças à *Pietas*, esta virtude tem a função de alcançar a harmonia dos governantes entre si e dos governados com o governante. A *Virtus*, por sua parte, é uma força divina que está acima de qualquer valor

²⁴⁷ IX, IX, II-III. Os hoplitas eram os soldados da infantaria.

²⁴⁸ PEREIRA, Maria Helena da Rocha, op. cit., p.336.

²⁴⁹ “As formas *honos* e *honor* são equivalentes. É mais antiga a primeira, que mantém o s originário do tema; a segunda é formada por analogia com os casos oblíquos, onde a sibilante, por estar em posição intervocálica, sofria o fenômeno do rotacismo (sonorização seguida de passagem a r)”. PEREIRA, Maria Helena. Ideias morais e políticas dos romanos. In: **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 336, nota 58.

²⁵⁰ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. op. cit., p. 80: “**Honos** frecuentemente se encuentra asociado a *virtus*, como un culto republicano”.

humano, esta qualidade tem que ser ganha por méritos e consentida pelos deuses, aparece com frequência nos panegíricos e serve como justificação à usurpação de Constantino. Frequentemente associadas à *Virtus*, aparecem *Felicitas* e *Fortuna*, ambas representam o sinal de assentimento da divindade e que se tem agido em concordância com os deuses.²⁵¹

A *diginitas* é bastante próxima da ideia de honra (*honor*) e encontra-se mais na esfera política do que na moral, de acordo com Maria Helena da Rocha Pereira.²⁵² Segundo Manuel Gervás, a *moderatio* é “similar à **clementia** e como ela define o exercício público do governante, está em relação, fundamentalmente, com a justiça”.²⁵³ Embora não nomeadas a clemência e a justiça, parece-nos que o relato eusebiano atribui também essas qualificações ao imperador Constantino, por ele, no olhar do bispo, lutar contra a opressão do tirano, compadecer-se e defender o povo romano até então sujeitado ao mal.

A vitória constantiniana sobre o “tirano” Maxêncio é associada na História Eclesiástica ao triunfo de Moisés, quando guiou o povo de Israel para fora das terras egípcias e para longe da opressão do faraó, conforme consta no Antigo Testamento.

Da mesma forma que, nos tempos de Moisés e da antiga piedosa nação dos hebreus, *precipitou no mar os carros do faraó e seu exército, a flor de seus cavaleiros e capitães; o mar Vermelho os tragou, o mar os cobriu*, assim também Maxêncio e os hoplitas e lanceiros de sua *escolta afundaram na profundidade como uma pedra* quando, dando as costas ao exército que vinha da parte de Deus com Constantino, atravessava o rio que lhe cortava o caminho e que ele mesmo havia unido e bem pontoneado com barcas, construindo assim uma máquina de destruição contra si mesmo. Dele se poderia dizer: *cavou um fosso e tirou-lhe a terra; e cairá na vala que fez. Seu trabalho se voltará contra sua cabeça, e sua injustiça recairá sobre sua moleira*. Assim pois, desfeita a ponte estendida sobre o rio, a passagem afunda e as barcas se precipitam de um golpe no abismo com todos seus homens; e ele mesmo em primeiro, o homem mais ímpio, e logo os

²⁵¹ Idem. Las virtudes del emperador Constantino. **Revista Gerión**. Madrid: n.2-3, 1984-85, p. 242. “Entre las virtudes de los emperadores dos de ellas tenían un carácter carismático, eran la *Pietas* y la *Virtus*. La *Pietas* era el signo subjetivo de la gracia divina, Constantino mantiene buenas relaciones con Roma o con Maximiano, breve aliado por cierto, gracias a la *Pietas*, esta virtud tiene la función de lograr la armonía de los gobernantes entre sí y de los gobernados con el gobernante. La *Virtus*, por su parte, es una fuerza divina que está por encima de cualquier valor humano, dicha cualidad tiene que ser ganada por méritos y consentida por los dioses, aparece con frecuencia en los panegíricos y sirve como justificación a la usurpación de Constantino. Frecuentemente asociadas a *Virtus* aparecen *Felicitas* y *Fortuna*, ambas representan la señal de asentimiento de la divinidad y que se ha actuado en aquiescencia con los dioses”.

²⁵² PEREIRA, Maria Helena da Rocha. op. cit., p.339.

²⁵³ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. justificación del poder imperial: las “virtudes”. In: **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991, p.80. “similar a **clementia** y como ella define el ejercicio público del gobernante, está en relación, fundamentalmente, con la justitia”.

escudeiros que o rodeavam *afundaram como chumbo nas águas impetuosas*, como já predisse o oráculo divino.²⁵⁴

Constantino aparece como salvador e libertador do *populus* romano, sendo associado ao profeta e líder do povo hebreu, Moisés. Vemos no excerto eusebiano um motivo pelo qual Constantino combatera Maxêncio e seu exército: a tirania, injustiça e opressão deste sobre Roma. O “imperador cristão” tivera compaixão da cidade e de seus moradores, o que o levou a salvá-los, tendo como aliado o próprio Deus e Jesus Cristo. Vislumbra-se a razão preponderante para esta “vitória santa” no olhar do bispo: as qualidades piedosas e misericordiosas de Constantino. Não nos parece que Eusébio faça qualquer referência à vontade de Constantino em deter a autoridade como *imperator* único, para o que seria necessário afastar e/ou eliminar seus oponentes.

A elaboração teórica que Eusébio faz quando compara Constantino a Moisés, em meio à vitória do imperador sobre o rival Maxêncio, está presente também em outra obra eusebiana, a Vida de Constantino:

Como nos tempos de Moisés e do piedoso povo dos hebreus “[o Senhor] lançou no mar os carros de Faraó e o seu exército, e os seus capitães afogaram-se no mar Vermelho”, não de outra forma Maxêncio e a corte de hoplitas e doríforos “se afundaram no mar como se fossem pedras”, quando, de costas para o poder divino que sustentava Constantino, atravessava o rio que estava em frente à direção da marcha. O mesmo havia unido as margens do rio através de barcos, e construindo uma ponte infalível, terminou por unir um artefato catastrófico para si, sendo assim que acreditava capturar com ele o amigo de Deus.²⁵⁵

Ora, Moisés é descrito como o redentor e guiador do povo, que se levantou como um líder ordenador e obedeceu às leis a mando do próprio Deus; aquele que conheceu a vontade de Deus e levou os homens a cumpri-la. “Para Eusébio, o reino terreno único e o Deus cristão

²⁵⁴ IX, IX, V-VII.

²⁵⁵ Vida de Constantino, I, XXXVIII, II. “Como en los tiempos de Moisés y del piadoso pueblo de los hebreos “arrojó al mar los carros del Faraón juntamente con su ejército y anegó en el mar Rojo a la flor y nata de su escolta de encopetados caballeros”, no de otra manera Majencio y el cortejo de hoplitas y doríforos “se hundieron en el mar como si fuesen pedras”, cuando, dando la espalda a la potencia divina que asistía a Constantino, atravesaba el río que está de cara a la dirección de la marcha. Él mismo había unido las riberas del río mediante barcas, y construyendo un puente a toda prueba, terminó por ensamblar un artificio catastrófico para sí mismo, siendo así que confiaba atrapar con él al amigo de Dios”.

único encontravam com Constantino a unidade a que estavam predestinados: um império, um imperador, um Deus.”²⁵⁶

Um recurso para esta relação é a comparação dos atos de Constantino, junto a Deus, com as ações de Moisés, narradas no livro de Êxodo. Moisés pode ser compreendido com um líder e profeta, ou seja, com a assunção do encargo recebido diretamente de Deus para a salvação do povo hebreu ²⁵⁷ e sua retirada de terras ímpias e opressoras (Egito) segundo o relato bíblico ²⁵⁸, Moisés proporcionou a restauração da liberdade e dignidade do povo de Israel, da mesma forma com que aconteceria aproximadamente 1500 anos à frente, quando Jesus Cristo, o Enviado do Pai, concederia a salvação e libertação para as pessoas que se arrependessem de seus pecados, abandonando a antiga vida de escravidão de transgressões e delitos.

Claudia Rapp defende que Eusébio faz comparações diretas entre Constantino e Moisés. Uma delas, particularmente interessante aqui, é a seguinte:

Constantino é para seus inimigos o que Moisés era para o Faraó. A sua vitória sobre Maxêncio na Ponte Milvio, que estabeleceu ele como o governante incontestável sobre o império ocidental, assemelha-se a Moisés cruzando o Mar Vermelho. Essa comparação é desenvolvida em grandes detalhes, até a entrada triunfante de Constantino na cidade de Roma, em que foi acompanhado pela salmodia espontânea de suas tropas. Eusébio repete aqui sua afirmação precedente de que a história de Moisés pode ser entendida como um mito para os descrentes, mas que foi trazido à vida novamente nos dias presentes através de Constantino. Ele destaca esse ponto tecendo citações do livro de Êxodo nas suas frases. Na verdade, esta é a primeira vez que ele utiliza citações bíblicas em sua obra. A própria narrativa de Eusébio, portanto, transforma-se em uma reconstituição do Antigo Testamento da mesma forma que Constantino é uma versão de Moisés nos dias atuais.²⁵⁹

²⁵⁶MAIER, Georg Maier. **Las transformaciones del mundo mediterraneo, séculos III/VIII**. Madrid: Siglo XXI, 1994, p.42. “Para Eusebio, el reino terrenal único y el Dios cristiano único encontraban con Constantino la unidad a que estaban predestinados: un imperio, un emperador, un Dios.”

²⁵⁷ Êxodo 3 e Êxodo 4: 1-20.

²⁵⁸ Êxodo 12:51; 13; 14.

²⁵⁹RAPP, Claudia. Imperial ideology in the making: Eusebius of Caesarea on Constantine as ‘bishop’. In: **Journal of Theological Studies**. Oxford: Oxfors University Press, v. 49, 1998, p.687-688. “Constantine is to his enemies what Moses was to Pharaoh. His victory over Maxentius at the Milvian Bridge, which established him as the uncontested ruler over the western empire, resembles Moses' crossing of the Red Sea. This comparison is played out in great detail, down to Constantine's triumphant entry into the city of Rome which was accompanied by the spontaneous psalmody of his troops. Eusebius here repeats his earlier assertion that the story of Moses may have seemed a myth to the unbelievers, but that it is brought to life again in the present day through Constantine. He underscores this point by weaving quotations from the Book of Exodus into his sentences. In fact, this is the first time he uses biblical quotations in this work. Eusebius' own narrative thus becomes a re-enactment of the Old Testament in the same way as Constantine is a present-day version of Moses”.

Na sequência, a autora sustenta a recorrência à figura de Moisés por parte do bispo nos momentos cruciais da trajetória política de Constantino:

Eusébio claramente perseguiu uma estratégia literária deliberada de evocar Moisés como o exemplo do Antigo Testamento, que Constantino imitou em todos os pontos de mudança da sua carreira imperial: sua ida à Britania, onde ele foi proclamado imperador, sua vitória sobre Maxêncio, a derrota de Licínio, e a última campanha da sua vida, contra a Pérsia. Na verdade, o retrato geral de Eusébio sobre Constantino remete fortemente a Moisés, mesmo quando faltam alusões concretas. Constantino é rei e legislador, um sumo sacerdote na medida em que está em comunicação direta com a deidade e um profeta, visto que ele tem presciência e intercede a Deus em nome de seu povo.²⁶⁰

Após vencer Maxêncio e adentrar triunfalmente em Roma, Constantino aparece como o libertador, salvador e benfeitor da cidade:

[...] de forma que, se não com palavras, como é natural, mas pelo menos com as obras, os que com a graça de Deus haviam se alçado à vitória, poderiam junto com os seguidores do grande servo Moisés entoar o mesmo hino que contra o ímpio tirano de então e dizer: *Cantemos ao Senhor, porque gloriosamente cobriu-se de glória. Cavalo e cavaleiro lançou ao mar. Minha ajuda e minha proteção, o Senhor; se fez meu salvador; e Quem como tu entre os deuses, Senhor? Quem como tu, glorificado nos santos, admirável na glória, operador de maravilhas!* Estas e muitas outras coisas parecidas com estas cantou Constantino com suas obras ao Deus supremo, causa de sua vitória, e entrou em triunfo em Roma, enquanto todos em massa, com suas crianças e suas mulheres, os senadores e altos dignitários, e todo o povo romano, recebiam-no com os olhos brilhantes, de todo coração, como a um libertador, salvador e benfeitor, em meio a vivas e a uma alegria insaciável.²⁶¹

Manuel Gervás explana acerca da origem da *libertas* em Roma, sentido este que pode ser estendido ao contexto da obra eusebiana, já que se tratava da libertação diante da tirania e associava-se à salvação, virtude que também é concedida a Constantino quando conquista Roma (conforme apontado no excerto acima):

Ao final da primeira guerra púnica aparece no culto romano uma nova virtude: *Libertas*, significando liberação bem forte à tirania ou frente aos

²⁶⁰ Ibidem, p.689. “Eusebius clearly pursued a deliberate literary strategy of evoking Moses as the Old Testament exemplum which Constantine imitates at every turning-point of his imperial career: his flight to Britain where he was proclaimed emperor, his victory over Maxentius, his defeat of Licinius, and the last campaign of his life, against Persia. In fact, Eusebius' overall portrayal of Constantine is strongly reminiscent of Moses even when concrete allusions are lacking. Constantine is king and legislator, a high priest inasmuch as he stands in direct communication with the deity and a prophet insofar as he has foreknowledge and intercedes with God on behalf of his people”.

²⁶¹ IX, IX, VIII-IX. Em itálico, referência ao livro de Êxodo: 15:1-2 e 15:11.

povos estrangeiros e bárbaros, sendo considerada esta liberação como um ato de salvação.²⁶²

Em outro trabalho de Gervás, quando o autor descreve virtudes imperiais como a *aeternitas/immortalitas*, *aequitas/iustitia*, *concordia*, *disciplina*, *felicitas/fortuna*, *fides*, *honos/virtus*, *salus* e *victoria*, há a explicação do que representava a *libertas* no final do período republicano e no Império: “A **Libertas** desempenhou um papel fundamental na propaganda política na época final da república, no Império representa a ‘virtude’ do augusto frente ao usurpador a que se lhe designa, frequentemente, com o término de tirano.”²⁶³

Dessa maneira, notamos a construção de Eusébio na sua História de maneira conveniente a Constantino, fornecendo-lhe virtudes e caráter cristão, com a finalidade de legitimar o seu governo.

Constantino e Licínio

Da mesma maneira que Constantino lutou contra a “tirania” de Maxêncio em terras ocidentais, Licínio enfrentou e venceu a “tirania” de Maximino no oriente, perseguidor dos cristãos. A rebelião de Maximino é retratada por Eusébio de Cesareia, no final do livro IX da História Eclesiástica:

[...] Maximino era incapaz de levar o peso do governo supremo que lhe haviam confiado sem merecê-lo; devido a sua falta de reflexão sensata e própria de um imperador, manejava os assuntos públicos com total imperícia e, sobretudo, erguia-se irrefletidamente em sua alma com orgulhosa jactância inclusive contra seus próprios colegas imperiais, que em tudo o superavam, tanto em linhagem quanto em educação, instrução, dignidade, inteligência e - o que é mais importante - em sábia prudência e em piedade para com o verdadeiro Deus. Começou com a ousadia de atrever-se e de proclamar-se a si mesmo publicamente o primeiro nas honras. Levando à loucura seu insano orgulho, quebrou todos os pactos que havia feito com Licínio e empreendeu uma guerra sem quartel. Logo, em pouco tempo, alvoroçando tudo e perturbando profundamente cada cidade, reuniu toda a força armada, uma

²⁶² RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel Rodríguez. Las virtudes del emperador Constantino. **Revista Gerión**. Madrid: n.2-3, 1984-85, p.240. “Al final de la primera guerra púnica aparece en el culto romano una nueva virtud: Libertas, significando liberación bien frente a la tiranía o frente a los pueblos extranjeros y bárbaros, siendo considerada esta liberación como un acto de salvación”.

²⁶³ Idem. La justificación del poder imperial: las “virtudes”. In: **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991, p.80. “**Libertas** jugó un papel fundamental en la propaganda política en la época final de la república, en el Imperio representa la “virtud” del augusto frente al usurpador al que se le designa, frecuentemente, con el término de tirano”.

multidão de incontáveis miríades, e partiu para a luta em ordem de batalha contra ele e com a alma exaltada pelas esperanças postas nos demônios, que ele acreditava serem deuses, e nas miríades de soldados armados.²⁶⁴

Conforme o fragmento da fonte, aos olhos de Eusébio, esse imperador não tinha o caráter honroso e digno para governar parte do mundo romano, não era sensato, não tinha habilidades próprias de um líder imperial e sua alma era orgulhosa. Ao contrário, seus colegas imperiais [Constantino e Licínio] possuíam ótima educação, instrução, inteligência e dignidade, além do principal, que era a prudência e piedade para com Deus. Maximino buscou enfrentar Licínio, contudo a tarefa foi fracassada, justamente por ser destituído da reverência a Deus pertencente ao seu adversário:

Mas, ao chegar às mãos, encontrou-se desprovido da proteção de Deus, por outorgar-se ao que então mandava a vitória que procede do mesmo e único Deus de todas as coisas. Em primeiro lugar perde o corpo de hoplitas em que depositava sua confiança, enquanto os lanceiros de sua escolta pessoal o abandonam indefeso e privado de tudo, e passam para o vencedor. O desgraçado, despindo-se a toda pressa do ornato imperial, que de modo algum lhe cabia, desliza entre a multidão covardemente, como um canalha e sem ânimo viril. Depois foge, e escondendo-se com dificuldade das mãos de seus inimigos pelos campos e aldeias, vai vagando de uma parte a outra buscando sua salvação e mostrando bem às claras, com os próprios fatos, a fidelidade e verdade dos divinos oráculos [...]. Foi assim que o tirano chegou coberto de vergonha a seu próprio território, e ali, enfurecido, começou por fazer executar muitos sacerdotes e profetas dos deuses que ele antes admirava e cujos oráculos o haviam incitado a empreender a guerra, acusando-os de impostores, de charlatães, e sobretudo de haverem-se convertido em traidores de sua salvação.²⁶⁵

Posteriormente, Maximino faleceu “ferido repentinamente pelo flagelo de Deus”²⁶⁶ e foi declarado inimigo comum a todos, enquanto o cristianismo se expandia livremente:

Morto desta maneira Maximino, único sobrevivente dos inimigos da religião e que manifestou ser o pior de todos, as igrejas surgiam, pela graça de Deus Todo-poderoso, reconstruídas desde os fundamentos, e a doutrina de Cristo, rutilante para a glória do Deus do universo, alcançava uma liberdade confiante, maior do que a de antes, enquanto os ímpios inimigos da religião se cumulavam de vergonha e desonra extremas. Efetivamente, o próprio Maximino foi o primeiro a quem os imperadores proclamaram inimigo comum de todos, e por meio de editos públicos, para conhecimento geral, foi denunciado como tirano ímpio, abominável e inimigo de Deus.²⁶⁷

²⁶⁴ IX, X, I-II.

²⁶⁵ IX, X, III-IV, VI.

²⁶⁶ IX, X, XIII.

²⁶⁷ IX, XI, I-II.

Além de Maximino, outros “inimigos da religião” foram mortos e desprovidos de honra, sendo Licínio o responsável pelo castigo e entrega à morte de alguns deles:

E logo também os restantes inimigos da religião foram sendo despojados de todas as honras, e inclusive matavam-se todos os partidários de Maximino, especialmente os que, tendo sido honrados por ele com as honras do governo, para adulá-lo haviam-se atirado com violência contra nossa doutrina. [...] Mas quando Licínio entrou na cidade de Antioquia e empreendeu a busca dos charlatães, fez atormentar profetas e sacerdotes do recém-erigido ídolo, tratando de averiguar por que razão haviam fingido a fraude. Como apertados pelos tormentos não lhes era possível seguir ocultando-o, declararam que todo o mistério era uma fraude urdida pelo engenho de Teotecno. Então impôs a todos o castigo que haviam merecido e entregou à morte primeiro o próprio Teotecno, e logo também seus cúmplices no engodo, depois de numerosos suplícios.²⁶⁸

O bispo Eusébio finaliza o livro IX apontando para a vitória de Licínio, e também de Constantino, sobre os rivais ímpios:

Assim varridos os ímpios, Constantino e Licínio guardaram para si sós a parte correspondente do Império, segura e indiscutível. Estes, depois de eliminar do mundo antes de mais nada a inimizade contra Deus, conscientes dos bens que Deus lhes havia outorgado, demonstraram seu amor à virtude, seu amor a Deus, sua piedade e gratidão para com a divindade por meio de sua legislação em favor dos cristãos.²⁶⁹

Ao adentrarmos o livro X da História eusebiana, vemos a referência às declarações sobre a paz delegada por Deus aos homens após a derrota de imperadores inimigos do cristianismo, a restauração de igrejas, as dedicações e consagrações de igrejas recém-construídas²⁷⁰, e ações de liberdade e favorecimento à religião cristã por parte dos imperadores em regime de Diarquia, Constantino e Licínio, expressos pelo Edito de Milão de 313²⁷¹. Além disso, são citados e copiados outros mandamentos e decisões imperiais de Constantino em favor da igreja e dos bispos, como benefícios e concessões para a igreja e a convocação de sínodos com o objetivo de dissipar divisões entre os bispos.²⁷²

²⁶⁸ IX, XI, III, VI.

²⁶⁹ IX, XI, VII.

²⁷⁰ X, I-IV.

²⁷¹ X, V, I-XIV.

²⁷² X, V, XV-XIV; VI, VII.

Entretanto, neste ínterim, na reta final do livro décimo, Eusébio relata uma mudança no rumo político do Império. Licínio “perverteu-se” pela inveja que sentia do companheiro Constantino e passou a persegui-lo:

Mas nem a inveja inimiga do bem, nem o demônio, amante do mal, podiam suportar a contemplação do que viam; como tampouco para Licínio o sucedido aos tiranos anteriormente mencionados foi suficiente para uma atitude prudente. Ele que havia sido considerado digno de um governo bem próspero, digno da honra do segundo posto depois do grande imperador Constantino e digno de afinidade e parentesco do mais alto grau, ia se afastando da imitação dos bons e, em troca, copiava a perversidade e malícia dos ímpios tiranos. E ainda que tivesse visto com seus próprios olhos o final catastrófico destes, preferiu segui-los em seu sentimento a permanecer na amizade e boa disposição de seu superior. Presa da inveja para com o benfeitor universal, provoca contra ele uma guerra execrável e terrível, sem respeito pelas leis da natureza e sem trazer à mente a memória dos juramentos, do sangue e dos pactos.²⁷³

Licínio é descrito como um traidor à ótima condição que lhe propiciou o benevolente Constantino, como o “segundo após o imperador” e pertencente à família. O fim catastrófico dos antigos “inimigos do cristianismo” também não lhe serviu de lição, sendo que Licínio tornava-se um deles. No trecho abaixo, Eusébio opõe a postura benevolente de Constantino à maldade e traição de Licínio; este, por meio de conspiração, fingimento e astúcia, planejava destruir Constantino:

De fato, que sinais de verdadeira benevolência não lhe havia outorgado o boníssimo imperador! Não lhe regateou seu parentesco nem lhe negou esplêndidas núpcias com sua irmã, antes até, considerou-o digno de compartilhar sua nobreza, que vinha de seus pais, e seu sangue imperial ancestral, e também havia-lhe proporcionado poder desfrutar do governo supremo como cunhado e co-imperador, posto que havia-lhe dado a graça de uma parte não menor de povos sujeitos a Roma, para que os governasse e administrasse. Mas ele, por sua vez, agia contrariamente a isto e cada dia imaginava intrigas contra seu superior e imaginava todo gênero de conspirações, como se respondesse com males a seu benfeitor. Assim é que, em primeiro lugar, tratava de ocultar seus preparativos fingindo ser amigo, e aplicando-se à astúcia e ao engano, esperava alcançar com toda facilidade o resultado apeteído.²⁷⁴

²⁷³ X, VIII, II-III.

²⁷⁴ X, VIII, IV-V.

No entanto, de maneira radicalmente oposta ao “perverso” Licínio, Constantino possuía a benção de Deus para “guiá-lo na jornada contra o mal”:

Mas deve-se saber que aquele tinha Deus como amigo, protetor e guardião, que, trazendo à luz as conspirações urdidas contra ele secretamente e nas sombras, ia desbaratando-as. Tão grande força e virtude tem a arma da piedade para rechaçar os inimigos e preservar a própria salvação! Guarnecido com ela, nosso imperador, amado de Deus, ia esquivando as conspirações do infame astuto.²⁷⁵

Licínio, percebendo que seus planos malignos não vingavam, segundo Eusébio, decidiu manifestar claramente suas intenções de guerra contra o “amado de Deus” e, para além disso, contra o próprio Deus:

Este, por sua parte, quando viu que seus preparativos ocultos de modo algum andavam conforme seus desígnios, já que Deus ia manifestando a seu amado imperador todo engano e toda maldade, e não podendo já dissimular por mais tempo, declarou abertamente a guerra. Decidido, efetivamente, a fazer a guerra contra Constantino, apressava-se já a formar suas tropas também contra o Deus do universo, a quem sabia que aquele honrava, e logo pôs-se a atacar - moderada e silenciosamente a princípio - seus próprios súditos adoradores de Deus, que jamais haviam causado o mínimo incômodo a seu governo. E agia assim porque sua maldade inata o forçava a uma terrível cegueira. Ocorre que ele não tinha ante os olhos a memória dos que haviam perseguido os cristãos antes dele, nem sequer a daqueles de quem ele mesmo havia sido instrumento de ruína e de castigo pelas impiedades em que haviam tomado parte. Pelo contrário, voltando as costas a um pensamento prudente, e mais, em termos exatos, transtornado pela loucura, tinha decidido fazer a guerra ao próprio Deus, como protetor de Constantino, em vez de ao protegido.²⁷⁶

A História Eclesiástica retrata que o “tirano” e “ímpio” Licínio empreendeu atitudes maldosas contra pessoas inocentes, violou a tradição e leis romanas, inventou mentiras, extorquiu outros povos, abusou sexualmente de mulheres e levou outros homens a fazerem o mesmo, destruiu e fechou igrejas, entre tantas outras iniquidades, de acordo com o autor:

Em primeiro lugar expulsou de sua própria casa todos os que eram cristãos, com o que o desgraçado privou a si mesmo da oração destes por ele, oração que costumavam fazer por todos, segundo ensinamento ancestral; mas logo foi dando ordens para que em cada cidade se separasse e degradasse os soldados que não escolhessem sacrificar aos demônios. [...] Que necessidade

²⁷⁵ X, VIII, VI.

²⁷⁶ X, VIII, VII-IX.

há de recordar uma por uma e sucessivamente as coisas que este inimigo de Deus perpetrou e como sendo o maior violador das leis inventou leis ilegais? [...] Que necessidade temos de enumerar detalhadamente suas inovações acerca das núpcias ou suas disposições revolucionárias a respeito dos que deixam esta vida? Atreveu-se a abolir as antigas leis romanas, reta e sabiamente estabelecidas, e introduziu no lugar delas algumas leis bárbaras e incivilizadas, verdadeiramente ilegais e contra as leis. Inventava também inumeráveis acusações contra as nações submetidas, toda classe de extorsões de ouro e prata, novos cadastros e lucrativas multas a homens que já não estavam nos campos, mas que tinham morrido há tempo. E que classe de desterros inventou ainda o inimigo dos homens contra pessoas que nenhum dano tinham lhe causado? E as detenções de homens nobres e notáveis dos quais separava suas legítimas esposas e as entregava a alguns criados lascivos para que as ultrajassem com suas torpezas? E ele mesmo, um velhote, quantas mulheres casadas e quantas donzelas não vexou para satisfazer a paixão desenfreada de sua alma? Que necessidade temos de alongar a conta, se o excesso de suas últimas maldades deixou as primeiras pequenas e reduzidas a quase nada? Certo é que, no cúmulo de sua loucura, procedeu contra os bispos. [...] O certo é que o que foi realizado em torno de Amasia e as demais cidades do Ponto superou a todo excesso de crueldade. Ali, das igrejas de Deus, algumas foram novamente arrasadas por completo, e outras foram fechadas para que ninguém fosse a elas segundo o costume nem oferecessem a Deus os cultos devidos.²⁷⁷

O “malfeitor” é descrito como aquele que pretendia agravar a situação dos cristãos ainda mais, planejando implantar novamente a perseguição, não fosse a presciência de Deus e sua intervenção no caminho trilhado por aquele governante. Para impedir o cumprimento das “maquinações” de Licínio contra o povo, Deus teria orientado o servo Constantino, o “salvador”, a enfrentar o adversário dos homens:

Ante estes fatos reiniciaram-se as fugas dos homens piedosos, e novamente os campos, os vales solitários e os montes começaram a acolher os servos de Cristo. E como desta maneira o ímpio tinha êxito nestas medidas, chegou mesmo a conceber a idéia de ressuscitar a perseguição contra todos. Seu pensamento se reafirmava e nada o impedia de pô-lo em ação, se o Deus que luta em favor das almas que lhe pertencem, prevendo o que sucederia, não tivesse rapidamente feito brilhar, como em trevas profundas e noite escuríssima, uma grande luminária e ao mesmo tempo um salvador para todos: seu servo Constantino, a quem levou pela mão para esta obra com braço poderoso.²⁷⁸

Foi então que Constantino obteve a vitória:

A este, por conseguinte, foi que Deus outorgou desde cima, como fruto digno de sua piedade, o troféu da vitória contra os ímpios. Em troca, precipitou o criminoso com todos seus conselheiros e amigos aos pés de

²⁷⁷ X, VIII, X-XV.

²⁷⁸ X, VIII, XVIII-XIX.

Constantino. Efetivamente, tendo aquele feito avançar seus atos até extremos de loucura, o imperador amigo de Deus concluiu que já era insuportável. Fazendo seu cálculo prudente e somando a sua humanidade a firmeza do juiz, decide acudir em socorro dos que sofriam sob o tirano. Desembaraçou-se de alguns breves contratempos e pôs-se em movimento para recobrar a maior parte do gênero humano. Até então, efetivamente, havia utilizado com ele somente a humanidade, e havia-se compadecido de quem não era digno de compaixão, sem proveito nenhum, já que o outro não se afastava de sua maldade, antes até, aumentava ainda mais sua raiva contra as nações submetidas e já não deixava nenhuma esperança de salvação para os maltratados, tiranizados como estavam por uma fera espantosa.²⁷⁹

O excerto demonstra que Constantino não teria lutado Licínio simplesmente por vontade de fazê-lo, já que era provido de humanidade e até então agira com compaixão para com o “malfeitor”. Percebendo ser a situação insuportável, decidiu operar em defesa dos oprimidos. Aqui, Eusébio enfatiza a virtude da *humanitas* no caráter e formação de Constantino. Como as demais virtudes, essa era já presente no mundo romano e continuava existindo para definir um bom governante. Sobre ela, expõe Maria Helena da Rocha Pereira:

A palavra donde deriva ‘humanidade’ tem uma história mais que todas atraente e rica de significado. Efectivamente, *humanitas* deriva de *humanus*, que por sua vez está relacionado com *homo* (‘o homem’) e *humus* (‘a terra’). [...] Temos, portanto, com muita probabilidade, a noção de ‘ser terreno’ ligado à de modos de comportamento que lhe são próprios, e esta à de um conjunto mais vasto que se transforma num conceito englobante – o de *humanitas*. Mas *humanitas* não é para os antigos, senão tardiamente, o conjunto de seres humanos. É também a natureza e sentimento dos homens [...] *humanitas* é já civilidade, que se opõe à crueldade primitiva, desconhecadora do direito. Tal oposição repete-se com frequência, em contextos em que a *humanitas* se associa intimamente a *comitas* (‘cordialidade’), *mansuetudo* (‘doçura’) e [...] *clementia* [...] Cícero emprega frequentemente *humanitas* em acumulação, por vezes tautológica, com *doctrina*, *litterae* e *studia*. [...] Em autores posteriores, a *humanitas* será sobretudo a qualidade mista de saber, polimento, receptividade, simpatia, que aproxima os homens [...] ²⁸⁰

O sentido de *humanitas* que parece predominar na História Eclesiástica quando se refere a Constantino em relação a Licínio é o de “compaixão”, mas nem por isso permitiu o “bom imperador” que aquele agisse livremente a fim de acabar com vidas inocentes e fazer sofrer tantos outros indivíduos. Aos olhos de Eusébio, o combate e consequente vitória de Constantino sobre Licínio talvez fosse até mesmo um indicativo da *humanitas* constantiniana para com os desfavorecidos e sofrendores dos males sob a tirania. Neste momento do relato, a

²⁷⁹ X, IX, I-III.

²⁸⁰ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. op. cit., p. 415-421.

fonte introduz o filho de Constantino, Crispo, como ajudante do pai, partícipe da vitória e “humaníssimo”:

Por isto, juntando seu ódio ao mal com seu amor ao bem, o defensor dos bons avança junto com seu filho Crispo, humaníssimo imperador, estendendo sua destra salvadora a todos os que pereciam. Logo, como se tivessem guias e como aliados a Deus, rei universal, e a seu Filho, salvador de todos, pai e filho, ambos de uma vez, separam em círculo sua formação contra os inimigos de Deus e conseguem para si uma fácil vitória, já que Deus lhes dispôs tudo no confronto conforme seu plano.²⁸¹

Eusébio manifesta o destino terrível e legado ao esquecimento que Licínio recebera, tal como ocorreu com os governantes tiranos e perseguidores de outrora, ao passo que Constantino, “o vencedor máximo”, reunia todo o *orbis romanorum* em paz sob seu comando, junto ao filho Crispo:

Efetivamente, de súbito e com mais rapidez do que se diz, os que ontem e anteontem respiravam morte e ameaça, já não existiam; nem de seus nomes havia memória; suas imagens e monumentos recebiam seu merecido desdouro, e o que em outro tempo Licínio contemplou com seus próprios olhos nos ímpios tiranos, isto mesmo ele sofreu em pessoa, por não arrepender-se nem corrigir-se ante os castigos de seus vizinhos. Depois de compartilhar com estes o mesmo caminho da impiedade, caiu merecidamente no mesmo precipício que eles. Mas, enquanto ele jazia prostrado desta maneira, Constantino, o vencedor máximo, que sobressaía em toda virtude religiosa, e seu filho Crispo, imperador amado de Deus e semelhante em tudo a seu pai, recobram o familiar Oriente e apresentavam reunido em um, como antigamente, o governo romano, conduzindo sob a paz de ambos a terra toda, desde o sol nascente, em círculo por uma e outra parte do orbe habitado, e pelo norte e o meio dia, até o limite extremo do Ocidente.²⁸²

Assim, conforme a História eusebiana, todo o medo das pessoas foi banido, festas foram celebradas, a felicidade inundou pelas cidades e campos e a glória foi dada a Deus como forma de agradecimento. A marca da vitória permaneceu através dos bens presentes e leis generosas, garantidas por Constantino:

Em consequência, eliminava-se de entre os homens todo medo aos que antes os pisoteavam, e em troca, celebravam-se brilhantes e concorridos dias de solenes festas. Tudo explodia de luz. Os que antes andavam cabis-baixos olhavam-se mutuamente com rostos sorridentes e olhos radiantes, e pelas cidades, assim como pelos campos, as danças e os cantos glorificavam em

²⁸¹ X, IX, IV.

²⁸² X, IX, V-VI.

primeiríssimo lugar o Deus rei e soberano de tudo - porque isto haviam aprendido -, e em seguida o piedoso imperador, junto com seus filhos amados por Deus. Havia perdão dos males antigos e esquecimento de toda impiedade; gozava-se dos bens presentes e esperavam-se os vindouros. Por conseguinte, estendiam-se por todo lugar disposições do vitorioso imperador cheias de humanidade e leis que levavam a marca da munificência e verdadeira piedade.²⁸³

Para finalizar a obra, o autor cristão comenta sobre a realização de Constantino e o filho em dissipar das suas terras a tirania e o ódio a Deus:

Expurgada assim, realmente, toda tirania, o império que lhes correspondia reservava-se seguro e indiscutível somente para Constantino e seus filhos, os quais, depois de eliminar do mundo antes de tudo o ódio a Deus, conscientes dos bens que Deus lhes havia outorgado, tornaram manifesto seu amor à virtude, seu amor a Deus, sua piedade para com Deus e sua gratidão, mediante obras que realizavam publicamente à vista de todos os homens.²⁸⁴

Nos últimos trechos da História Eclesiástica acima mencionados, a virtude aparece como pertencente a Constantino. Sobre a *virtus*, Maria Helena da Rocha Pereira comenta, apontando para a ligação dessa virtude romana com sua correspondente grega, a *aretê*, embora a primeira possua sua especificidade:

É chegada a altura de nos ocuparmos deste conceito, um dos mais complexos, por sinal, porquanto nele se fundem ideias gregas e romanas. Associada tão de perto a *honor* que ambas as personificações partilhavam do culto num templo desde a Segunda Guerra Púnica e figuram simultaneamente em moedas, podemos dizer [...] que *honor* é exterior, *virtus* interior a quem a possui. Recordemos ainda que no Arco de Tito, juntamente com figuras históricas, estavam as alegorias de *Victoria*, *Honos* e *Virtus*, e que, anteriormente, as qualidades de Augusto que o Senado mandara celebrar no escudo de ouro que dedicou ao príncipe eram *Virtus*, *Clementia*, *Iustitia*, *Pietas*. Tudo isto significa que *Virtus* era sentida como um valor fundamentalmente romano, não obstante o paralelismo que acusa com o conceito grego correspondente [*aretê*] [...] Que *virtus* deriva de *vir*, é observação que já vem em Cícero. Encontra-se na palavra *virtus*, *virtutis* o sufixo *-tut-* que indica estado, e que é o mesmo que serviu para formar *senectus* ('velhice') e *iuventus* ('juventude'). Somente, conforme já tem sido observado, enquanto o primeiro destes vocábulos indica o estado de ser *senex* ('velho') e o segundo o ser *iuvenis* ('jovem'), *virtus* não está documentado como o estado de ser homem (na sua maturidade), isto é, não se refere concretamente a uma fase da vida. É "ser homem" no sentido de "ser homem direito" [...] Do sentido restrito de 'valentia', 'coragem',

²⁸³ X, IX, VII-VIII.

²⁸⁴ X, IX, IX.

sobretudo no sentido militar, passando pelas qualidades de caráter, a evolução da *virtus* romana é muito semelhante à da *aretê* grega, que, por sua vez, percorre um longo caminho, desde o campo da ação bélica e da palavra ajustada, dos heróis da *Ilíada*, ao sentido preciso e profundo de ‘virtude’ que assume a partir de Sócrates. A influência da noção grega sobre o desenvolvimento da romana é, sem dúvida, um dos aspectos mais salientes do contributo do helenismo.²⁸⁵

André Luiz Leme, ao discutir sobre o caráter do bom príncipe apto para o cargo imperial nos primeiros séculos romanos, diz o seguinte a respeito da *virtus*:

De fato, todos esses valores [valores morais e políticos] encontram-se estreitamente relacionados: um alimenta e justifica a existência do outro no indivíduo; nesse sentido, ao homem tradicional, membro político em destaque, caberia a observância de não apenas uma, mas de todas as chamadas “virtudes morais”. Essa noção de “conjunto virtuoso” identifica-se ao primeiro conceito que, desse modo, ressalto aqui: a “**Virtus**” do homem romano. Este, na medida em que apresentava um comportamento alinhado à tradição ancestral, seria aceito e considerado por toda a sociedade política; suas ações, portanto, seriam tidas como corretas e corajosas, de pleno e forte caráter. E diretamente relacionados a essa concepção de ‘virtude’ romana, encontram-se diversos valores como “**Pietas**”, “**Fides**”, “**Dignitas**”, “**Gravitas**”, “**Clementia**”, “**Concordia**”, “**Libertas**” e “**Res Publica**”.²⁸⁶

Manuel Gervás inclui a *virtus* como uma virtude augusta e caracteriza-a da seguinte maneira:

Virtus é a virtude que adorna aos imperadores desde Augusto até Teodósio, é uma qualidade outorgada pelos deuses e é uma mistura de coragem, independência e firmeza. Ainda que em princípio tenha se aplicado à atividade guerreira, posteriormente foi utilizada para designar ao governante de maneira geral. Não expressa unicamente valentia humana, já que transcende esse conceito para acomodar-se no divino, ou seja, a aquiescência dos deuses outorga a **virtus** ao imperador. Em um mesmo plano se encontra a **Victoria**, consequência de todo imperador com **virtus** e determina que o imperador seja declarado **invictus** [invencível].²⁸⁷

²⁸⁵ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. op. cit., p.397-407.

²⁸⁶ LEME, André Luiz. O pensamento político de Suetônio em “A Vida dos doze céares” (século II d.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano. 2015. 270 f. Dissertação de mestrado em História. UFPR, Curitiba.

²⁸⁷ RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel José. op.cit., p. 78. “**Virtus** es la virtud que adorna a los emperadores desde Augusto a Teodosio, es una cualidad otorgada por los dioses y es una mezcla de coraje, independencia y tenacidad. Aunque en principio se aplicó a la actividad guerrera, posteriormente se utilizó para designar al gobernante de manera general. No expresa únicamente valentía humana, ya que trasciende dicho concepto para asentarse en lo divino, es decir la aquiescencia de los dioses otorga la **virtus** al emperador. En un mismo plano se encuentra la Victoria, consecuencia de todo emperador con **virtus** y determina que el emperador sea declarado **invictus**”.

Manuel Gervás argumenta: “Resultado da união de *Virtus* e *Fortuna* consegue-se a *Victoria*, esta justifica o poder real e contém uma prova irrefutável de legitimidade. A vitória dos imperadores verdadeiros se consegue sobre dois tipos de inimigos: os tiranos e sobre os bárbaros [...]”.²⁸⁸ Em outra obra, o autor expõe:

Victoria é o fundamento em que repousa o Império Romano, contudo seu conceito, como na maioria das “virtudes”, sofreu uma transformação na passagem da República ao Império. No período republicano a teologia do triunfo estava baseada no direito dos auspícios e enquadrada nas instituições, de tal modo que o general vencedor mantinha uma espécie de divinização temporal, sempre e quando seu triunfo estivesse dentro de umas condições, **iustus triumphus**; a primeira das quais é que participasse pessoalmente da vitória. Porém, ao final da República, e mais ainda no Principado, produz-se uma mudança significativa, consistente na atribuição da vitória, de qualquer vitória, ao Imperador que detivesse a direção não de uma campanha concreta, mas do Estado através do **imperium infinitum**, criando-se a partir desse momento uma nova mística a **Victoria** que será representada na multidão de fórmulas iconográficas.²⁸⁹

No presente capítulo, ao observarmos os trechos de fonte e comentários dos autores, percebemos que as virtudes legadas a Constantino por Eusébio de Cesareia foram adequadas à história que o autor escreveu. Muitas designações de virtude já faziam parte do pensamento político e filosófico romano; a especificidade de Eusébio na História Eclesiástica é “utilizá-las” para dar a Constantino o caráter de melhor imperador na governação do Império, principalmente após a “perversão” de Licínio.

²⁸⁸Idem. Rodríguez Gervás, Manuel José. Las virtudes del emperador Constantino. **Revista Gerión**. Madrid: n.2-3, 1984-85, p.242-243. “Resultado de la unión de *Virtus* y *Fortuna* se logra la *Victoria*, ésta justifica el poder real y contiene una prueba irrefutable de legitimidad. La victoria de los emperadores verdaderos se consigue sobre dos tipos de enemigos: los tiranos y sobre los bárbaros [...]”.

²⁸⁹Idem. La justificación del poder imperial: las “virtudes”. In: **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991, p.80-81. “**Victoria** es el fundamento en el que reposa el Imperio Romano, sin embargo su concepto, como en la mayoría de las “virtudes”, sufrió una transformación en el paso de la República al Imperio. En el periodo republicano la teología del triunfo estaba basada en el derecho de los auspicios y encuadrada en las instituciones, de tal modo que el general vencedor mantenía una especie de divinización temporal, siempre y cuando su triunfo estuviera dentro de unas condiciones, **iustus triumphus**; la primera de las cuales es que hubiera participado personalmente en la victoria. Sin embargo al final de la República, y más aún en el Principado, se produce un cambio significativo, consistente en la asignación de la victoria, de cualquier victoria, al **Imperator** que detenta la jefatura no de una campaña concreta, sino del Estado a través del **imperium infinitum**, creándose a partir de este momento una nueva mística de la **Victoria** que se va a representar en multitud de fórmulas iconográficas”.

Considerações finais

Em meio ao contexto de instabilidade política, pensamos que Constantino buscou legitimidade por meio do cristianismo, sendo que o mesmo gradativamente recebeu caráter institucional em detrimento da conotação supersticiosa que possuía anteriormente. É aceitável a ideia de uma projeção desta religião através das ações políticas do imperador; para constatar isso, porém, não é necessária a afirmação de uma conversão pessoal do governante à religião cristã. Acreditamos que a cultura política ditou mais as diretrizes assumidas em seu reinado que suas opções de crença, o que também não pode ser enquadrado em um pensamento final, já que a função real de Constantino era a de um imperador que necessitava fazer frente às oposições e ameaças ao seu poder, buscando todas as formas cabíveis para fortalecer e fundamentar sua autoridade.

Constantino findou o regime tetrárquico, permaneceu durante alguns anos no sistema de diarquia e tornou-se, finalmente, único *Augustus* do mundo romano ocidental e oriental. cremos que tal trajetória até culminar em sua projeção como imperador exclusivo não ocorreu apenas tendo como elemento legitimador o cristianismo, embora tenha sido este de enorme importância. Defendemos como característica principal do reinado de Constantino a forma plural de governo, em resposta às fragilidades que o rodeavam. Tal análise explica, neste primeiro momento, a procura do imperador por uma religião que gradativamente tomava proporções importantes, concomitante à sua vinculação ao paganismo, que tinha o maior número de adeptos no Império durante esse período.

Além disso, o próprio cristianismo não representava uma religião e gama de ideias totalmente nova. Sua formulação teórica e aceitação se deram com base na tradição clássica e helenística, e também hebraica. Sob esta perspectiva reformuladora e transformadora que funde concepções nascentes à tradição, pensamos ser melhor compreensível o período de Constantino, bem como as teorias elaboradas ao longo de seu governo, que almejavam solidificar a autoridade imperial.

Mesmo sujeitas a refutações, é a partir do conhecimento contextual e da análise de fonte que acreditamos serem nossas ideias dignas à colaboração interpretativa no que tange ao governo de Constantino, e sua fundamentação “ideológica” através de preceitos cristãos. Evidente está que o cristianismo, na obra de Eusébio de Cesareia, participou ativamente na formatação do caráter do poder imperial centrado na figura constantiniana. Da mesma forma,

percebemos a “ascensão” desta crença ao ser vinculada à política institucional romana. O que não devemos negligenciar é a complexidade intelecto-cultural do espaço romano, em contato constante com ideias e tradições provenientes de outras espacialidades. Além disso, há a diversidade cultural e intelectual em Cesareia: cidade muito importante já que se constituía em uma das regiões produtoras de ideias que chegou a atingir a sede do governo imperial romano. Exemplo disso são os escritos do bispo Eusébio: repercutem-se até Constantino fornecendo legitimidade, a nível teórico, ao seu poder através do elemento cristão.

A presente pesquisa tratou do tema da legitimidade imperial de Constantino na História Eclesiástica. O tema é desafiador, uma vez que não podemos saber com exatidão o que intencionou o autor a falar sobre Constantino e caracterizá-lo através de virtudes, ligadas a um comportamento cristão. Propomos que a sua pretensão foi a de legitimar o papel do imperador em meio à instabilidade político-institucional em que se encontrava o mundo romano. Essa instabilidade não era algo novo, mas existia pelo menos desde o século anterior, conquanto tenha sofrido alterações com o passar dos anos.

As mudanças acontecem justamente porque o espaço, as pessoas, as instituições e outras esferas não são estáticas. As tradições permanecem, porém são reformuladas sempre. Isso aconteceu no ambiente político e social em que viveu Constantino; mesmo sendo herdeiro de uma série de fragilidades do poder imperial advindas do final do século II, principalmente no que concerne à descentralização da autoridade governamental, a conjuntura em que ele atuou estava já diferente do que fora. Constantino “foi concebido” como imperador em um sistema de gerência imperial fragmentada, mas buscou por toda a sua trajetória política uma administração unificada.

Acreditamos que não apenas ele, mas também Licínio, Maxêncio e outros possivelmente almejavam à governança una. O combate entre os líderes imperiais foi, em grande parte, resultado da instabilidade político-administrativa presente na década de 310 (e não apenas nela), a qual de certa forma instigou cada um deles a buscar a conquista de determinadas áreas territoriais e o poderio imperial sobre elas e seu *populus*.

A legitimidade de Constantino é construída na História Eclesiástica principalmente nos momentos da trajetória do governante quando luta e vence seus maiores inimigos: Maxêncio e Licínio. No momento político-militar conturbado que o imperador vivia, as vitórias não eram legítimas em si mesmas, era necessário o esforço em afirmá-las. Algo distinto dos demais *imperatores* que ocorreu com Constantino foi a sua associação com o cristianismo. Não

podemos mensurar com precisão como tal vínculo aconteceu e a qual nível chegou, isso nem mesmo é o nosso objetivo. Entretanto sabemos que, independente de possuir uma crença pessoal na fé cristã, Constantino foi declarado piedoso e benevolente para com os fiéis do Deus judaico-cristão. Um dos grandes responsáveis por esse ideal foi o bispo Eusébio.

Além da importância dos argumentos eusebianos no que se refere ao governante a fim de legitimá-lo, a própria obra constitui um “estatuto” de afirmação do poder de Constantino. Dizemos isso porque a História Eclesiástica é um trabalho de grande fôlego, que abrange três séculos da história da comunidade cristã, inclusive excedendo essa temporalidade, pois remonta às profecias do Antigo Testamento. Podemos até mesmo refletir acerca de uma ponte entre Jesus Cristo e Constantino; o paralelo guarda suas distinções, pois conforme percebemos no relato, o primeiro é caracterizado como o próprio Deus, e o segundo é apenas um ser humano. Todavia, esse homem teria sido “usado por Deus” para salvar os cristãos e os oprimidos das mãos de líderes supostamente “tiranos e opressores”.

Cristo é descrito como um deus que veio ao mundo como homem santo, perfeito, completamente dedicado a Deus, em favor dos que sofriam, dando esperança e liberdade a todos os que acreditassem em suas palavras. Conflitos, lutas, mortes e perseguições ocorreram na sequência e ressurgiram por diversas vezes, até que um indivíduo de influência instituisse ordenanças a favor do cristianismo, dando paz e liberdade aos adeptos, “salvando-os do mal”.

Ao afirmar que o plano de salvação no tempo de Constantino pertencia a Deus e que o líder imperial serviu como “instrumento” divino na luta contra a maldade, a tirania, a impiedade, a crueldade, entre outras características nefastas à sociedade e aos cristãos, o governante foi legitimado. Dessa maneira, a política constantiniana foi sustentada pelo autor cristão por meio da conexão do líder com Deus, e da detenção de virtudes que o impeliam à prática do bem.

Referências bibliográficas:

Fontes:

Bíblia de Jerusalém - Nova edição, revista e ampliada. Paulus: São Paulo, 2012.

Cesareia, Eusébio de. **História Eclesiástica**. São Paulo: Novo Século, 2002.

Cesareia, Eusébio de. **História Eclesiástica**. São Paulo, Paulus, 2000.

Cesarea, Eusebio di. **Storia Ecclesiastica**. Roma: Città Nuova Editrice, 2005.

Eusebio de Cesarea. **Historia eclesiástica**. Trad. e Introd. de Argimiro Velasco-Delgado. Biblioteca de Autores Cristianos: Madrid, 2008.

Eusébio de Cesarea. **Vida de Constantino**. Gredos: Madrid, 1994.

Eusebius. **Ecclesiastical History**. Harvard University Press, 1926.

Ieronimus Stridonensis, **Liber de Uiris Illustribus**. Transcrição, edição e notas de J.-B. Migne. Paris: Patrologia Latina 23, 1849, p.631-760.

Lactâncio. **Sobre a morte dos perseguidores**, em <https://goo.gl/21S0LC>

Bibliografia:

Altaner, B; Stuiber, A. **Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1988, p.229-230.

Aróstegui, Julio. Retos de la memoria e trabajos de la historia. **Pasado y Memoria**. Alicante: Espagrafic, 2004, n.3.

Blázquez Martínez, José Maria. El cristianismo, religión oficial. *Historia 16*, año XXI, 1997, p.56-65.

Blázquez Martínez, José Maria. La política imperial sobre los cristianos. De la Tetrarquía a Teodosio. In: Fernández Ardanaz, S.; López Monteagudo, G.; Lozano, A.; Piñero, A. **Cristianismo primitivo y religiones mistéricas**. Madrid: Cátedra, 1995.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2, Brasília, Ed. UnB, 2010.

Bowman, Alan K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In: **The Cambridge Ancient History, The Crisis of Empire, a.d. 193-337**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008.

Bravo, Gonzalo. El ritual de la <proskynesis> y su significado político y religioso en la Roma imperial - Con especial referencia a la Tetrarquía, In: **Revista Gerión**. Madrid: n.15, 1997.

Bravo, Gonzalo. **Historia del mundo antiguo, Una introducción crítica**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

Cameron, Averil. Il potere di Costantino, Dimensioni e limiti del potere imperiale, In: Constantino I. **Enciclopédia Constantianiana**. Sulla Figura e l'immagine dell'imperatore del cosiddetto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Istituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013.

Cameron, Averil. The reign of Constantine, a.d. 306–337, In: **The Cambridge Ancient History**, Vol. XII. The Crisis of Empire, a.d.193-337. Cambridge University Press, 2008, p. 90-109.

Carraker, Andrew James. **The library of Eusebius of Caesarea**. Leiden/Boston: Brill, 2003.

Daniélou, Jean; Marrou, Henri. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1973, v.I.

Fioretti, Susana. La figura del obispo latino y su influencia en la tardía antigüedad. In: **Semanas de Estudios Romanos**. Vol. XI. Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, 2002, p. 229-241.

Frighetto, Renan, **A Antiguidade Tardia – Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações, Séculos II-VIII**. Curitiba: Juruá, 2012.

Frighetto, Renan. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardia: cristianismo, tradición y poder imperial, In: **História: Entre el pesimismo y la esperanza**. Viña del Mar: Altazor, 2007.

Frazão, Andréia Cristina. **O nascimento da Historiografia cristã no IV século**. Calíope. Presença Clássica, Rio de Janeiro, 1993, n. 9.

Frighetto, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: **Programa de Estudos Medievais, por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil**. Atas da VII Semana de Estudos Medievais: Brasília, 2009.

Frighetto, Renan. Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia. **Revista História Helikon**, v.2, nº 2, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p.16-36.

Frighetto, Renan. Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). Porto Alegre: **Revista Anos 90**, v.22, n.42, p.239-272, 2015.

Gonçalves, Ana Teresa Marques. Os Severos e a Anarquia Militar. In: **Repensando o Império Romano - Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p.175-191.

Gracia, María Pilar Rivero. **Imperator Populi Romani: Una aproximación al poder republicano**. Plaza de España: Diputación de Zaragoza, 2006.

Haykin, Michael A.G. **Redescobrimos os pais da igreja, quem eles eram e como moldaram a igreja**. Tradução de Francisco W. Ferreira. SP: Ed. Fiel, 2012.

Holloway, R. Ross. Constantine and the Christians, In: **Constantine and Rome**. Michigan: Sheridan Books, 2004.

Hornblower, Simon; Spawforth, Tony (eds.). **Diccionario del mundo clásico**. Crítica: Barcelona.

Ibáñez, Jesús M.^a Nieto. **Cristianismo y profecias de Apolo**. Madrid: Trotta, 2010.

John Fox. **O Livro dos mártires**. Trad. De Marta Doreto de Andrade e Degmar Ribas Júnior. Cpad: Rio de Janeiro, 2002.

Kofsky, Aryeh. **Eusebius of Caesarea against the paganism**. Vol. 3. Leiden/Boston: Brill, 2000.

Lake, Kirsopp. Introduction. In: *Ecclesiastical History*. Harvard University Press, 1926.

Leme, André Luiz. O pensamento político de Suetônio em “A Vida dos doze césares” (século II d.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano. 2015. 270 f. Dissertação de mestrado em História. UFPR, Curitiba.

Llorca, Bernardino. **Historia de la Iglesia Católica**. Tomo I. Edad Antigua, La Iglesia en el mundo grecorromano. Nebrija: Madrid, 1955.

Louw, Johannes P.; Nida, Eugene A. **Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Trad. Vilson Scholz. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

McGrath, Alister E. Teologia Histórica. Uma introdução ao pensamento cristão. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2007.

Maier, Georg Maier. **Las transformaciones del mundo mediterraneo, séculos III/VIII**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

Marrou, Henri Irénée. Decadência romana, ou Antiguidade Tardia? Lisboa: Aster, 1979.

Mendes, Norma Musco. O sistema político do Principado, In: **Repensando o Império Romano - Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006

Momigliano, Arnaldo. As origens da historiografia eclesiástica, In: **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

Montanelli, Indro. **História de Roma**. Ibrasa: São Paulo, 1957.

Moreno Resano, Esteban. La política religiosa y la legislación sobre los cultos tradicionales del emperador Licinio (307-324). **POLIS**. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica 20, 2008, pp. 167-207.

Neri, Valerio. Costantino e le guerre civile. Storia e storiografia, In **Enciclopédia Constantianiana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Intituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013.

Neri, Valerio. Monarchia, diarchia, tetrarchia. La dialettica delle forme di governo imperiale fra Diocleziano e Costantino, In **Enciclopédia Constantianiana**. Sulla Figura e l'immagine dell' imperatore delcosiddeto Edditto di Milano. 313-2013. Volume Primo. Intituto della Enciclopedia Italiana. Roma, 2013.

Orlandis, Jose. **Historia Breve del Cristianismo**. Madrid: Rialp, 1985.

Patrich, Joseph. Cesarea in the time of Eusebius, In: **Reconsidering Eusebius: collected papers on literary, historical, and theological issues**. Inowlocki, Sabrina; Zamagni, Claudio (editors). Brill: Leiden/Boston, 2011.

Pereira, Maria Helena da Rocha. Ideias morais e políticas dos romanos, In: **Estudos de História da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

Johannes Quasten, em **Patrologia, Hasta el concilio de Nicea**. Madrid, MCMLXI.

- Rapp, Claudia. Imperial ideology in the making: Eusebius of Caesarea on Constantine as 'bishop'. In: **Journal of Theological Studies**. Oxford: Oxford University Press, v. 49, 1998.
- Resano, Esteban Moreno. La divinidad y el culto imperiales en la legislación romana desde el período constantiniano hasta época teodosiana - 312-455. In: **Arys**: n.12, 2014.
- Ribeiro Jr., João. Pequena história das heresias. Campinas: Papirus, 1989.
- Rodríguez Gervás, Manuel. Constantino y la utilización político-ideológica de Roma. Madrid: **Revista Gerión**, n.8, 1990, p.50. (49-54).
- Rodríguez Gervás, Manuel José. La justificación del poder imperial: las "virtudes". In: **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo imperio**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991.
- Rodríguez Gervás, Manuel José. Las virtudes del emperador Constantino. **Revista Gerión**. Madrid: n.2-3, 1984-85, (239-247).
- Rouche, Michel. O Baixo-Império Romano (284-396), In: **Os Impérios Universais – Séculos II a IV**. Lisboa: Dom Quixote, 1980.
- Sánchez Salor, Eustaquio. **Historiografía latino-cristiana: principios, contenido, forma**. Roma: L'erma di Bretschneider, 2006.
- Sánchez Salor, Eustaquio. Introducción. In: **Instituciones Divinas**. Madrid; Gredos, 1990.
- Sanchez, Pedro Juan Galán, In: **El género historiográfico de la chronica – las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.
- Silva, Gilvan Ventura da; Mendes, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do *DOMINATO*, In: **Repensando o Império Romano – Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Edufes, 2006, p.198.
- Silva, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)**. Vitória: Edufes, 2003.
- Stadler, Thiago David. **O Império Romano em cartas – Glórias romanas em papel e tinta, Plínio, o Jovem e Trajano 98/113 d.C.** Curitiba: Juruá, 2013.
- Tabbernee, William. Eusebius "Theology of Persecution": As Seen in the Various Editions of his Church History. In: **Journal of Early Christian Studies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997, 5:3, 319-33.

Teja, Ramón. El poder de la iglesia imperial: el mito de Constantino y el papado romano, Salamanca: **Studia Historica**, n. 24, 2006, pp. 63-81.

Veyne, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Texto & Grafia: Lisboa, 2009.

Winkelman, Friedhelm. "Historiography in the Age of Constantine", in **Greek and Roman historiography in Late Antiquity**, G. Marasco (ed.). Boston: Brill, 2003.

Sites:

http://www.ub.edu/web/ub/es/menu_eines/noticies/2012/Entrevistes/ramon_teja.html

[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1\(3\)19-52.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/1(3)19-52.html)

<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100345995>

Anexos



Anexo I: Tetrarquia – 293 d.C.

Fonte: <http://www.biografiasyvidas.com/monografia/constantino/fotos2.htm>. Acesso em 02/02/2017.



Anexo II: Tetraquia com Constantino como César – 306 d.C.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Atlas_of_Vojvodina. Acesso em 02/02/2017.



Anexo III: A ascensão de Constantino, de 306 a 324.

Fonte: <http://www.vox.com/2014/8/19/5942585/40-maps-that-explain-the-roman-empire>. Acesso em 02/02/2017.

Anexo IV

Virtudes Constantinianas na H.E. – livros VIII, IX e X	Referência
Piedade	VIII, 13,13; VIII, 13,14; IX, 9,1; IX, 9,10; IX, 10,1; IX, 11, 7 a; X, 9,1; X, 9, 7; X, 9, 9
Prudência	VIII, 13,13; IX, 10, 1; X, 9,2
Inteligência	IX, 10,1
Honra	IX, 9, 2
Dignidade	IX, 9, 2; IX, 10, 1
Liberdade	IX, 9,9
Salvação	IX, 9,9; X, 8, 19; X, 9, 4
Benfeitoria	IX, 9,9; X, 8, 3; X, 8, 5; X, 9, 4
Moderação	IX, 9, 2; IX, 9,10
Instrução	IX, 10,1
Educação	IX, 10,1
Amizade	X, 8, 2; X, 8, 6; X, 8, 16; X, 9, 2
Benevolência	X, 8, 4
Vitória	X, 9, 1; X, 9, 4; X, 9, 6; X, 9, 7
Humanidade	X, 9, 2; X, 9, 3
Firmeza	X, 9, 2
Compaixão	X, 9, 3
Virtude	X, 9, 6; X, 9, 9
Paz	X, 9, 6
Gratidão	X, 9, 9

Anexo V

Vícios de Maxêncio na H.E. - livros VIII e IX	Referência
Tiranía	VIII, 14,1; VIII, 14, 3; VIII, 14,5; VIII, 14,6
Fingimento	VIII, 14,1
Crueldade	VIII, 14,3
Maldade	VIII, 14,5
Magia	VIII, 14,5
Injustiça	IX, 9,6

Anexo VI

Vícios de Licínio na H.E. – livro X	Referência
Imprudência	8,2
Perversidade	8,2
Malícia	8,2
Inveja	8,3
Maldade	8,5; 8,7; 8,13; 9,3
Infâmia	8,6; 8,17
Enganação	8,7
Dissimulação	8,7
Imprudência	8,9
Loucura	8,9; 8,14; 9,2
Inimizade	8,11; 8,13; 9,4
Paixão	8,13
Falsidade	8,14
Crueldade	8,15
Fúria	8,16
Impiedade	8,18; 9,1; 9,5
Crime	9,1
Tirania	9,2
Raiva	9,3